

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
2.3 - Outras informações relevantes	6

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	7
3.2 - Medições não contábeis	8
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	9
3.4 - Política de destinação dos resultados	10
3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido	11
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	12
3.7 - Nível de endividamento	13
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	14
3.9 - Outras informações relevantes	15

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	16
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	18
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	19
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	20
4.5 - Processos sigilosos relevantes	21
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	22
4.7 - Outras contingências relevantes	23
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	24

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	25
--	----

Índice

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	29
5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	30
5.4 - Outras informações relevantes	31

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	32
6.3 - Breve histórico	33
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	36
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	37
6.7 - Outras informações relevantes	38

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	39
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	40
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	42
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	49
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	50
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	52
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	54
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	55
7.9 - Outras informações relevantes	56

8. Grupo econômico

8.1 - Descrição do Grupo Econômico	57
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	59
8.3 - Operações de reestruturação	60
8.4 - Outras informações relevantes	62

9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	63
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados	64

Índice

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia	65
9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades	66
9.2 - Outras informações relevantes	69

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	70
10.2 - Resultado operacional e financeiro	75
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	76
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	77
10.5 - Políticas contábeis críticas	79
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	87
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	88
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	89
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	90
10.10 - Plano de negócios	91
10.11 - Outros fatores com influência relevante	92

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas	93
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	94

12. Assembleia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa	95
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	100
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	102
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	103
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	104
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	105
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	112
12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores	113

Índice

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros	114
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	116
12.12 - Outras informações relevantes	117

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	118
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	120
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	123
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	124
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	125
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	126
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	127
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	128
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	129
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	130
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	131
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	132
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	133
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	134
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	135
13.16 - Outras informações relevantes	136

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	137
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	138
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	139

Índice

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	141
15. Controle	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	142
15.3 - Distribuição de capital	156
15.4 - Organograma dos acionistas	157
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	158
15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	162
15.7 - Outras informações relevantes	163
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	164
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	165
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	169
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	170
17.2 - Aumentos do capital social	171
17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações	172
17.4 - Informações sobre reduções do capital social	173
17.5 - Outras informações relevantes	174
18. Valores mobiliários	
18.1 - Direitos das ações	175
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	176
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	182
18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados	183
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	184
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	185

Índice

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	186
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	187
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	188
18.10 - Outras informações relevantes	189
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor	190
19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria	191
19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social	192
19.4 - Outras informações relevantes	193
20. Política de negociação	
20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	194
20.2 - Outras informações relevantes	195
21. Política de divulgação	
21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	196
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	197
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	198
21.4 - Outras informações relevantes	199
22. Negócios extraordinários	
22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	200
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	201
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	202
22.4 - Outras informações relevantes	203

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário****Fábio Barbanti Taiar****Cargo do responsável**

Diretor de Relações com Investidores

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**Livaldo Aguiar dos Santos****Cargo do responsável**

Diretor Presidente

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	385-9		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes		
CPF/CNPJ	49.928.567/0001-11		
Período de prestação de serviço	01/01/2009 a 31/12/2009		
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2009 e revisão especial das demonstrações financeiras intermediárias para os trimestres a findar em, 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2009, da Indústrias Romi S.A. e suas controladas ("Romi" ou "Sociedade"), preparadas de acordo com o BRGAAP e IFRS.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 280.000,00		
Justificativa da substituição	Não aplicável.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.		
Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Walbert Antonio dos Santos	01/01/2009 a 31/12/2009	867.321.888-87	Av. Dr. José Bonifácio Coutinho Nogueira, 150, sala 502, Jardim Madalena, Campinas, SP, Brasil, CEP 13092-611, Telefone (19) 37073000, Fax (19) 37033001, e-mail: wsantos@deloitte.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	385-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CPF/CNPJ	49.928.567/0001-11
Período de prestação de serviço	01/01/2010 a 31/12/2010
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2010 e revisão especial das demonstrações financeiras intermediárias para os trimestres a findar em, 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2010, da Indústrias Romi S.A. e suas controladas ("Romi" ou "Sociedade").
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 330.000,00
Justificativa da substituição	Não aplicável.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Edgar Jabbour	01/10/2010 a 31/12/2010	839.554.458-87	Av. Dr. José Bonifácio Coutinho Nogueira, 150, sala 502, Jardim Madalena, Campinas, SP, Brasil, CEP 13092-611, Telefone (19) 37073000, Fax (19) 370733001, e-mail: ejabbour@deloitte.com
Walbert Antonio dos Santos	01/01/2010 a 30/09/2010	867.321.888-87	Av. Dr. José Bonifácio Coutinho Nogueira, 150, sala 502, Jardim Madalena, Campinas, SP, Brasil, CEP 13092-611, Telefone (19) 37073000, Fax (19) 370733001, e-mail: wsantos@deloitte.com

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	385-9		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes		
CPF/CNPJ	49.928.567/0001-11		
Período de prestação de serviço	01/01/2011 a 31/12/2011		
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2011 e revisão especial das demonstrações financeiras intermediárias para os trimestres a findar em, 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2011, da Indústrias Romi S.A. e suas controladas ("Romi" ou "Sociedade"). Pelo serviços de Auditoria Contábil 2011 foram pagos R\$ 330.000,00. Durante o exercício de 2011, a Deloitte prestou, além do serviço de auditoria das demonstrações financeiras, o serviço de "Due Diligence" para a aquisição de empresas no exterior. Os honorários dos serviços contratados totalizaram R\$ 302.000,00. Foram pagos ainda R\$ 13.000,00 pelo serviços de Auditoria de Impostos.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 645.000,00		
Justificativa da substituição	Não aplicável		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável		

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Edgar Jabbour	01/01/2011 a 31/12/2011	839.554.458-87	Av. Dr. José Bonifácio Coutinho Nogueira, 150, sala 502, Jardim Madalena, Campinas, SP, Brasil, CEP 13092-611, Telefone (19) 37073000, Fax (19) 370733001, e-mail: ejabbour@deloitte.com

Possui auditor?	SIM
Código CVM	287-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
CPF/CNPJ	61.562.112/0008-05
Período de prestação de serviço	01/01/2012
Descrição do serviço contratado	Auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício a findar em 31 de dezembro de 2012 e revisão especial das demonstrações financeiras intermediárias para os trimestres a findar em, 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2012, da Indústrias Romi S.A. e suas controladas ("Romi" ou "Sociedade").
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	R\$ 330.000,00
Justificativa da substituição	Cumprimento da Instrução CVM nº 308 - rodízio dos auditores independentes.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não aplicável.

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Francisco José Pinto Fagundes	01/01/2012	166.806.694-72	Rua José Pires Neto, 314, -, Campinas, SP, Brasil, CEP 13025-170, Telefone (19) 37945400, Fax (19) 37945454, e-mail: francisco.fagundes@br.pwc.com

2.3 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2011)	Exercício social (31/12/2010)	Exercício social (31/12/2009)
Patrimônio Líquido	679.744.000,00	702.017.000,00	684.653.000,00
Ativo Total	1.813.394.000,00	1.861.192.000,00	1.738.615.000,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	631.054.000,00	673.529.000,00	475.434.000,00
Resultado Bruto	172.612.000,00	242.753.000,00	147.296.000,00
Resultado Líquido	4.326.000,00	68.750.000,00	12.808.000,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	74.015.147	74.757.547	74.757.547
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	9,183850	9,390584	9,158313
Resultado Líquido por Ação	0,058448	0,919640	0,171327

3.2 - Medições não contábeis

Não aplicável à Companhia nos períodos apresentados.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

No dia 31 de janeiro de 2012, a Romi concluiu, por meio de sua subsidiária integral Romi Europa, localizada na Alemanha, a aquisição da totalidade das ações representativas do capital social da Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH (“B+W”).

A aquisição foi integralmente paga na data da conclusão acima mencionada, com recursos próprios. O valor da transação foi de € 20,5 milhões.

3.4 - Política de destinação dos resultados

O estatuto social prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária. Apesar disso, a política das Companhia é propor a Distribuição de Dividendos e/ou Juros Sobre o Capital Próprio, imputáveis a Dividendos e líquidos de Imposto de Renda na fonte (JSCP), em valor mínimo equivalente a 33% (trinta e três por cento) do lucro líquido ajustado da companhia, no exercício, calculado em conformidade com o artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações, com as práticas contábeis brasileiras e com as regras emanadas pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

Respeitada a legislação e os Estatutos Sociais da companhia, o Conselho de Administração poderá propor a distribuição de Dividendos ou JSCP em montante inferior a 33% (trinta e três por cento) do seu lucro líquido ajustado em qualquer exercício, quando recomendável em vista da situação financeira e/ou perspectivas futuras da companhia, das condições macroeconômicas, estratégias de investimento, e demais fatores considerados relevantes pelo Conselho de Administração.

A seguir os valores de retenção e distribuição do resultado nos últimos três exercícios:

	2011	2010	2009
Dividendo total distribuído	24.616.000,00	37.379.000,00	9.718.000,00
Retenção de lucros para a reserva legal	178.000,00	3.396.000,00	605.000,00
Retenção de lucros para a reserva de lucros	3.390.000,00	38.812.000,00	7.483.000,00

3.5 - Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2011	Exercício social 31/12/2010	Exercício social 31/12/2009
Lucro líquido ajustado	3.568.000,00	67.929.000,00	11.882.000,00
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	0,000000	37,864535	31,930651
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	0,005128	0,097036	0,017406
Dividendo distribuído total	24.616.310,51	37.379.000,00	9.718.000,00
Lucro líquido retido	3.390.000,00	38.812.000,00	7.483.000,00
Data da aprovação da retenção	13/03/2012	15/03/2011	16/03/2010

Lucro líquido retido	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Juros Sobre Capital Próprio						
Ordinária	7.422.074,70	21/10/2011	8.971.000,00	20/04/2010	9.718.000,00	19/01/2010
Ordinária	8.970.905,64	20/04/2011				
Ordinária	8.223.330,17	20/07/2011				
Ordinária			8.971.000,00	20/07/2010		
Ordinária			10.466.000,00	21/01/2011		
Ordinária			8.971.000,00	18/10/2010		

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

Com base na política de dividendos, a Companhia propôs a distribuição de 33% do lucro líquido do exercício passível de distribuição e o remanescente da reserva de lucros, a título de juros sobre o capital próprio.

Nos períodos apresentados, esses fatos ocorreram em 2011, 2010 e 2009, conforme demonstrado a seguir:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Lucro líquido do exercício ajustado	3.568.000,00	67.929.000,00	11.882.000,00
(-) Constituição de reserva legal	<u>(178.000,00)</u>	<u>(3.396.000,00)</u>	<u>(605.000,00)</u>
Lucro passível de distribuição	3.390.000,00	64.533.000,00	11.277.000,00
Juros sobre o capital próprio referente ao lucro líquido do exercício	-	(25.721.000,00)	(3.794.000,00)
Constituição de reserva de lucros	<u>3.390.000,00</u>	<u>38.812.000,00</u>	<u>7.483.000,00</u>
Data de aprovação da retenção os lucros	13/03/2012	15/03/2011	16/03/2010
Juros sobre o capital próprio referente ao lucro líquido do exercício corrente - mínimo da Companhia – 33%	-	21.296.000,00	3.721.000,00
Juros sobre o capital próprio referente ao lucro líquido do exercício corrente – acima do mínimo	-	4.425.000,00	73.000,00
Juros sobre o capital próprio referente à reserva de lucros de exercícios anteriores	<u>24.616.000,00</u>	<u>11.658.000,00</u>	<u>5.924.000,00</u>
	<u>24.616.000,00</u>	<u>37.379.000,00</u>	<u>9.718.000,00</u>
Juros sobre o capital próprio, líquido do imposto de renda retido na fonte	21.843.000,00	33.155.000,00	8.609.000,00
% distribuído do lucro passível de distribuição	-	<u>40%</u>	<u>34%</u>

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2011	1.133.650.000,00	Índice de Endividamento	1,66776021	
	0,00	Outros índices	0,55740985	O método utilizado para calcular o endividamento financeiro da Companhia será a divisão da soma dos financiamentos com os provedores de capital, deduzidos os valores referentes ao "Financiamento - Finame Fabricante", pelo patrimônio líquido total. O motivo pelo qual entende que esse índice é apropriado para a correta compreensão da situação financeira e do nível de endividamento do emissor é que é entendimento da Companhia que a operação denominada Finame Fabricante trata-se de uma operação de tesouraria, e portanto, não deve ser incluída no cálculo do endividamento. Nessa operação, embora a Companhia figure como a devedora perante o agente (Banco comercial), há um ativo a receber dos clientes decorrente das operações individuais, com cada cliente. Adicionalmente, os encargos pagos são idênticos aqueles cobrados dos clientes, o que fortalece a essência de uma operação de tesouraria e não dívida financeira.

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Exercício social (31/12/2011)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	420.772.000,00	476.908.000,00	80.854.000,00	13.034.000,00	991.568.000,00
Total	420.772.000,00	476.908.000,00	80.854.000,00	13.034.000,00	991.568.000,00
Observação					

3.9 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Descrição dos fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia.

Risco de preço das mercadorias: esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que a Companhia vende ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no seu processo de produção. As receitas de vendas e principalmente o custo dos produtos e serviços vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou materiais poderão sofrer alterações. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preços nos mercados nacional e internacional.

Risco de taxas de juros: esse risco é oriundo das possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas a seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar os possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis (como a LIBOR e o CDI), com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado.

Risco de taxa de câmbio: esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além das contas a receber originadas por exportações a partir do Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em “hedge” natural, para se proteger das oscilações cambiais, a Companhia avalia a exposição cambial. A Companhia possui instrumentos financeiros atrelados ao dólar norte-americano e ao euro. Os instrumentos expostos à variação cambial são representados por duplicatas a receber, financiamentos de importação e exportação, fornecedores e contratos de mútuo com as controladas situadas no Estados Unidos da América e na Europa.

Risco de crédito: advém da possibilidade de a Companhia e as suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia e as suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Além disso, para todas as operações de FINAME fabricante é exigida garantia real dos clientes. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia só as realiza em instituições de primeira linha com baixo risco de crédito. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pela Administração da Companhia.

Risco de liquidez: a política de gestão do endividamento e de recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas de crédito, com ou sem lastro de recebíveis de exportação para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazos. Os cronogramas das parcelas de longo prazo dos empréstimos são apresentadas nas notas explicativas nº 10 e nº 11.

Risco relacionado às operações de FINAME Fabricante: os passivos relacionados às operações de FINAME Fabricante têm como lastro os saldos da rubrica “Valores a receber - repasse FINAME Fabricante”. Por sua vez, os equipamentos relacionados a esses valores a receber possuem reserva de domínio registrada em cartório, em favor da Companhia, com o objetivo de reduzir o eventual risco de perdas.

Risco de gerenciamento de capital: advém da escolha de a Companhia adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras e o capital próprio (patrimônio líquido, lucros acumulados e reserva de lucros), com base em práticas internas e “benchmarking”.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Análise sensitiva de variações na moeda estrangeira ("foreign currency sensitivity analysis")

As flutuações do câmbio podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras em decorrência de aumento ou redução nos saldos de fornecedores de materiais em componentes importados, aumento ou redução nos saldos de valores a receber de clientes de exportação e aumento ou redução nos saldos de empréstimos e financiamentos, denominados em moeda estrangeira, em sua maioria o dólar norteamericano.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, os saldos denominados em moeda estrangeira estavam sujeitos à variação cambial. Os efeitos que uma valorização ou desvalorização ocasionariam nos percentuais estão apresentados a seguir:

	<u>Receita ou despesa</u>	
	<u>2011</u>	<u>2010</u>
Saldo líquido ativo em moeda estrangeira, convertido para reais	33.923	11.847
Valorização ou desvalorização - 10%	3.392	1.185
Valorização ou desvalorização - 25%	8.481	2.962
Valorização ou desvalorização - 50%	16.961	5.924

Adicionalmente, a Companhia possui ativos, classificados como caixa e equivalentes de caixa (vide nota explicativa nº3), que embora possuam seus impactos registrados diretamente na conta de "Efeito de conversão para moeda estrangeira", no patrimônio líquido, estão sujeitas a variação cambial. Os efeitos que uma valorização ou desvalorização estão apresentados a seguir:

	<u>Patrimônio líquido</u>
	<u>2011</u>
Caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira, convertido para reais	53.901
Valorização ou desvalorização - 10%	5.390
Valorização ou desvalorização - 25%	13.475
Valorização ou desvalorização - 50%	26.951

Análise sensitiva de variações na taxa de juros ("interest rate sensitivity analysis")

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP e CDI.

Em 31 de dezembro de 2011 e de 2010, foram estimados três cenários de aumento ou uma redução nas taxas de juros. Os efeitos da redução ou do aumento das receitas financeiras estão demonstrados a seguir:

<u>Percentual de aumento ou redução nas taxas de juros</u>	<u>2011</u>		<u>2010</u>	
	<u>Aumento</u>	<u>Redução</u>	<u>Aumento</u>	<u>Redução</u>
10%	457	(457)	785	785
25%	1.143	(1.143)	4.205	4.205
50%	2.285	(2.285)	9.905	9.905

Ressalta-se que o FINAME Fabricante, por tratar-se de financiamento especificamente vinculado a operações de vendas que são devidas à Companhia mas que, pelas regras do FINAME Fabricante, tem suas taxas de juros repassadas integralmente aos clientes, a Companhia entende não existir impacto financeiro no resultado decorrente da flutuação da taxa de juros nesses financiamentos.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

Esse item está compreendido na resposta do item 4.1 – Fatores de Risco – descrição.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

A Companhia tem, atualmente, somente um processo não sigiloso relevante. Os dados desse processo estão descritos abaixo.

Juízo

2ª Vara Federal de Piracicaba.

Instância

3ª instância - Supremo Tribunal Federal.

Data de distribuição

24/10/2006, vinte e quatro de outubro de dois mil e seis.

Partes no processo

A autora do processo é a Indústrias Romi S.A. e a Ré do processo é a União Federal.

Valores, bens ou direitos envolvidos

Mandado de segurança que visa, em linhas gerais, excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS.

Principais fatos

Liminar: Concedida para autorizar a realização de depósitos judiciais dos valores de PIS e COFINS com a exclusão do ICMS da base de cálculo.

Depósito atualizado até 31 de dezembro de 2011: R\$ 30.669.339,00

Valor da provisão em 31 de dezembro de 2011: R\$ 30.669.339,00 (trata-se de uma obrigação legal)

Probabilidade de perda: Possível

Sentença: Parcial procedência para autorizar o depósito judicial dos valores. Suspensa a exigibilidade e mantida a liminar.

Recurso de apelação: Romi e União Federal.

Recurso Extraordinário: Romi em face da União Federal.

Fase atual: Recurso Extraordinário em 14/10/2011. Aguardando ciência do Ministério Público.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

A Companhia e suas controladas não são parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

A Companhia e suas controladas não são parte em processos sigilosos relevantes.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

A Companhia e suas controladas não são parte em processos judiciais, administrativos e arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que em conjunto sejam relevantes.

4.7 - Outras contingências relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

Não aplicável à Companhia, nos períodos apresentados.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

RISCOS RELACIONADOS À COMPANHIA E AO SETOR

O aumento da concorrência no setor em que atuamos pode nos afetar adversamente.

O mercado dos nossos produtos é caracterizado pela mudança de tecnologia e pelo desenvolvimento das indústrias. Nossa habilidade de aderir ou superar a consolidação do setor com sucesso dependerá, em parte, de nossa habilidade de aumentar e desenvolver nossos produtos existentes, de continuar a criar produtos inovadores, de adaptar nossos produtos às necessidades e padrões dos clientes existentes e potenciais, de continuar a melhorar a eficiência operacional, diminuir nossos custos e crescermos mais que nossos concorrentes, seja pela aquisição de novas empresas, seja pelo crescimento orgânico de nossa participação de mercado. O aumento da concorrência, o aumento da capacidade produtiva das nossas concorrentes e do aumento da concorrência de sociedades estrangeiras e/ou de sociedades que disponham de mais capital para investimento do que nós, poderá afetar adversamente os nossos negócios e também os preços por meio do qual podemos vender nossos produtos, reduzindo as nossas margens. Além disso, competidores podem desenvolver tecnologias ou produtos que tornem os nossos produtos obsoletos ou menos comerciáveis, ou, ainda, operar de forma mais eficiente do que nós. Se não formos capazes de aderir e superar uma eventual consolidação do setor, podemos ser afetados adversamente.

Adicionalmente, o posicionamento de nossos concorrentes estrangeiros no Brasil é diretamente influenciado pela cotação do dólar versus o Real, assim como pelos impostos incidentes sobre as suas atividades no Brasil. Dessa forma, uma eventual valorização do Real frente ao Dólar, ou a redução das alíquotas dos impostos incidentes sobre as atividades de nossos concorrentes estrangeiros poderá tornar tais concorrentes mais competitivos do que nós, o que poder vir a afetar adversamente as nossas atividades e resultados.

Podemos ser adversamente afetados se formos incapazes de oferecer produtos competitivos e tecnologicamente avançados. Ainda, estamos sujeitos a riscos associados ao desenvolvimento de produtos e tecnologias, que podem atrasar a introdução de novos produtos no mercado e resultar em despesas significativas.

O sucesso de nosso negócio depende, em parte, de nossa habilidade para manter e expandir os produtos existentes e nossa base de clientes. A nossa estratégia depende de nossa capacidade em atender clientes antes e depois da venda do produto, oferecendo custos e tecnologia competitivos. Não podemos garantir que seremos capazes de continuar a expandir nossas linhas de produtos, e conseqüentemente que seremos capazes de manter nossos atuais clientes, bem como atrair novos clientes. Também não podemos garantir que não iremos perder clientes para concorrentes com preços mais competitivos, com produtos e serviços equivalentes ou superiores. Se falharmos em expandir nossa linha de produtos, ou perder um número relevante de nossos atuais clientes, ou formos incapazes de atrair novos clientes, poderemos ser afetados adversamente.

Adicionalmente, nosso negócio é sujeito a riscos associados com o desenvolvimento ou aplicação de tecnologias, incluindo imprevistos técnicos e outros problemas. A ocorrência de qualquer desses fatores poderia causar atraso no desenvolvimento, ou abandono da nova tecnologia ou de novos produtos. Não podemos garantir que novas tecnologias ou produtos, se desenvolvidos: (i) irão atingir os nossos preços atuais ou objetivos de performance, (ii) cumprirão o cronograma de lançamento estipulado, e (iii) serão tão eficientes quanto produtos desenvolvidos com outras tecnologias. A incapacidade de desenvolver de um produto com sucesso, ou a decisão de não o completar, particularmente em instâncias em que já incorremos em gastos significativos, poderá nos afetar adversamente.

Nossas atividades e negócios são influenciados diretamente pelo resultado da indústria brasileira e, em parte, pela mundial. Caso o PIB Industrial brasileiro seja reduzido nos próximos anos, poderemos não alcançar nossas metas financeiras e estratégicas.

O crescimento do setor no qual atuamos é altamente influenciado pelo crescimento industrial brasileiro. Nossos principais clientes são fabricantes de bens de capital e bens de consumo duráveis e a expansão de nossas atividades e a implementação de nosso plano de negócios é influenciada, em grande parte, pela demanda por bens de capital no mercado brasileiro. Caso a economia brasileira deixe de crescer, ou mesmo mantenha um crescimento pouco expressivo, nossos negócios e atividades poderão ser negativamente influenciados.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

O desempenho do setor de bens de capital é fortemente influenciado pelo nível de investimentos realizados no País e pela disponibilidade de linhas de financiamento de longo prazo a custos atrativos.

O desempenho do setor de bens de capital em geral, e o de máquinas e equipamentos pesados em particular, é influenciado de forma significativa pelo nível de investimentos realizados no País, tanto pelo setor privado quanto pelo público. Por envolver bens de alto valor agregado, o setor também depende da existência de acesso a crédito de longo prazo a custos atrativos por parte de instituições financeiras privadas e públicas nacionais e internacionais, e por entidades multilaterais. A indústria de bens de capital é geralmente uma das primeiras a serem afetadas por crises econômicas e uma das últimas a reagir com a retomada do crescimento econômico. A diminuição dos investimentos realizados no País e a inexistência de crédito de longo prazo em montantes suficientes a custos atrativos poderão afetar adversamente a economia nacional e prejudicar nosso resultado operacional e condição financeira.

O BNDES poderá, no futuro, cancelar o programa Finame Fabricante. Adicionalmente, poderemos não mais ser elegíveis para utilizar essa linha de crédito. Caso qualquer uma dessas hipóteses venha a ser verificada, poderemos não ser capazes de oferecer aos nossos clientes linhas de crédito alternativas a custos similares, o que poderá afetar negativamente os nossos negócios.

Somos habilitados a utilizar a linha de financiamentos do BNDES denominada Finame Fabricante, que nos confere linhas de crédito concedidas em condições financeiras que acreditamos ser mais vantajosas do que aquelas oferecidas pelas demais instituições financeiras do mercado. Essa linha de crédito nos permite conceder financiamento aos nossos clientes em condições financeiras mais vantajosas àquelas praticadas por instituições privadas no mercado brasileiro. Nesse sentido, eventual desligamento da Companhia em relação a essa linha de crédito, a modificação desse programa ou determinada situação que não nos torne mais elegíveis a tal linha de crédito podem onerar os financiamentos por nós concedidos a nossos clientes, o que poderá resultar na diminuição de nossas vendas, e, conseqüentemente, afetar negativamente os nossos negócios.

Na modalidade de financiamento do BNDES Finame Fabricante, nós figuramos como devedores e repassamos integralmente aos nossos clientes os termos negociados, devendo o cliente declarar conhecer as condições contratadas, ficando as máquinas vendidas como garantia real. De acordo com essa modalidade de financiamento, no caso de inadimplência de nossos clientes, somos obrigados a arcar com as obrigações do respectivo financiamento Finame Fabricante perante o BNDES. Vendas sob tal modalidade de financiamento são um componente importante no nosso resultado, representando aproximadamente metade da receita operacional líquida consolidada realizada anualmente. Dessa forma, nossos resultados operacionais e situação financeira podem ser adversamente afetados caso não sejamos capazes de administrar com sucesso a nossa política de extensão do financiamento a nossos clientes, ou a capacidade de nossos clientes de honrar suas obrigações com relação ao crédito concedido seja prejudicada.

Nossas aquisições futuras apresentam riscos de execução e podemos não alcançar nossas metas financeiras e estratégicas.

Para atingir nossos objetivos, no futuro, poderemos adquirir ou investir em outras companhias, negócios ou tecnologias. Podemos encontrar nessas potenciais aquisições os seguintes riscos: (i) a aquisição poderá não contribuir para a nossa estratégia comercial, ou poderemos não capturar em tal aquisição todas as sinergias antecipadas; (ii) podemos enfrentar dificuldades para integrar as operações das companhias, negócios ou tecnologias adquiridas às nossas operações; (iii) o relacionamento com os atuais e novos funcionários poderá ser conturbado; (iv) poderemos perder membros da alta administração das companhias adquiridas; (v) o processo de diligência legal pode não identificar problemas, tais como eventuais passivos trabalhistas ou tributários existentes; (vi) podemos enfrentar dificuldades de tempo para uniformizar as práticas contábeis de divulgações das demonstrações financeiras e controles internos; (vii) a aquisição pode nos trazer processos movidos contra a empresa adquirida; (viii) o processo de aquisição pode sofrer contratempos, e a atenção de nossa Administração pode ser desviada para questões ligadas à transição ou à integração das companhias adquiridas; (ix) efeitos de curto-prazo adversos ou resultados operacionais desfavoráveis; (x) nós poderemos precisar contrair dívidas para realizar as aquisições, o que poderá limitar nossa capacidade de alavancagem financeira no futuro; e (xi) as aquisições podem vir a gerar ágio contábil e a sua amortização terá como efeito a redução do lucro no período e, em conseqüência, a redução do montante dos dividendos que distribuímos. Esses fatores poderiam causar um efeito adverso

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

sobre nós, especialmente no caso de aquisição de companhias ou negócios de maior porte ou de número maior de aquisições.

Além disso, não podemos garantir que seremos capazes de identificar oportunidades para futuras aquisições e que teremos sucesso na negociação de aquisições identificadas por nós.

Custos potenciais relacionados ao cumprimento da legislação ambiental, assim como potenciais responsabilidades ambientais, poderão nos causar efeito material adverso.

Nossos estabelecimentos estão sujeitos a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais que tratam da proteção da saúde e do meio ambiente, em especial por nossas atividades envolverem a utilização de certos produtos tóxicos, tais como sílica, chumbo e outros agentes químicos tóxicos. Efetuamos, e continuaremos a efetuar, investimentos significativos para atender a essas disposições. Além disso, uma vez que a legislação ambiental e sua aplicação estão se tornando mais rigorosas, nossos investimentos e despesas referentes ao cumprimento da legislação ambiental poderão aumentar de maneira significativa no futuro. Desse modo, investimentos necessários ao atendimento de regulamentação ambiental poderão acarretar reduções em outros investimentos estratégicos planejados, o que poderia prejudicar nossa lucratividade. Podemos estar, além disso, sujeitos a multas, além das obrigações de indenizar por prováveis danos decorrentes do não cumprimento das leis e regulamentos ambientais. Quaisquer custos e responsabilidades ambientais relevantes não previstos poderão afetar adversamente nosso desempenho financeiro futuro.

Estamos expostos a riscos por responsabilidade civil relacionados à recalls de nossos produtos ou prejuízos oriundos das garantias estendidas a nossos produtos, e podemos não ser capazes de manter um seguro adequado para cobrir referidas responsabilidades ou prejuízos.

Nosso negócio nos expõe a potenciais riscos por responsabilidade civil e prejuízos decorrentes dos nossos produtos. Além de despesas, que são naturalmente acarretadas por danos, acordos ou custos de defesa, existe ainda a possibilidade de propaganda negativa, que é gerada em face de ações por responsabilidade civil. O lançamento de novos produtos poderá fazer com que nós necessitássemos de um recall pelo fato desse produtos não estarem adequados com as especificações previamente aprovadas, o que poderia resultar em uma publicidade negativa, assim como custos relacionados ao recall e perda de receita. Adicionalmente, se nossos produtos contiverem algum defeito de fabricação dentro do prazo de garantia de nossos produtos (que é atualmente de 1 ano), poderemos incorrer em prejuízos significativos para repará-los, conforme exige a nossa garantia de fabricação.

Não podemos garantir que a responsabilidade civil ou prejuízo por um produto defeituoso ou uma série de reclamações contra nós não terão um efeito adverso sobre nós. Se qualquer reclamação for proposta contra nós, independente de seu resultado, não podemos garantir que seremos capazes de, no futuro, manter o seguro contra responsabilidade civil ou constituir reservas e provisões para prejuízos em níveis suficientes para fazer frente a tais reclamações, recalls ou solicitações de reparo.

Nossa cobertura de seguros pode não ser suficiente para cobrir eventuais prejuízos em caso de interrupção de nossas atividades.

Nossas atividades, de um modo geral, estão sujeitas a uma série de riscos operacionais, incluindo acidentes industriais, disputas trabalhistas, mudanças na legislação e regulamentação ambiental, riscos relacionados ao meio ambiente, fatores climáticos e outros fenômenos naturais. Nossos seguros podem cobrir apenas parte dos prejuízos que possam advir de uma eventual interrupção de nossas atividades em decorrência destes ou de outros fatores.

A perda de membros da nossa Alta Administração, ou a incapacidade de atrair e manter pessoal adicional para integrá-la, pode ter um efeito adverso relevante sobre nós.

Nossa capacidade de manter nossa posição competitiva depende dos serviços da nossa alta administração. Apesar de termos contrato de pacto de não-concorrência para os principais executivos da Companhia, esse contrato pode não ter o efeito esperado. Adicionalmente, nossa capacidade de administrar nosso crescimento depende de nossa capacidade em

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

atrair e manter pessoal qualificado para integrar a nossa alta administração. A falha em manter os membros da nossa alta administração ou em atrair pessoas competentes, poderá causar um efeito adverso.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

As informações desse item estão contempladas no item 5.1 – Descrição dos Riscos de Mercado, desse formulário.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

As informações desse item estão contempladas no item 5.1 – Descrição dos Riscos de Mercado, desse formulário.

5.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	19/04/1938
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade por ações, de capital aberto.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	20/07/1977

6.3 - Breve histórico

Indústrias Romi S.A., empresa constituída em abril de 1938, sucessora de Máquinas Agrícolas Romi Ltda., que nasceu com a fundação de uma pequena oficina mecânica em 1930, localiza-se a 130 Km da capital paulista, no município de Santa Bárbara d'Oeste.

A fabricação de máquinas-ferramenta iniciou-se em 1941 com o lançamento de tornos universais, comercializados inicialmente com a marca "IMOR" e posteriormente, também com a marca "ROMI". Em 1944 começou a exportá-los, e hoje as máquinas-ferramenta ROMI e IMOR são conhecidas em mais de 60 países, distribuídas por todos os continentes, alcançando o expressivo número de mais de 156.780 unidades produzidas e comercializadas ao longo de sua história, tendo exportado mais de 29.050 máquinas.

Foi significativa também a participação da Romi na implantação da indústria automobilística no país, tendo fabricado o primeiro automóvel nacional, o ROMI-SETTA, em 1956.

Em 1957 o fundador da Empresa, Sr. Américo Emílio Romi e sua esposa Dona Olímpia Gelli Romi instituíram a Fundação Romi, instituição sem fins lucrativos, destinada a prestar assistência médica hospitalar, educação e lazer aos funcionários e seus dependentes.

Em 1972, a Empresa tornou-se uma sociedade anônima de capital aberto, tendo atualmente cerca de 1.470 acionistas.

A excelente reputação e a invejável posição que os produtos Romi ocupam na maioria dos países industrializados, devem-se à concepção avançada e especializada, resultado de constantes pesquisas e desenvolvimentos tecnológicos, aliados a um parque fabril dos mais modernos.

Com uma capacidade de produção anual ao redor de 3.950 máquinas, a linha de produção da Romi constitui-se de tornos paralelos universais, tornos a CNC, centros de usinagem, tornos verticais e horizontais pesados e extrapesados, máquinas injetoras de plástico, máquinas sopradoras de plástico, partes, peças, acessórios e equipamentos para atender sua linha de máquinas.

Além da fabricação de máquinas-ferramenta, máquinas para plásticos e demais produtos cuja manufatura representa a principal ocupação da sua capacidade instalada, a Companhia possui ainda fundição de peças em ferro cinzento e nodular, para atender o consumo interno, bem como, o mercado nacional e externo, com capacidade de fundir aproximadamente 50.000 toneladas/ano.

A Companhia atua mercadologicamente no setor, realizando a venda direta de seus produtos, desde 1965. Atualmente, a Companhia possui uma rede de distribuição e assistência técnica própria no Brasil, composta por mais de 30 escritórios de vendas e pontos de serviços, cobrindo todo o território nacional.

A Companhia possui treze unidades fabris, sendo nove em Santa Bárbara d'Oeste-SP, duas unidades fabris na Itália e duas na Alemanha. Possui 7 subsidiárias de vendas localizadas nos EUA, Alemanha, França, Reino Unido, Espanha, Holanda, México e China além de agentes e representantes em todos os continentes do mundo.

Em relação ao Sistema de Gestão da Qualidade e Gestão Ambiental, desde 1994 possui a certificação conforme a norma ISO 9002 e foi certificada na versão ISO 9001:2008, que inclui todas as unidades fabris da Companhia. Em agosto de 2005, o Sistema de Gestão Ambiental da Companhia foi certificado pela norma internacional ISO 14001, já em sua versão mais atualizada, de ISO 14001:2004. Em outubro de 2008, a Unidade de Fundidos e Usinados

6.3 - Breve histórico

conquistou a certificação ISO/TS 16949:2002, que a capacita a fornecer peças diretamente para as montadoras de automóveis e caminhões.

Em março de 2007, conforme as práticas de governança corporativa, a Companhia passou a ter suas ações listadas no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa.

Em 11 de abril de 2007, a Companhia concluiu a Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de sua emissão, num total de 27.971.459 ações ordinárias, sendo 12.000.000 de novas ações emitidas e 15.971.459 em oferta secundária, num montante global de 419.572 milhões de reais. A emissão de novas ações resultou numa captação bruta para a Companhia de 180 milhões de reais. Os recursos captados serão utilizados para a realização de investimentos que propiciarão à Companhia ser mais eficiente e crescer mais rapidamente, gerando mais empregos e beneficiando os seus acionistas, parceiros, colaboradores e a comunidade.

Em janeiro de 2008, adquiriu a empresa J.A.C. Indústria Metalúrgica Ltda., tradicional fabricante de máquinas sopradoras de plásticos, objetivando a expansão da sua gama de produtos.

Em julho de 2008 concluiu a aquisição dos ativos da Sandretto Industrie S.r.l. Tradicional fabricante italiana de injetoras de plástico, o complexo empresarial da Sandretto compreende duas unidades fabris nas cidades italianas de Grugliasco e Pont Canavese, na região de Turim, além de quatro subsidiárias comerciais na Europa e vários centros de serviço, escritórios de venda e representações comerciais em diversos países.

Em abril de 2009, deu início às atividades da nova fundição, destinada para produção de peças de grande porte.

Em maio de 2009 a Romi concluiu o processo de transferência de tecnologia e das operações da linha de produtos Romicron para a Kennametal Inc.

Em fevereiro de 2010, visando ampliar a presença no mercado global, a Companhia submeteu uma ("oferta") pública para aquisição de todas as ações em circulação da Hardinge Inc. Como certas condições da oferta não foram satisfeitas, em julho de 2010 a Companhia anunciou o encerramento da oferta pela Hardinge.

Em junho de 2010, a Romi atingiu a marca de 150 mil máquinas produzidas nas suas unidades fabris.

Em junho de 2010, também, foi comemorado seus 80 anos de atuação, onde destacamos o pioneirismo e inovação da Companhia.

Em 22 de dezembro de 2011, a Romi anunciou a compra, por meio da Romi Europa, sua subsidiária direta integral, da Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH ("B+W"), importante e tradicional fabricante alemã de máquinas-ferramenta.

A B+W está instalada em uma região industrial de destaque e polo de desenvolvimento de alta tecnologia em manufatura, em Reutlingen, na Alemanha. Seus produtos são vendidos diretamente e também por representantes comerciais no mundo todo, inclusive, na China, por meio de uma subsidiária em que B+W detém participação acionária de 30% do capital social. Ela é reconhecida mundialmente pelo alto grau de sofisticação e tecnologia dos seus produtos, e em seu portfólio destacam-se os centros de usinagem horizontais de grande porte e máquinas para aplicações especiais, de 4 e 5 eixos, com alta precisão e produtividade,

6.3 - Breve histórico

destinados ao atendimento de setores industriais relevantes como o automotivo comercial, aeronáutico, de energia, dentre outros.

A aquisição, concluída em 31 de janeiro de 2012, está em linha com o plano estratégico da Romi, de ampliar o seu portfólio de produtos com maior conteúdo tecnológico e expandir globalmente suas bases de operações e de mercados.

Nos próximos anos, a Romi adicionará produtos B+W ao seu portfolio de máquinas-ferramenta, aumentando assim sua capacidade de oferecer para seus clientes da América do Sul e do Norte máquinas premium, com maior precisão, produzidas na Alemanha.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

1 - Incorporação da J.A.C. Indústria Metalúrgica Ltda.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 24 de março de 2009, foi aprovada a incorporação da JAC pela Companhia, com a consequente extinção, de pleno direito, da JAC, com incorporação de todo o patrimônio da JAC pela Companhia, e a transferência, para a Companhia, de todos os bens, direitos e obrigações da JAC. Com a incorporação da JAC e a sua consequente extinção, a Companhia será sua sucessora legal, a título universal e para todos os fins de direito, em todos os seus direitos e obrigações. Considerando que a totalidade das quotas representativas do capital social da JAC são detidas integralmente pela Companhia, a versão para a Companhia do patrimônio da JAC não acarreta em qualquer alteração do capital social da Companhia, nem na emissão de novas ações.

O mercado foi devidamente informado sobre a incorporação, conforme fato relevante publicado em 24 de março de 2009.

2 - Aquisição da Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH

Em 22 de dezembro de 2011, a Romi anunciou a compra, por meio da Romi Europa, sua subsidiária direta integral, da Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH ("B+W"), importante e tradicional fabricante alemã de máquinas-ferramenta.

A B+W está instalada em uma região industrial de destaque e polo de desenvolvimento de alta tecnologia em manufatura, em Reutlingen, na Alemanha. Seus produtos são vendidos diretamente e também por representantes comerciais no mundo todo, inclusive, na China, por meio de uma subsidiária em que B+W detém participação acionária de 30% do capital social. Ela é reconhecida mundialmente pelo alto grau de sofisticação e tecnologia dos seus produtos, e em seu portfólio destacam-se os centros de usinagem horizontais de grande porte e máquinas para aplicações especiais, de 4 e 5 eixos, com alta precisão e produtividade, destinados ao atendimento de setores industriais relevantes como o automotivo comercial, aeronáutico, de energia, dentre outros.

A aquisição, concluída em 31 de janeiro de 2012, está em linha com o plano estratégico da Romi, de ampliar o seu portfólio de produtos com maior conteúdo tecnológico e expandir globalmente suas bases de operações e de mercados.

Nos próximos anos, a Romi adicionará produtos B+W ao seu portfólio de máquinas-ferramenta, aumentando assim sua capacidade de oferecer para seus clientes da América do Sul e do Norte máquinas premium, com maior precisão, produzidas na Alemanha.

O valor pago foi de € 20,5 milhões, dos quais € 4,1 referem-se a posição de caixa líquido da empresa. Assim, o "enterprise value" da referida aquisição foi de aproximadamente € 16,4 milhões.

O mercado foi devidamente informado sobre a incorporação, conforme fatos relevantes publicados em 22 de dezembro de 2012 e 31 de janeiro de 2012.

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

A Companhia não tem ciência de nenhum pedido de falência, fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial.

6.7 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

A Romi é empresa líder entre os fabricantes nacionais de Máquinas-Ferramenta e para Processamento de Plástico. Detém, também, participação importante no mercado de Fundidos e Usinados. Os principais segmentos industriais que utilizam produtos da empresa são o automotivo (leves e pesados), de máquinas agrícolas, de bens de capital, de bens de consumo, de ferramentaria, de equipamentos hidráulicos, entre muitos outros.

A empresa conta com treze unidades fabris, sendo 6 de montagem final de máquinas industriais, duas fundições, três de usinagem de componentes mecânicos, uma para fabricação de componentes de chapas de aço e uma planta para montagem de painéis eletrônicos. A capacidade instalada de produção de máquinas industriais é de aproximadamente 3.950 máquinas/ano e a de fundidos é de aproximadamente 50.000 toneladas/ano.

Em atividade desde 1930, já produziu e vendeu mais de 156.780 máquinas ao longo de sua história, tendo exportado mais de 29.050 máquinas. Possui uma carteira diversificada de clientes, com aproximadamente 5.000 clientes ativos no Brasil, bem como, clientes localizados em mais de 60 países.

As operações, produtos e serviços da Companhia são organizados em três Unidades de Negócio. A Unidade de Negócio Máquinas-Ferramenta, que congrega as linhas de Tornos Convencionais, Tornos a CNC (controle numérico computadorizado), Centros de Usinagem e Tornos Verticais e Horizontais Pesados e Extrapesados, Centros de Torneamento e Mandrilhadoras, é a maior unidade de negócio da Companhia, tendo sido responsável por 64,5% da Receita Operacional Líquida, em 2011. A unidade de Máquinas para Plásticos, correspondeu com 20,0% da Receita Operacional Líquida, fabrica injetoras de plástico com força de fechamento de 40 até 4.000 toneladas, no Brasil, e até 5.500 toneladas, na Itália, e sopradoras de plástico para peças até 100 litros. A Unidade de Negócio Fundidos e Usinados está capacitada para produzir aproximadamente 50.000 t/ano de peças em ferro cinzento, nodular ou vermicular com peso individual de até 25.000 kg, tendo contribuído com 15,5% da Receita Operacional Líquida de 2011.

a- Produtos e serviços comercializados

As operações, produtos e serviços da Companhia são organizados em três Unidades de Negócios:

Máquinas-Ferramenta: Congrega as linhas de Tornos Convencionais, Tornos a CNC (controle numérico computadorizado), Centros de Usinagem e Tornos Verticais e Horizontais Pesados e Extrapesados, Centros de Torneamento e Madrilhadoras, é a maior unidade de negócio da Companhia.

Máquinas para Plásticos: Fabrica injetoras de plástico com força de fechamento de 40 até 4.000 toneladas, no Brasil, e até 5.500 toneladas, na Itália, e sopradoras de plástico para peças até 100 litros.

Fundidos e Usinados: Está capacitada para produzir aproximadamente 50.000 t/ano de peças em ferro cinzento, nodular ou vermicular com peso individual de até 25.000 kg.

b- Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

A tabela a seguir demonstra a receita operacional líquida por unidade de negócio e sua respectiva participação percentual.

em R\$	exercícios encerrados em 31 de dezembro de		
Unidade de Negócio	2011	2010	2009
Máquinas-Ferramenta	407.107.000,00	427.104.000,00	310.672.000,00
<i>participação % na ROL</i>	<i>64,5%</i>	<i>63,4%</i>	<i>65,3%</i>
Máquinas para Plásticos	126.336.000,00	179.413.000,00	119.859.000,00
<i>participação % na ROL</i>	<i>20,0%</i>	<i>26,6%</i>	<i>25,2%</i>
Fundidos e Usinados	97.611.000,00	67.012.000,00	44.903.000,00
<i>participação % na ROL</i>	<i>15,5%</i>	<i>9,9%</i>	<i>9,4%</i>
Receita Operacional Líquida	631.054.000,00	673.529.000,00	475.434.000,00

c- Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

A Companhia não apura atualmente o lucro líquido por segmento operacional. Essa apuração é realizada somente até o lucro operacional e está demonstrada a seguir:

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

	Máquinas- Ferramenta	Máquinas para Plástico	Fundidos e Usinados	Total Lucro Operacional Romi
Lucro (Prejuízo) Operacional	23.541.000,00	(22.872.000,00)	(11.733.000,00)	(11.064.000,00)

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

a- Características do processo de produção

As operações, produtos e serviços da Companhia são organizados em três unidades de negócios. A unidade de negócios de Máquinas-Ferramenta, a de Máquinas para Plásticos e a de Fundidos e Usinados, distribuídas em doze unidades fabris, sendo nove em Santa Bárbara d'Oeste-SP, duas unidades fabris na Itália e uma na Alemanha.

Os processos básicos são: fundição; usinagem e chaparia; montagem eletro-eletrônica e montagem final.

A característica comum dos processos produtivos dos nossos três segmentos de negócio é a verticalização. Nos segmentos de máquinas-ferramenta e máquinas para plásticos, o desenvolvimento do produto é realizado por nossas equipes a partir de tecnologia desenvolvida por nós e da interação com escritórios de projeto e institutos de desenvolvimento no exterior. Alguns produtos contam com tecnologia licenciada por fabricantes de máquinas no exterior. O desenvolvimento dos processos de fabricação de componentes e montagem é realizado por nossas equipes e os componentes “mecânicos” são fabricados internamente, a partir da usinagem de ferro fundido (produção própria) ou de aço (adquirido no mercado).

Os componentes “não mecânicos” são comprados no mercado interno e externo e consistem basicamente em materiais elétricos, motores, sistemas de controle CNC, componentes hidráulicos e pneumáticos. Além disso, realizamos (i) a fabricação interna das coberturas metálicas (chaparia) das máquinas, a partir do aço adquirido no mercado; (ii) a montagem interna dos sistemas de controle das máquinas, composto do painel elétrico, dos cabos e dos motores; (iii) a montagem interna de sub-sistemas mecânicos de precisão, tais como cabeçotes, torres, trocadores de ferramenta, fusos de esfera e unidades de injeção; e (iv) a montagem final dos produtos, em linhas ou células específicas para cada família de produto, incluindo testes e inspeções de qualidade. Realizamos ainda a entrega do produto no local indicado pelo cliente, instalado e em funcionamento.

Já no segmento de fundidos e usinados, o produto é desenvolvido pelo cliente. Nós recebemos o desenho e especificações, suficientes para desenvolver o processo de fabricação do fundido e da usinagem do mesmo, transformando-o em peça acabada. Os processos de fabricação do fundido e da usinagem da peça são desenvolvidos internamente, nas Unidades Fabris 10 e UF82 (fundição) e UF01 (usinagem), respectivamente. Os projetos dos ferramentais necessários para a fundição e usinagem das peças são projetados internamente. O ferramental para fundição (modelos) é comprado no mercado local, de fornecedores localizados na região, e o ferramental para usinagem é fabricado em parte pela Companhia. Toda a produção de peças fundidas, a partir de ferro fundido, é realizada internamente pelas UF10 e UF82 e parte das operações de acabamento do fundido bruto (processo conhecido como “rebarbação”) é realizada por fornecedores da região. Toda a usinagem de peças fundidas é realizada internamente, nas UF01 e UF11. A fundição (realizada na UF10) conta com duas linhas de moldagem automatizadas, para peças de até 100 kg e alta produção, e linhas semi-automática e manual, para lotes menores e peças de até 30 toneladas de peso. A fundição (realizada na UF82) conta com uma linha de moldagem, para peças de até 60 toneladas.

O processo de desenvolvimento tecnológico é responsabilidade dos Departamentos de Engenharia de Produtos das suas respectivas unidades de negócios: máquinas-ferramenta e máquinas para plásticos. Conseguindo, com isso, melhorias e ganhos de produtividade no desenvolvimento de novos projetos e acompanhamento dos produtos atuais. Estes

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

departamentos congregam uma estrutura permanente de desenvolvimento tecnológico própria, baseada nos setores de Engenharia de Produtos e de Métodos.

O desenvolvimento tecnológico próprio na Romi, voltado a seus produtos e processos, já resultou no depósito e concessão de diversas patentes em inúmeros países na América, Europa e Ásia ao longo de existência.. Além do desenvolvimento próprio, a Romi tem complementado seu acervo tecnológico através de acordos de colaboração tecnológica com empresas líderes em nível global, tendo vigente atualmente contratos de transferência de tecnologia para Centros de Usinagem e Mandrilhadoras.

Os conceitos de qualidade total fazem parte das estratégias de produção da companhia. Em relação ao Sistema de Gestão da Qualidade e Gestão Ambiental, desde 1994 possui a certificação conforme a norma ISO 9002 e foi certificada na versão ISO 9001:2008, que inclui todas as unidades fabris da Companhia. Em agosto de 2005, o Sistema de Gestão Ambiental da Companhia foi certificado pela norma internacional ISO 14001, já em sua versão mais atualizada, de ISO 14001:2004. Em outubro de 2008, a Unidade de Fundidos e Usinados conquistou a certificação ISO/TS 16949:2002, que a capacita a fornecer peças diretamente para as montadoras de automóveis e caminhões.

A Companhia possui seguro de todo seu imobilizado e os riscos do processo de produção que possam gerar paralização são praticamente inexistentes. A Companhia pratica uma consistente política de seguros, por meio da qual mantém contratadas apólices de “seguros de transportes nacionais e internacionais”, “seguro de crédito à exportação”, “seguro de veículos” da Companhia, “seguro garantia”, “seguro compreensivo” e “seguro de responsabilidade civil”. Não possuímos, contudo, quaisquer apólices de seguros e/ou coberturas para lucros cessantes.

b- Características do processo de comercialização

A Companhia atua mercadologicamente no setor, realizando a venda direta de seus produtos, desde 1965. Atualmente, a Companhia possui uma rede de distribuição e assistência técnica própria no Brasil, composta por mais de 30 escritórios de vendas e pontos de serviços, cobrindo todo o território nacional.

A Romi, na década de 1960, sentindo a necessidade de estar próxima aos seus clientes, passou do sistema de venda através de revendedores para o sistema de “vendas diretas”, sistema este que recebe uma série de melhorias contínuas, e permanece até hoje como o melhor sistema de comercialização de máquinas no Brasil. O objetivo principal da venda direta é oferecer o produto certo para a necessidade específica de cada cliente. Mais do que a simples venda de um produto, vendemos uma solução completa para nossos clientes. O sucesso desse sistema decorre da seguinte forma de atuação:

- a) Filiais de vendas cobrindo desde os estados do Amazonas até o Rio Grande do Sul, sendo cada filial com estrutura de vendas, serviço pós-venda e venda de peças de reposição, ou seja, proximidade do cliente para o atendimento completo. Nas regiões mais distantes das filiais de vendas, mantemos os vendedores técnicos residentes, bem como técnicos de serviço residentes, todos empregados da Companhia.
- b) Departamento de engenharia de vendas e marketing para analisar as necessidades técnicas dos clientes, com indicação de máquinas, estudos de processos, treinamento de operação/programação. E em muitos casos, a venda da solução segue o sistema turn key, ou seja, com o fornecimento completo, desde a escolha das máquinas, processo, lay out da planta fabril até o programa de produção e treinamento de mão de obra aplicada.
- c) Departamento de serviço pós-venda com técnicos de serviço altamente treinados, não só para atendimento no campo, mas também através da RAI – Romi Assistência Integral para dar

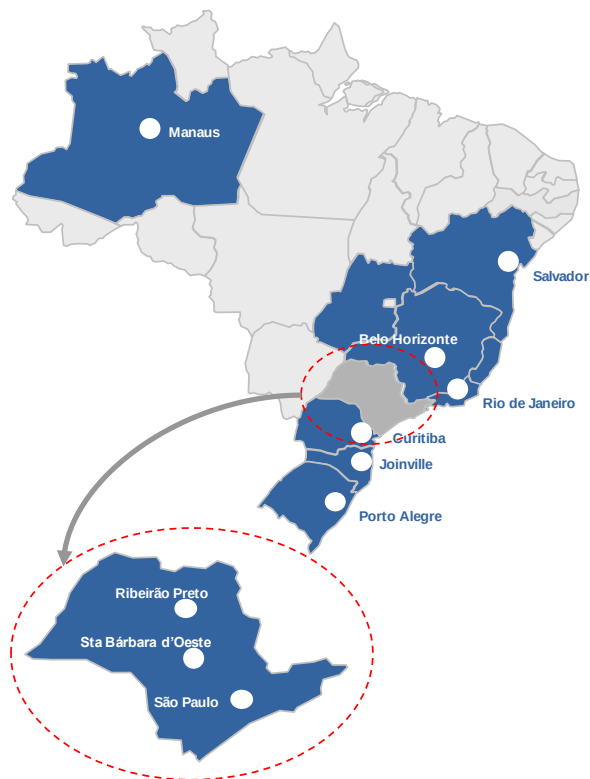
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

assessoria ao cliente, via telefone e/ou através de acesso remoto a máquina do cliente. Mantemos também uma equipe, não só para o treinamento dos nossos técnicos de serviço, mas também dos técnicos de nossos clientes.

d) Departamento financeiro com uma equipe para dar apoio total aos clientes, principalmente pelo sistema Finame Fabricante.

Em termos promocionais dos produtos, participamos anualmente das principais feiras do Brasil, incluindo: a Feira Internacional da Mecânica (participação conjunta de máquinas para plásticos e máquinas-ferramenta), a Brasilplast (feira especializada em máquinas para plásticos) e a Feimafe (feira especializada em máquinas-ferramenta). Todos estes eventos ocorrem no parque do Anhembi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Brasilplast e a Feimafe, conhecidas mundialmente, ocorrem no mês de maio, nos anos ímpares.

A nossa força de vendas, composta por 206 colaboradores, atende a todos os clientes do Brasil, de forma direta, sem intermediários e revendedores.



7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

A Companhia possui treze unidades fabris, sendo nove em Santa Bárbara d'Oeste-SP, duas unidades fabris na Itália e duas unidades fabris na Alemanha. Possui 6 subsidiárias de vendas localizadas nos EUA, Alemanha, França, Reino Unido, Espanha e Holanda, além de agentes e representantes em todos os continentes do mundo.



c- Características dos mercados de atuação, indicando (i) participação em cada um dos mercados; e (ii) condições de competição nos mercados

Mercado Interno:

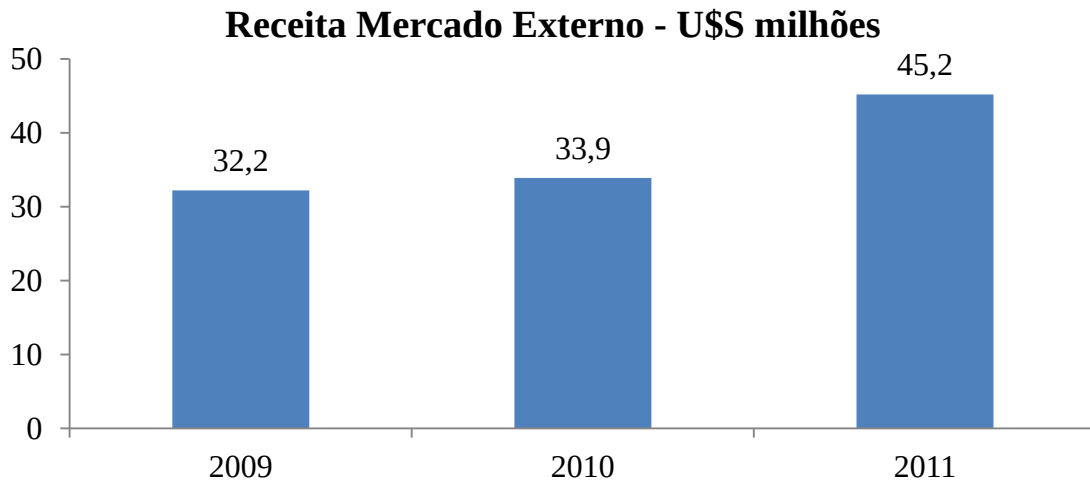
A Companhia realiza suas vendas e presta assistência técnica aos seus produtos, através de suas filiais de vendas localizadas nas regiões Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul, não havendo, portanto, alterações significativas específicas (acréscimos ou reduções) ocorridas nos últimos anos.

Mercado Externo:

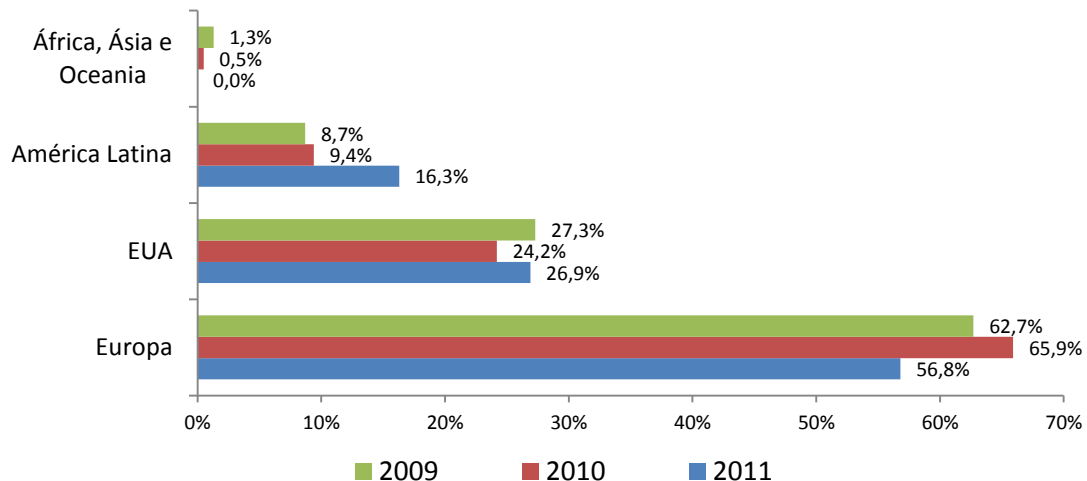
A Companhia exporta seus produtos a vários países da América Latina, América do Norte, Europa, Ásia e Oceania, através de exportação direta, subsidiárias de vendas, revendedores e trading companies. A Companhia possui uma subsidiária nos EUA, a Romi Machine Tools, Ltd. Para o continente europeu, a Companhia tem uma subsidiária integral na Alemanha, denominada Romi Europa GmbH, com o objetivo de vendas e distribuição de nossos produtos, duas Fábricas na Itália com subsidiárias de vendas na Holanda, Espanha, França e Reino Unido. Em linha com a estratégia de ampliação do portfólio a Companhia adquiriu a Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH ("B+W"), empresa mundialmente reconhecida pelo alto grau de sofisticação e tecnologia dos seus produtos, onde destacam-se os centros de usinagem horizontais de grande porte e máquinas para aplicações especiais, de 4 e 5 eixos, com alta precisão e produtividade, destinados ao atendimento de setores industriais relevantes como o automotivo comercial, aeronáutico, de energia, dentre outros. Essa parceria proporcionou o aumento de sua capacidade de oferecer máquinas premium produzidas na Alemanha para seus clientes na América do Sul e do Norte, produtos esses vendidos diretamente e também por representantes comerciais no mundo todo, inclusive, na China, por meio de uma subsidiária em que B+W detém participação acionária de 30% do capital social

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Em 2011, as receitas oriundas do mercado externo representaram 10,0% (US\$ 45,2 milhões) da Receita Operacional Líquida, em comparação com 8,7% (US\$ 33,9 milhões) em 2010. Neste período, a Europa representou 56,8% (65,9% em 2010), os EUA representaram 26,9% (24,2% em 2010) e a América Latina 16,3% (9,4% em 2010), esta última aumentando sua representatividade no portfólio em relação a 2010, o que se deve especialmente à demanda por máquinas destinadas aos setores automotivo e agrícola na Argentina.



As principais regiões onde a Romi vende seus produtos estão representadas no gráfico a seguir.



Processo Competitivo:

O setor de máquinas-ferramenta e de máquinas para plásticos é aberto à concorrência e com a retomada da atividade econômica, tem se mostrado um ambiente bastante competitivo. Atualmente, a maior concorrência para essas unidades de negócio de máquinas industriais são os fabricantes estrangeiros.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

Dispomos de todas as condições para concorrer em preços e características técnicas, tanto com os produtos nacionais como os importados, o que nos permite operar com margens atrativas. Para os fundidos e usinados também estamos inseridos em um ambiente muito competitivo, entretanto a busca contínua pela fabricação de produtos mais complexos e com maior valor agregado, poderá nos permitir a obtenção de margens mais atrativas.

Nossos maiores competidores no setor de máquinas-ferramenta e de máquinas para plásticos são os produtos importados. No setor de fundidos e usinados, nossos maiores concorrentes são Companhia nacionais tais como BR Metals Voith e Schultz.

Dentre nossos principais concorrentes nacionais no setor de máquinas-ferramenta, podemos citar a DebMaq do Brasil Ltda., (Indústrias Nardini S.A.), a Ergomat Indústria e Comércio Ltda., a Index Tornos Automáticos Indústria e Comércio Ltda. e a Heller Máquinas Operatrizes Ltda. Dentre nossos principais concorrentes estrangeiros no setor de máquinas-ferramenta, podemos citar as japonesas Yamaki Mazak Corportion, Mori Seiki Co., Ltd., Okuma Corporation e Hyundai - WIA Machine Corporation. . Além destas, podemos citar a Doosan Infracore Machine Tools (Coréia), e a Haas Automation, Inc (EUA).

Dentre nossos principais concorrentes nacionais no setor de máquinas injetoras de plástico, podemos citar: Haitian do Brasil Ltda., Battenfeld do Brasil Ltda., Engel do Brasil Ltda., Arburg Ltda., Milacron do Brasil Ltda., Sandretto do Brasil Ltda., e Grupo Megga (Megga Plástico). Dentre nossos principais concorrentes estrangeiros, no setor de máquinas injetoras de plástico, podemos citar: Haitian, Arburg, Krauss Maffei, Demag Sumitomo, Sinitron, FCS, CLF, Golden Eagle, FCS/Kai Mei, Grupo Meggae e Chun Power.

Fundidos e Usinados: somos também um importante fabricante brasileiro de peças fundidas e usinadas, detendo uma participação de aproximadamente 4% do mercado nacional, nos segmentos onde atuamos. As nossas peças fundidas e usinadas são destinadas principalmente à indústria automotiva pesada e leve, de energia eólica e de bens de capital. Dentre nossos principais concorrentes nacionais no setor de fundidos e usinados, podemos citar a BR Metals, Fundimisa, Fundituba, Hubner, Intercast, Ítalo Landred, Lepe, Schultz, Tupy, Voith, Wetzle e HB.

d- Eventual sazonalidade

Sazonalidade de Matérias Primas:

Não há.

Sazonalidade de Produtos:

A indústria de bens de capital depende, fundamentalmente, do crescimento da economia nacional e internacional, pois suas vendas dependem dos investimentos, que só ocorrem em condições de estabilidade política com crescimento econômico.

O primeiro trimestre, na comparação com os demais trimestres, historicamente reflete um desempenho menor, decorrente de férias coletivas e feriados, bem como, de expectativas de realizações das feiras mecânicas o início de abril. Portanto a retomada dos negócios no segundo trimestre é natural.

e- Principais insumos e matérias primas, informando (i) descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental,

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável; (ii) eventual dependência de poucos fornecedores; e (iii) eventual volatilidade em seus preços.

O fornecimento de matérias-primas e insumos é de grande importância para as nossas atividades e é responsável por aproximadamente 68% do custo de produção. Atualmente o fornecimento regular de nossos insumos é realizado por aproximadamente 2.190 fornecedores. Cerca de 23% das matérias-primas e insumos comprados são importados principalmente dos Estados Unidos da América ou da Alemanha, os demais 77% dos itens comprados são adquiridos no mercado doméstico. Não dependemos de nenhum fornecedor específico para o fornecimento de matéria-prima ou de insumos. Continuamente analisamos nossos custos e monitoramos os preços de insumos que utilizamos na fabricação de nossos produtos, tais como itens eletrônicos, elétricos, mecânicos, hidráulicos, ferramentas, resinas, ferro gusa entre outros.

Segue abaixo tabela com os nossos principais fornecedores:

Fornecedor	Localização	Produto Fornecido
Fanuc CNC America	Estados Unidos	CNC e Servo-motores
Siemens Ag.	Alemanha	CNC e Servo-motores
PFG Machine Utensili S.R.L.	Itália	Componentes Mecânicos
Lazzati Spa	Itália	Cabeçotes e mesa indexadora
Autoblock Spa	Itália	Comp. Mecânicos e Hidráulicos
Hiwin Technologies Corp.	Taiwan	Guias Lineares e fusos de esferas
Litz Hitech Corp.	Taiwan	Centros de Usinagem
Diplomatic Automation Srl	Itália	Componentes Mecânicos
Royal Precision Tools Corporation	Taiwan	Componentes Mecânicos
New Gifu Enterprise Ltd.	Taiwan	Componentes Mecânicos
Bosch Rexroth Ltda.	Atibaia – SP	Componentes Hidráulicos
Soluções Usiminas S.A.	Guarulhos – SP	Chapas de Aço
Foseco Indl. e Coml. Ltda..	São Paulo – SP	Resinas e Insumos p/ Fundição
MSA Indústria Metalúrgica Ltda.	Santa Bárbara d'Oeste – SP	Itens usinados conforme desenho Romi e serviços de cromagem.
JCF Metalúrgica Ltda	Piracicaba - SP	Serviços de Rebarbação
Siderpa Siderurg. Paulino Ltda.	Sete Lagoas – MG	Ferro Gusa

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

Os clientes são atendidos por uma equipe de vendas especializada, que, no Brasil, é composta por vendedores próprios, através de filiais, ou através de representantes comerciais. A nossa rede de distribuição e assistência técnica própria no Brasil conta com mais de 30 localidades, através de filiais de vendas e vendedores, distribuídos pelos principais pontos do território nacional, com administração de vendas centralizada em São Paulo.

Possuímos aproximadamente 5.000 clientes ativos nas unidades de negócio de máquinas-ferramenta e máquinas para plásticos, 13.000 clientes ativos consumidores de peças de reposição e 30 clientes ativos na unidade de negócio de fundidos e usinados. Consideramos clientes ativos aqueles que compraram nossos produtos nos últimos 5 anos.

O quadro a seguir demonstra a participação da nossa carteira de clientes em nossa receita operacional líquida:

<u>Carteira de Clientes</u>	<u>% sobre a receita operacional líquida da Companhia em 2011</u>
10 maiores.....	13,85%
20 maiores.....	19,67%
50 maiores.....	29,36%
100 maiores.....	38,53%
200 maiores.....	49,05%
500 maiores.....	66,03%

Grande parte da base de nossos clientes é composta por pequenas empresas familiares.

a- Montante total de receitas provenientes do cliente

A Companhia não possui clientes que sejam responsáveis por mais de 10% de sua receita líquida total.

b- Segmentos operacionais afetados pelas receitas proveniente do cliente

A Companhia não possui clientes que sejam responsáveis por mais de 10% de sua receita líquida total.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

a- necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

Todas as nossas unidades produtivas são inspecionadas e licenciadas pela autoridade competente, para a expedição do respectivo alvará (licença de funcionamento).

Na data deste Formulário de Referência, nossos estabelecimentos estão devidamente regularizados perante os órgãos competentes aos quais estamos sujeitos, mantemos responsáveis técnicos junto aos conselhos regionais correspondentes, bem como todos os registros e/ou cadastros de nossos produtos estão em vigor.

b- política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental

Nossas atividades estão sujeitas à abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

As violações à legislação ambiental podem ainda caracterizar crime ambiental, atingindo tanto os nossos Administradores, que podem até ser presos, como a própria pessoa jurídica. Podem, ainda, acarretar penalidades administrativas como multas a serem aplicadas conforme legislação vigente, suspensão temporária ou definitiva de atividades. Tais sanções serão aplicadas independentemente da obrigação de reparar a degradação causada ao meio ambiente e a terceiros afetados.

Na esfera civil, os danos ambientais implicam responsabilidade solidária e objetiva, direta e indireta. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos direta ou indiretamente envolvidos, independentemente da comprovação de culpa dos agentes. Como consequência, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nas nossas operações, como a disposição final de resíduos, não exime a nossa responsabilidade por eventuais danos ambientais causados pela contratada.

A legislação ambiental brasileira determina que o regular funcionamento de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. Este procedimento é necessário tanto para a instalação inicial e operação do empreendimento quanto para as ampliações nele procedidas, sendo que as licenças emitidas precisam ser renovadas periodicamente. O licenciamento ambiental de atividades cujos impactos ambientais são considerados significativos está sujeito ao Estudo Prévio de Impacto Ambiental e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), assim como a implementação de medidas mitigadoras e compensatórias dos impactos ambientais causados pelo empreendimento.

O processo de licenciamento ambiental compreende, basicamente, a emissão de três licenças: licença prévia, licença de instalação e licença de operação. Cada uma destas licenças é emitida conforme a fase em que se encontra a implantação do empreendimento e a manutenção de sua validade depende do cumprimento das condicionantes que forem estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador. A ausência de licença ambiental, independentemente de a atividade estar ou não causando danos efetivos ao meio ambiente, caracteriza a prática de crime ambiental além de sujeitar o infrator a penalidades administrativas tais como multas e interdição de atividades.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

As demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação dessas licenças, assim como a nossa eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos nossos empreendimentos.

Nós procuramos executar todas as nossas atividades com a observância da legislação ambiental vigente, incluindo a obtenção das licenças e autorizações ambientais exigidas pelos órgãos competentes.

Submetemos nosso Sistema de Gestão Ambiental à auditoria da ABS Quality Evaluation, para a certificação pela ISO 14001 versão 2004, tendo sido certificado em 12 de agosto de 2005 e recertificado em 5 de setembro de 2011, as unidades em Santa Bárbara d'Oeste - SP, Brasil.

A certificação obtida pela Companhia vem comprovar o seu compromisso com o Meio Ambiente, inserindo princípios ambientais aplicáveis a todos os seus processos, fortalecendo a consciência ambiental dos seus colaboradores, buscando conscientemente o atendimento à legislação, prevenindo a poluição e melhorando continuamente o seu desempenho ambiental.

Os gastos totais com meio ambiente no ano de 2011, 2010 e 2009, foram respectivamente R\$ 5.474.000,00, R\$ 3.448.000,00 e R\$ 1.622.000,00.

c- dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

Somos comprometidos com a qualidade de nossos produtos e serviços, com o objetivo de assegurar a satisfação dos nossos clientes, manter nossa competitividade e o nosso crescimento. Nossa filosofia é a melhoria contínua de nossos processos.

O processo de desenvolvimento tecnológico é de responsabilidade dos Departamentos de Engenharia de Produtos e das suas respectivas unidades de negócios - máquinas-ferramenta e máquinas para plásticos, o que permitiu melhorias e ganhos de produtividade no desenvolvimento de novos projetos e acompanhamento dos produtos atuais. Estes departamentos congregam uma estrutura permanente de desenvolvimento tecnológico, baseada nos Departamentos de Engenharia de Produtos e de Métodos.

Nosso desenvolvimento tecnológico próprio, voltado a produtos e processos, já resultou no depósito e concessão de mais de 60 patentes em diversos países da América, Europa e Ásia. Além do desenvolvimento próprio, temos complementado nosso acervo tecnológico através de acordos de colaboração tecnológica com empresas líderes em nível global.

Possuímos 15 patentes em vigor, sendo 2 no Brasil e 13 no exterior, além de 1 patente requerida no exterior. Além disso, possuímos o registro de 18 marcas no Brasil e de 110 no exterior, sendo que mais 4 foram requeridas no Brasil e 5 no exterior.

a- receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

A parcela da receita operacional líquida decorrente de vendas a clientes localizados no Brasil para os anos de 2011, 2010 e 2009 está evidenciada no quadro a seguir.

b- receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

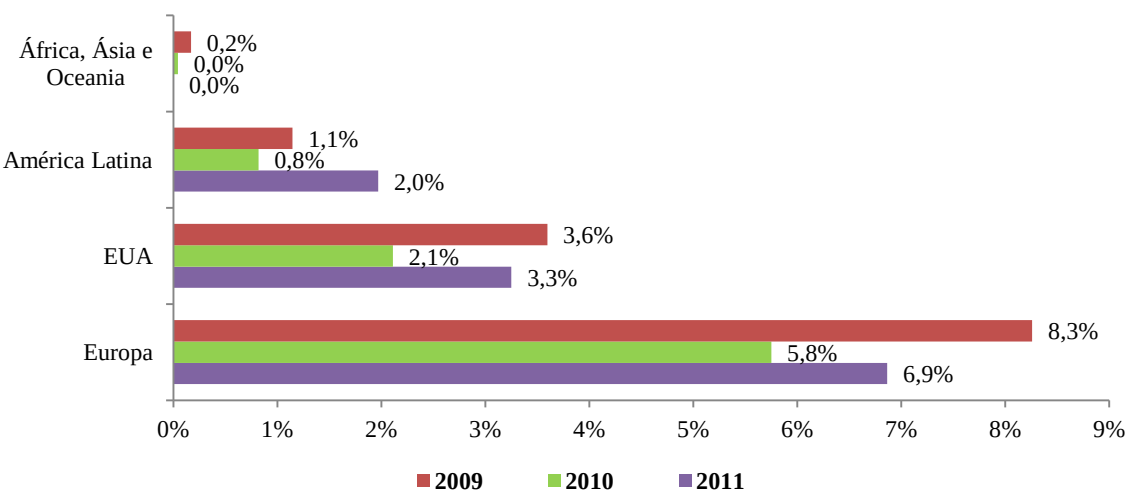
A parcela da receita operacional líquida decorrente de vendas a clientes localizados em países estrangeiros para os anos de 2011, 2010 e 2009 está evidenciada no quadro a seguir.

em R\$	exercícios encerrados em 31 de dezembro de		
Mercados	2011	2010	2009
Mercado Interno	554.767.000,00	614.752.000,00	412.791.000,00
<i>participação % na ROL</i>	<i>87,9%</i>	<i>91,3%</i>	<i>86,8%</i>
Mercado Externo	76.287.000,00	58.777.000,00	62.643.000,00
<i>participação % na ROL</i>	<i>12,1%</i>	<i>8,7%</i>	<i>13,2%</i>
Receita Operacional Líquida	631.054.000,00	673.529.000,00	475.434.000,00

c- receita total proveniente de países estrangeiros e sua participação na receita líquida total do emissor

Mercado Externo - % sobre ROL	2011	2010	2009
Europa	6,9%	5,8%	8,3%
EUA	3,3%	2,1%	3,6%
América Latina	2,0%	0,8%	1,1%
África, Ásia e Oceania	0,0%	0,0%	0,2%
Mercado Externo	12,1%	8,7%	13,2%

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior



7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

A Companhia obedece a regulação pertinente aos produtos que ela comercializa em diferentes países. Movimentos atípicos, como medidas protecionistas ou quedas de mercado podem de algum modo afetar as vendas de seus produtos. Contudo, a concentração de vendas, seja por país destinatário, ou cliente específico não é relevante no montante total de vendas do emissor.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

Contratos de longo prazo

Em 26 de janeiro de 2012, a Companhia e a Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA, pertencente ao grupo Endesa, resolveram aditar o contrato de compra de energia elétrica firmado em 1º de maio de 2007, objetivando adequar o volume de energia elétrica originalmente contratado às atuais necessidades da Companhia. Como resultado dessa adequação o período de fornecimento da energia elétrica foi estendido por mais um ano, ou seja, até 31 de dezembro de 2014, e passou a refletir os seguintes valores os quais são reajustados anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M:

Ano de fornecimento	Valor
2012	9.471.000,00
2013	10.833.000,00
2014	8.587.000,00
Total	28.891.000,00

A Administração da Companhia é da opinião de que esse contrato está condizente com as necessidades de consumo de energia elétrica para o prazo contratado.

Relatório de sustentabilidade

No seu Relatório Anual a Romi apresenta os seus Indicadores de Sustentabilidade produzidos com base nas diretrizes do GRI (Global Reporting Initiative), nível B.

Para consulta e/ou download do Relatório, acessar o website (<http://www.romi.com.br>) na seção Investidores -> Relatório Anual

7.9 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

a- controladores diretos e indiretos

Abaixo, são apresentadas as tabelas contendo a posição acionária dos controladores da Companhia, em 31 de dezembro de 2011:

ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE

Acionista	CNPJ	quantidade de ações - em unidades		
		Ordinárias	%	Total %
Fênix Empreendimentos S.A.	51.319.358-0001/12	27.166.190	36,34%	27.166.190 36,34%
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	00.383.281-0001/09	5.330.000	7,13%	5.330.000 7,13%
Genesis Smaller Companies	-	5.527.900	7,39%	5.527.900 7,39%
Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Petros	34.053.942/0001-50	7.016.145	9,39%	7.016.145 9,39%
Demais		29.717.312	39,75%	29.717.312 39,75%
Total		74.757.547	100,00%	74.757.547 100,00%

(1) Administrador de fundos - Inglaterra

POSIÇÃO DOS CONTROLADORES

Composição	posição em 31 de dezembro de 2011	
	quantidade de ações	%
Controladores		
Fênix Empreendimentos S.A.	27.166.190	36,34%
Famílias Romi e Chiti	6.879.810	9,20%
Fundação Romi	1.406.260	1,88%
	35.452.260	47,42%
Diretoria	2.000	0,00%
Conselho de Administração	18.753	0,03%
Em circulação	39.294.534	52,55%
Total	74.757.547	100,00%

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

b- controladas e coligadas

Possuímos seis subsidiárias:

A Romi Machine Tools Ltd. é a nossa subsidiária constituída nos Estados Unidos da América sendo a responsável pela importação, vendas e suporte para todos os tipos de máquinas-ferramenta produzidas pela Romi naquele País.

A Romi Europa GmbH, por sua vez, constituída na Alemanha, é o veículo que a Companhia utiliza para importação, vendas e suporte para todos os tipos de máquinas-ferramenta produzidas por nós na Europa.

A Romi Italia S.r.l. foi constituída para adquirir um conjunto de ativos da Sandretto Industrie S.r.l. in Amministrazione Straordinaria ("Sandretto"), compreendendo terrenos, prédios, instalações, máquinas, equipamentos, ferramentas, veículos, móveis, computadores, software, tecnologia, desenhos, marcas, patentes, informações técnicas e comerciais, além da totalidade do capital social das quatro subsidiárias integrais da Sandretto, situadas no Reino Unido, Holanda, Espanha e França.

A Romi A.L. S.A. é uma subsidiária constituída no Uruguai para representação comercial na América Latina, e em especial para custear a nossa participação em exposições e feiras.

A Rominor, Comércio Empreendimentos e Participações S.A. e a Intercean Comércio, Importadora e Exportadora são as nossas duas subsidiárias no Brasil. Enquanto atualmente a primeira possui e administra alguns imóveis e outros recursos próprios, a segunda é uma sociedade trading que se encontra inativa.

A Sandretto México é uma subsidiária constituída no México para a comercialização e prestação de serviços relacionados aos produtos fabricados pela Companhia.

c- participações do emissor em sociedades do grupo

As únicas sociedades do grupo que detêm participação societária na Companhia são aquelas elencadas no item "a" acima.

d- participações de sociedades do grupo no emissor

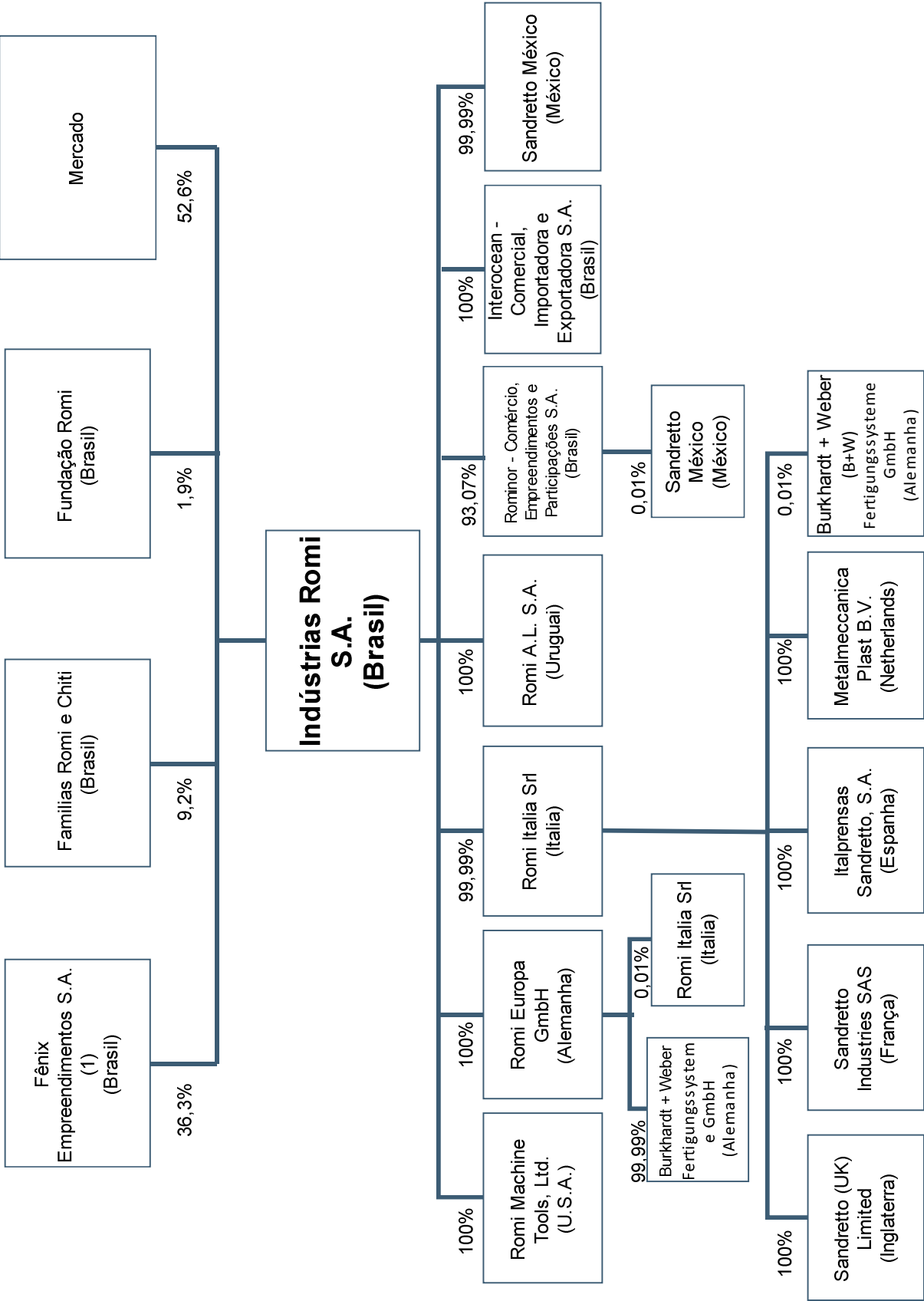
As únicas sociedades do grupo que detêm participação societária na Companhia são aquelas elencadas no item "a" acima.

e- sociedades sob controle comum

Informado no item 8.2.

8.2 - Organograma do Grupo Econômico

Organograma Societário



(1) Fênix Empreendimentos S.A. é uma companhia holding controlada pelas famílias Romi e Chiti.

8.3 - Operações de reestruturação

Data da operação	31/01/2012
Evento societário	Alienação e aquisição de controle societário
Descrição da operação	Em 22 de dezembro de 2011, a Romi anunciou a compra, por meio da Romi Europa, sua subsidiária direta integral, da Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH ("B+W"), importante e tradicional fabricante alemã de máquinas-ferramenta. A B+W está instalada em uma região industrial de destaque e polo de desenvolvimento de alta tecnologia em manufatura, em Reutlingen, na Alemanha. Seus produtos são vendidos diretamente e também por representantes comerciais no mundo todo, inclusive, na China, por meio de uma subsidiária em que B+W detém participação acionária de 30% do capital social. Ela é reconhecida mundialmente pelo alto grau de sofisticação e tecnologia dos seus produtos, e em seu portfólio destacam-se os centros de usinagem horizontais de grande porte e máquinas para aplicações especiais, de 4 e 5 eixos, com alta precisão e produtividade, destinados ao atendimento de setores industriais relevantes como o automotivo comercial, aeronáutico, de energia, dentre outros. A aquisição, concluída em 31 de janeiro de 2012, está em linha com o plano estratégico da Romi, de ampliar o seu portfólio de produtos com maior conteúdo tecnológico e expandir globalmente suas bases de operações e de mercados. Nos próximos anos, a Romi adicionará produtos B+W ao seu portfólio de máquinas-ferramenta, aumentando assim sua capacidade de oferecer para seus clientes da América do Sul e do Norte máquinas premium, com maior precisão, produzidas na Alemanha. O valor pago foi de € 20,5 milhões, dos quais € 4,1 referem-se a posição de caixa líquido da empresa. Assim, o "enterprise value" da referida aquisição foi de aproximadamente € 16,4 milhões.
Data da operação	22/11/2011
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Recompra de ações
Descrição da operação	Em 22 de agosto de 2011, o Conselho de Administração aprovou o programa de aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia, sendo que as operações de aquisição de ações serão realizadas entre 22/08/2011 e 18/02/2012 (180 dias), e a quantidade de ações ordinárias a ser adquirida será de até 3.000.000 (três milhões), representando 7,64% das ações ordinárias em circulação no mercado. Até 30 de setembro de 2011, 705.000 ações foram adquiridas no montante de R\$ 4.371 mil, representando um valor médio de aquisição de R\$ 6,20 por ação. Essas ações adquiridas impactaram o cálculo do lucro por ação do período. O objetivo da Companhia com o Programa é maximizar a geração de valor para o seu acionista, através da aplicação de parte dos seus recursos financeiros disponíveis, dentro do montante global das reservas de lucro e de capital. Em 7 de fevereiro de 2012, o Conselho de Administração aprovou prorrogação deste programa por mais 180 dias a partir de sua data original de encerramento (operações de aquisição de ações poderão ser realizadas até 16/08/2012, sem intervalo). A quantidade de ações ordinárias a ser adquirida de até 3.000.000 (três milhões) não foi alterada. Até 31 de dezembro de 2011, 742.400 ações foram adquiridas no montante de R\$ 4.598 mil, representando um valor médio de aquisição de R\$ 6,19 por ação. O objetivo da Companhia com o Programa continua sendo maximizar a geração de valor para o seu acionista, por meio da aplicação de parte dos seus recursos financeiros disponíveis, dentro do montante global das reservas de lucro e de capital.
Data da operação	24/03/2009
Evento societário	Incorporação

8.3 - Operações de reestruturação

Descrição da operação

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 24 de março de 2009, foi aprovada a incorporação da JAC pela Companhia, com a consequente extinção, de pleno direito, da JAC, com incorporação de todo o patrimônio da JAC pela Companhia, e a transferência, para a Companhia, de todos os bens, direitos e obrigações da JAC. Com a incorporação da JAC e a sua consequente extinção, a Companhia será sua sucessora legal, a título universal e para todos os fins de direito, em todos os seus direitos e obrigações. Considerando que a totalidade das quotas representativas do capital social da JAC são detidas integralmente pela Companhia, a versão para a Companhia do patrimônio da JAC não acarreta em qualquer alteração do capital social da Companhia, nem na emissão de novas ações. O mercado foi devidamente informado sobre a incorporação, conforme fato relevante publicado em 24 de março de 2009.

8.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros

Não temos outros bens relevantes, além dos que serão tratados nos itens 9.1.a. – Ativo Imobilizado, 9.1.b. – Patentes/marcas/licenças e 9.1.c. – Participação em sociedades.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.a - Ativos imobilizados

Descrição do bem do ativo imobilizado	País de localização	UF de localização	Município de localização	Tipo de propriedade
Prédio da nova Fundação UF82	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Prédio da Fábrica da UF16	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Infraestruturas externas do projeto paradiso	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Infraestrutura do projeto Vulcano	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Edifício industrial da UF10	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Edifício Industrial da UF11	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Área de 62,92 ha nas proximidades do distrito industrial e rodovia dos bandeiran	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Prédio de logística - projeto paradiso	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Depósito de resíduos industriais	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Centro de usinagem dupla coluna Okuma MCR-BII	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Centro de usinagem dupla coluna modelo MCR-A5	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Centro de usinagem dupla coluna Okuma tipo pórtico	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Depósito do almoxarifado geral	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Área de terras na Rodovia SP 304	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Licença de uso de programas Oracle	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Camara de jateamento com 12 turbinas	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Retífica plana modelo SF-3	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Romi PH 800 Eixo Y	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Máquina automática para moldagem de areia verde	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Ponte rolante dupla viga modelo carro guincho	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Máquina laser de comando numérico para corte de chapas	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Linha de distribuição interna para subestação de energia elétrica	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Máquina para retificar superfícies planas com duas colunas portal	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Sistema de exaustão dos fornos de indução bernauer	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Sistema de despoeiramento dos desmoldadores	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Prédio de Estoque de Máquinas UF15 e UF16	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria
Mandrilhadora Lazzati modelo Line T - Type HB 130T	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	Própria

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.b - Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia

Tipo de ativo	Descrição do ativo	Território atingido	Duração	Eventos que podem causar a perda dos direitos	Consequência da perda dos direitos
Contrato de transferência de tecnologia	Cessão de direitos de tecnologia e propriedade intelectual para fabricação de máquinas sopradoras	Não aplicável	Não aplicável	Não pagamento do contrato de transferência de tecnologia	Perda de receitas, entretando não significativa para a receita total do grupo.
Contrato de transferência de tecnologia	Transferência de tecnologia entre Romi e Lazzati para fabricação de máquinas para plástico	Não aplicável	Não aplicável	Não pagamento do contrato de transferência de tecnologia.	Perda de receitas, entretando não significativa para a receita total do grupo.
Contrato de transferência de tecnologia	Contrato de transferência de tecnologia celebrado entre Romi e PFG S.R.L. em 13/05/2010.	Não aplicável	Não aplicável	Não pagamento do contrato de transferência de tecnologia.	Perda de receitas, entretando não significativa para a receita total do grupo.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
Helen Acquisition Corp.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Estados Unidos	NY	New York	Holding não operacional que tem por objetivo a participação em outras sociedades.	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2011	0,00		
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
A Companhia tinha por objetivo, com essa sociedade, efetivas aquisições de outras sociedades fora do Brasil. Em fevereiro de 2011, a Companhia decidiu retornar o capital investido nessa companhia.								
Interocean Comércio Importadora e Exportadora	62.091.038/0001-74	-	Controlada	Brasil	SP	Santa Barbara dOeste	"Trading" inativa nos períodos apresentados.	100,000000
				Valor mercado	31/12/2010	0,00		
31/12/2011	30,515600	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2011	11.812,35		
31/12/2010	-15,000000	0,000000	0,00					
31/12/2009	-0,090909	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
"Trading" inativa nos períodos apresentados.								
Romi A.L. S.A.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Uruguai		Montevideu	Representação comercial para a América latina.	100,000000
				Valor mercado	31/12/2011	0,00		
31/12/2011	39,585200	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2011	1.996.068,32		
31/12/2010	-0,150000	0,000000	0,00					
31/12/2009	-0,909090	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Representação comercial para a América latina.								
Romi Europa GmbH	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Alemanha		Munique	Assistência técnica e apoio a revendedores da Europa, Ásia, África e Oceania	100,000000
				Valor mercado	31/12/2010	0,00		
31/12/2011	4542,917700	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2011	51.257.811,35		

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)		Data	Valor (Reais)		
31/12/2010	-0,557692	0,000000	0,00					
31/12/2009	-0,473084	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
É estratégico para a Companhia manter uma assistência técnica permanente, para seus clientes nos continentes referenciados.								
Romi Itália S.R.L.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Itália		Turin	Desenvolvimento de projetos, produção e venda, distribuição, importação e exportação de máquinas e equipamentos para o processamento de matérias-primas plásticas.	100,000000
					Valor mercado 31/12/2010	0,00		
31/12/2011	-57,973500	0,000000	0,00		Valor contábil 31/12/2011	11.263.104,23		
31/12/2010	-0,210511	0,000000	0,00					
31/12/2009	0,617400	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Desenvolvimento de projetos, produção e venda, distribuição, importação e exportação de máquinas e equipamentos para o processamento de matérias-primas plásticas.								
Romi Machine Tools, Ltd.	00.000.000/0000-00	-	Controlada	Estados Unidos		Erlanger	Distribuição de máquinas-ferramenta e fundidos e usinados para a América do Norte.	100,000000
					Valor mercado 31/12/2010	0,00		
31/12/2011	-38,543800	0,000000	0,00		Valor contábil 31/12/2011	3.548.107,87		
31/12/2010	0,173694	0,000000	0,00					
31/12/2009	-12,989011	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Distribuição de máquinas-ferramenta e fundidos e usinados para a América do Norte								
Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A.	84.696.814/0001-00	-	Controlada	Brasil	SP	Santa Barbara d'Oeste	Empreendimentos e participações em geral.	93,070000
					Valor mercado 31/12/2010	0,00		
31/12/2011	-0,341200	0,000000	0,00		Valor contábil 31/12/2011	26.443.457,89		
31/12/2010	-0,011180	0,000000	20.262.063,54					
31/12/2009	-0,211900	0,000000	2.974.444,92					

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes / 9.1.c - Participações em sociedades

Razão social	CNPJ	Código CVM	Tipo sociedade	País sede	UF sede	Município sede	Descrição das atividades desenvolvidas	Participação do emisor (%)
Exercício social	Valor contábil - variação %	Valor mercado - variação %	Montante de dividendos recebidos (Reais)	Data	Valor (Reais)			
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
Empreendimentos e participação em geral.								
Sandretto México	00.000.000/0000-00	-	Controlada	México			comercialização e prestação de serviços relacionados aos produtos fabricados pela Companhia	100,000000
				Valor mercado				
31/12/2011	0,000000	0,000000	0,00	Valor contábil	31/12/2011	16.960,77		
31/12/2010	0,000000	0,000000	0,00					
31/12/2009	0,000000	0,000000	0,00					
Razões para aquisição e manutenção de tal participação								
comercialização e prestação de serviços relacionados aos produtos fabricados pela Companhia no México.								

9.2 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia apresenta uma posição financeira estável, com expectativa de crescimento em 2012, com base no crescimento industrial. Mesmo diante da crise iniciada em 2008, que adentrou o ano de 2009, a Administração tomou as ações necessárias para equilibrar as condições financeiras e patrimoniais e adicionalmente, buscou todas as oportunidades diante do crescimento econômico brasileiro no ano de 2010. Durante o exercício de 2011 a Companhia tomou diversas medidas internas de reajuste de quadros, revisão de metas e divulgação de produtos que causaram um impacto negativo nas margens operacionais. Após esses ajustes, e com a constante melhora da posição brasileira na economia mundial, a Companhia acredita que há perspectiva de crescimento para 2012 e não há fatos para acreditarmos que tal situação se altere de forma significativa em um curto espaço de tempo, exceto pela forte influência de aspectos macroeconômicos extraordinários ainda não conhecidos.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i. hipóteses de resgate

Não aplicável à Companhia.

ii fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável à Companhia.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Administração da Companhia, através do planejamento e controle constante dos seus ativos e passivos financeiros acredita não haver sinalização negativa em relação à capacidade de pagamento dos seus compromissos financeiros. As dívidas da Companhia são, em sua maioria representadas por financiamentos junto ao BNDES, com características de longo prazo e taxas de juros de mercado, conforme informações disponíveis, a partir de 08/02/2012 no site da Comissão de Valores Mobiliários e no site oficial da Companhia (www.romi.com). Em 31 dezembro de 2011, a Companhia apresentava disponibilidades no montante total de R\$ 162.813.000,00 e dívidas financeiras de R\$ 236.814.000,00, resultando em uma dívida líquida no montante de R\$ 74.001.000,00.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Atualmente a principal fonte de captação de recursos da Companhia é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Atualmente a Companhia não tem a intenção de utilizar fontes de financiamento para cobertura de liquidez.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Para os anos de 2011, 2010 e 2009 a Companhia possuía os seguintes níveis de endividamento:

	2011	2010	2009
Caixa e equivalentes de caixa	162.813.000,00	246.935.000,00	225.913.000,00
Financiamentos (parcelas do circulante)	-113.038.000,00	-24.927.000,00	-25.538.000,00
Financiamentos (parcelas do não circulante)	<u>-123.776.000,00</u>	<u>-212.615.000,00</u>	<u>-207.123.000,00</u>
Caixa Líquido (valor de caixa e equivalentes de caixa deduzido dos financiamentos)	-74.001.000,00	9.393.000,00	-6.748.000,00
Patrimônio Líquido	677.776.000,00	700.042.000,00	682.875.000,00
Nível de endividamento financeiro (dívida líquida / patrimônio líquido)	-11%	1%	-1%

g. contratos de empréstimo e financiamento relevantes.

	REF.	Circulante	Não Circulante	Vencimento	Amortização do principal	Encargos financeiros	Garantias
Financiamentos de exportação (R\$)	a)	76.128	17.298	16/12/2013	Parcela única	4,5% ao ano	Nota promissória
Imobilizado (R\$)	b)	30.385	97.870	15/11/2017	Mensal	TJLP + Juros de 1,3 a 2% ao ano	Alienação fiduciária de máquinas e hipoteca de imóveis e terrenos
FINAME diversos (R\$)		4.483	7.600	15/06/2010	Mensal	TJLP a 12,5% ao ano + Juros de 1,3% ao ano, pagos mensalmente com a amortização do principal	Alienação fiduciária da máquina financiada/aval/nota promissória
Saques refinanciados (R\$)		1.326	1.008	15/06/2013	Mensal	LIBOR + 1% de "spread"	Contrato de prenda do cliente
Romi Machine Tools - capital de giro - US\$		24	-	30/06/2012	Semestral	Juros de 6,31% a 6,39% ao ano + variação cambial	Nota promissória/aval
Romi Itália (Sandretto UK Ltd.) - libras esterlinas		692	-	30/11/2012	Semestral	Juros de 1,65% ao ano + LIBOR	Ativo imobilizado
		113.038	123.776				

(a) A Companhia obriga-se a exportar, até a data de liquidação do contrato, o equivalente ao valor contratado em moeda nacional convertido para dólares americanos pela taxa de câmbio da data do contrato, totalizando US\$ 50.000.000,00 até 16 de dezembro de 2013. Na ocorrência de não exportação dentro do prazo estipulado, será exigida multa contratual correspondente a 10% sobre o valor inadimplido. A Companhia espera cumprir as condições de exportação estabelecidas no contrato de financiamento.

(b) Durante o ano de 2011, a Companhia assinou aditivo contratual com o BNDES, substituindo as garantias financeiras por hipoteca de imóveis de propriedade da Companhia, com os equipamentos nele instalados.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

A Companhia possui uma operação denominada Finame Fabricante, onde os prazos podem ser de até 48 meses, operadas com agentes financeiros.

iii. grau de subordinação entre as dívidas.

Não há grau de subordinação entre as dívidas da Companhia.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Durante o ano de 2011, a Companhia assinou aditivo contratual com o BNDES, substituindo as garantias financeiras de restrição de distribuição de dividendos (covenants) por hipoteca de imóveis de propriedade da Companhia, com os equipamentos nele instalados.

h. limites de utilização dos financiamentos já contratados

A Companhia não tem nenhum empréstimo já contratado com recursos ainda não liberados.

i. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Ativo:			
Circulante (a)	950.348.000,00	976.708.000,00	914.546.000,00
Não circulante (b)	<u>863.046.000,00</u>	<u>884.484.000,00</u>	<u>824.069.000,00</u>
Total do ativo	<u>1.813.394.000,00</u>	<u>1.861.192.000,00</u>	<u>1.738.615.000,00</u>
Passivo:			
Circulante (c)	512.924.000,00	450.169.000,00	406.009.000,00
Não circulante (d)	620.726.000,00	709.006.000,00	647.953.000,00
Patrimônio líquido	677.776.000,00	700.042.000,00	682.656.000,00
Participação dos não controladores	<u>1.968.000,00</u>	<u>1.975.000,00</u>	<u>1.997.000,00</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>1.813.394.000,00</u>	<u>1.861.192.000,00</u>	<u>1.738.615.000,00</u>
Receita operacional, líquida dos impostos (e)	631.054.000,00	673.529.000,00	475.434.000,00
Lucro bruto (f)	172.612.000,00	242.753.000,00	147.296.000,00
Lucro/Prejuízo operacional (g)	-11.064.000,00	76.901.000,00	9.181.000,00
Resultado antes dos impostos	<u>-228.000,00</u>	<u>81.148.000,00</u>	<u>14.536.000,00</u>
Lucro líquido do exercício	<u>4.326.000,00</u>	<u>68.750.000,00</u>	<u>12.808.000,00</u>

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- (a) A variação refere-se ao consumo das disponibilidades durante o exercício de 2011. Aproximadamente 60% da redução das disponibilidades foram consumidos pelo estoque. O restante consumido pelas atividades da companhia, como resultado, principalmente da redução da geração de caixa medido pelo EBTIDA de 2010 para 2011. Já a variação entre 2010 e 2009 refere-se basicamente ao aumento das contas de caixa e equivalentes de caixa, em função da geração de recursos pela companhia durante o exercício de 2010 e a conta de estoques, em função do aumento no nível de atividades da Companhia em 2010.
- (b) A variação é representada pelas reduções no saldo de contas a receber (aproximadamente R\$ 21 milhões, devido principalmente ao menor volume de vendas no último trimestre de 2011), e do imobilizado (cerca de R\$ 8 milhões), pela depreciação dos equipamentos. Os investimentos em 2011, principalmente pelo ambiente econômico, não foram suficientes para o volume de depreciação do exercício. Já a variação entre 2010 e 2009 refere-se ao aumento dos investimentos em imobilizado, na ordem de R\$ 33.000.000,00 e ao aumento das parcelas classificadas no ativo não circulante dos Valores a receber – Repasse de Finame fabricante, em função do crescimento da receita.
- (c) Transferências dos financiamentos que passaram a ser vencíveis no curto prazo, oriundo de contratos com vencimentos em parcela única do BNDES (cerca de R\$ 88 milhões). Adicionalmente foram constatadas reduções nas seguintes contas: Fornecedores (cerca de R\$ 8 milhões, em função da redução das atividades de compra de materiais em 2010), Salários e encargos (cerca de R\$ 10 milhões, devido a provisão para participação nos resultados de 2010 que não se repetiu no ano de 2011) e Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (cerca de R\$ 9 milhões – em função da não proposição de dividendos para o último trimestre de 2011). Já a variação entre 2010 e 2009 refere-se basicamente as seguintes principais contas: salários e encargos sociais (em função das margens operacionais no ano de 2010 houve o provisionamento de cerca de R\$ 9.000.000,00 referente a participação nos lucros e resultados e R\$ 1.000.000,00 em 2009), aumento do financiamento denominado FINAME Fabricante decorrente do crescimento da receita em 2010 e fornecedor, em decorrência do aumento do nível de atividade da companhia em 2010 e melhora nos prazos de pagamentos.
- (d) Transferência para o curto prazo dos financiamentos do BNDES vencíveis em parcela única em 2012. Já a variação entre 2010 e 2009 refere-se ao aumento do financiamento denominado FINAME Fabricante decorrente do crescimento das operações no ano de 2010.
- (e) A receita operacional líquida apresentou uma redução de 6% em relação ao ano passado. A redução da receita ocorreu nas unidades de máquinas-ferramenta e máquinas para plástico, pela política agressiva de descontos adotada pela companhia para fazer frente à concorrência dos produtos importados e manter o mesmo volume de entrada de pedidos, assim como o menor volume de vendas quando comparado ao ano de 2010, principalmente na unidade de máquinas para plástico. Já na unidade de fundidos e usinados a companhia apresentou um crescimento da receita, principalmente pelo incremento no volume vendido quando comparado com 2010. Já a variação entre 2010 e 2009, a receita operacional líquida foi 41,7% superior em relação a 2009, crescimento considerável por superar o crescimento do PIB industrial e também da Formação Bruta de Capital Fixo. O crescimento da receita ao longo do ano de 2010 deve-se, basicamente, ao bom desempenho geral das operações da Companhia e pelo desempenho positivo da

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

atividade industrial no Brasil. O investimento em inovação, considerado assaz estratégico pela Romi, também é responsável pelo desempenho observado. Os produtos lançados nos últimos três anos foram responsáveis por 65,1% da Receita Operacional Líquida em 2010.

- (f) A margem bruta em 2011 foi de 27,4%, inferior a de 2010 em 8.6 p.p., reflexo dos ajustes operacionais efetuados pela companhia frente às dificuldades enfrentadas em 2011. Já a variação entre 2010 e 2009, a margem bruta em 2010 foi de 36%, demonstrando melhora em relação aos 31% alcançados em 2009. Este fato é reflexo do aumento da produtividade e do volume das operações, que ajudam na diluição dos custos fixos.
- (g) A Companhia apresentou resultado operacional negativo e os principais motivos foram: retração das vendas no exercício, intensificação dos descontos para manter a competitividade, os aumentos da massa salarial e das verbas rescisórias para adequação da mão de obra ao programa de produção. Já a variação entre 2010 e 2009, o crescimento de 458,26% no lucro operacional deve-se ao aumento da margem bruta de contribuição mencionado no item (f) acima, além de o maior faturamento possuir grande impacto nas despesas operacionais, que são, em sua maioria, consideradas como fixas.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 - Os diretores devem comentar

- a. resultados das operações do emissor, em especial:
 - i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita operacional da Companhia é composta pela venda de: máquinas ferramenta, máquinas para plásticos, peças de reposição, reforma de máquinas, peças fundidas e/ou usinadas e prestação de serviços de assistência técnica e outros.

- ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Política agressiva de descontos para fazer frente a competição do produto importado (principalmente chinês) e ajustes operacionais realizados pela Companhia em 2011, para adequação a revisão ao programa de produção estimado inicialmente para o ano em curso.

- b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

No comparativo dos 12 meses dos anos de 2010 e 2011, houve crescimento de receita na unidade de Fundidos e Usinados (informações disponíveis no “press release”, disponível no site da companhia em 07/12/2012), entretanto houve queda no faturamento, tanto da unidade de Máquinas-Ferramentas, quanto no de Máquinas para Plásticos. No caso de Máquinas-Ferramenta, ao longo do ano a Companhia intensificou sua política de descontos com o objetivo de manter o volume de sua atividade operacional. Já no caso de Máquinas para Plástico, a Companhia vem sofrendo a concorrência de produtos importados, principalmente vindos da China, e por isso, também nesta unidade, intensificou sua política de descontos.

- c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Segundo os nossos critérios de análise dos impactos relacionados aos aspectos mencionados, tais fatores não alteraram significativamente o resultado operacional da Companhia no exercício de 2011.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.3 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve alienação ou introdução de segmento operacional relevante durante o exercício de 2011.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária durante o exercício de 2011. Em meados de 2012 a companhia divulgou um fato relevante (documento na íntegra pode ser lido no site oficial da Companhia, www.romi.com, na seção de “Investidores”) referente à aquisição, através da subsidiária integral Romi Europa GmbH (“Romi Europa”), da totalidade das ações representativas do capital social da Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH (“B+W”).

c. eventos ou operações não usuais

Não houve nenhum evento ou operação não usual que merecesse destaque.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.4 Os diretores devem comentar

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

As seguintes normas, interpretações e alterações de normas contábeis foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011, entretanto, não tiveram impactos sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"):

<u>CPC Nº</u>	<u>Assunto</u>	<u>Deliberação CVM Nº</u>
15(R1)	Combinação de negócios	665/11
19(R1)	Investimento em empreendimentos controlado em conjunto (joint venture)	666/11
20(R1)	Custos de empréstimos	672/11
21(R1)	Demonstração Intermediária	673/11
35(R1)	Demonstração Separadas	667/11

IFRS:

<u>Norma</u>	<u>Assunto</u>
IAS 24	Divulgações de Partes Relacionadas
IAS 32	Instrumentos Financeiros
IFRIC 14 e IAS 19	Pagamentos Antecipados de Exigência de Financiamento Mínimo
Melhorias às IFRSs (2010)	Alteração de sete pronunciamentos, inclusive IFRS 3, IAS 27 e IFRIC 13, e diversas divulgações nas demonstrações financeiras
IFRIC 19	Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos Patrimoniais

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não aplicável.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não há ressalvas, porém os seguintes parágrafos de ênfase foram considerados no relatório dos auditores independentes, as quais estão previstas nos normativos direcionados aos auditores independentes, e são uma prática de mercado, e não estão relacionados a questões operacionais da Companhia:

- As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Indústria Romi S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.
- Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado** – Os auditores examinaram também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para as Companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria, de acordo com as normas brasileiras, e, em de acordo com a opinião dos auditores, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Abaixo apresentamos as práticas contábeis que, na avaliação da Administração, são as mais relevantes na confecção e apresentação das demonstrações financeiras da Companhia:

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis aplicadas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 são as seguintes:

1) Conversão de saldos em moeda estrangeira

O critério para conversão dos saldos ativos e passivos das operações em moeda estrangeira, exceto investimentos, consiste na conversão para moeda nacional (R\$) à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

a. Moeda funcional das controladas

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora e de suas controladas localizadas no Brasil.

A moeda funcional das controladas no exterior é determinada com base no ambiente econômico principal em que elas operam, sendo que quando a moeda for diferente da moeda funcional de apresentação das demonstrações financeiras, essas são convertidas para o Real (R\$) na data do fechamento.

- Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

10.5 - Políticas contábeis críticas

- Conversão das demonstrações financeiras das controladas no exterior

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido na rubrica de "Outros resultados abrangentes".

2) Ativos financeiros

- a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e vencimento original de 90 dias ou menos e com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros auferidos até a data-base do balanço.

- b) Empréstimos e recebíveis

A Companhia considera as seguintes classes de ativos financeiros como parte da categoria de empréstimos e recebíveis: caixa e equivalentes de caixa, duplicatas

a receber, valores a receber - Repasse FINAME Fabricante e outros recebíveis. Empréstimos e recebíveis não possuem pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados em um mercado ativo, sendo mensurados pelo custo amortizado. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

- c) Avaliação da recuperabilidade de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (*impairment*). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

3) Estoques

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização (valor estimado de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas para realizar a venda) e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. A Companhia custeia seus estoques por absorção, utilizando a média móvel ponderada para estes.

10.5 - Políticas contábeis críticas

4) Imobilizado

É avaliado ao custo deduzido da respectiva depreciação, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados incorridos durante a fase de construção das novas unidades. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil econômica estimada dos bens.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável.

O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos.

O valor residual e a vida útil econômica estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício.

O valor residual dos itens do imobilizado são baixados imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o respectivo valor recuperável.

5) Investimentos em empresas controladas

a) Controladora:

Os investimentos em empresas controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde a data que o controle é adquirido. De acordo com este método, as participações financeiras nas controladas são reconhecidas nas demonstrações financeiras ao custo de aquisição, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional, com exceção das variações cambiais destas empresas, as quais são registradas em conta específica do patrimônio líquido, denominada "Ajustes de Avaliação Patrimonial". Estes efeitos serão reconhecidos em receitas e despesas quando da venda ou baixa do investimento.

Após reduzir a zero o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais são consideradas, e um passivo (provisão para passivo a descoberto) é reconhecido somente na extensão em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da controlada.

Do valor pago na aquisição, o montante que excede o valor justo do patrimônio líquido da adquirida na data da transação é tratado contabilmente como ágio por rentabilidade futura. Adicionalmente, os saldos dos investimentos poderão ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento

Os dividendos recebidos de controladas são registrados como uma redução do valor dos investimentos.

10.5 - Políticas contábeis críticas

b) Consolidado:

A Companhia consolidou integralmente as demonstrações financeiras da Companhia e de todas as empresas controladas. Considera-se existir controle quando a Companhia detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembléia Geral ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, a fim de obter benefícios de suas atividades.

A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada separadamente no balanço patrimonial consolidado e na demonstração consolidada do resultado, respectivamente, na conta de “Participação dos acionistas não-controladores”.

Para as aquisições de empresas realizadas a partir de 1º de janeiro de 2006, data da transição para o IFRS pela Companhia, os ativos, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária são mensurados pelo respectivo valor justo na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio e classificado como “Intangível”. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição.

As transações e saldos entre e com as controladas foram eliminados no processo de consolidação e eventuais ganhos e perdas decorrentes destas transações são igualmente eliminadas. Sempre que necessário, são efetuados ajustes às demonstrações financeiras das empresas controladas tendo em vista a uniformização das respectivas práticas contábeis de acordo com o IFRS e as práticas contábeis aplicadas pela Companhia.

6) Intangível

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são compostos principalmente por compra de cessão de direitos sobre projetos de máquinas, os quais possuem vida útil definida, e são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável. Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo, deduzido da amortização acumulada e de perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida são amortizados ao longo de suas vidas úteis usando um método de amortização que reflete o benefício econômico do ativo intangível.

Os ativos intangíveis são revisados anualmente para efeitos de avaliação por perdas pela não recuperabilidade, ou se os acontecimentos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

A Companhia revisa o período de amortização e o método de amortização para seus ativos intangíveis com vida útil definida ao final de cada exercício.

10.5 - Políticas contábeis críticas

7) Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos e reversão de eventual provisão constituída

Na data de cada demonstração financeira, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor em uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil.

Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano em dezembro. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (impairment) e a eventual redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício.

Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada.

8) Passivos financeiros e instrumentos patrimoniais

a) Classificação como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

b) Empréstimos e financiamentos

Empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo custo amortizado. Adicionalmente são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

c) Instrumentos de patrimônio

Um instrumento patrimonial é baseado em um contrato que demonstre a participação nos ativos de uma entidade após serem deduzidos todos os seus passivos.

9) Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos decorrentes de operações de curto prazo, quando relevante, foram ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado. A taxa de desconto utilizada foi de aproximadamente 10,9% ao ano (10,5% em 31 de dezembro de 2010), a qual tem como fundamento e premissa a taxa média publicada pela Associação Nacional dos Bancos de Investimento e Distribuidoras - "ANBID". A mensuração do ajuste a valor presente foi realizada em base exponencial "pro rata die", a partir da origem de cada transação.

10.5 - Políticas contábeis críticas

As reversões dos ajustes dos ativos e passivos monetários foram contabilizadas como receitas ou despesas financeiras

10) Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras nos países onde as subsidiárias da Companhia operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos com vigência na data base das demonstrações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados, bem como são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A despesa ou receita com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia somente reconhece uma provisão sobre assuntos fiscais se um evento passado originar uma obrigação presente. A Companhia determina se uma obrigação presente existir no final do exercício tomando em consideração todas as evidências disponíveis, incluindo, por exemplo, a opinião de assessores jurídicos. A Companhia também leva em consideração se é provável que existirá uma saída de ativos e se uma estimativa confiável pode ser feita.

11) Benefícios a empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e de aposentadoria, assistência médica, odontológica e participação nos lucros.

10.5 - Políticas contábeis críticas

O plano de aposentadoria pós-emprego caracteriza-se na modalidade de plano de contribuição definida, sobre o qual a Companhia não tem nenhuma obrigação legal caso o plano não possua ativos suficientes para o pagamento dos benefícios obtidos pelos funcionários como resultado de serviços passados prestados.

As contribuições ao plano de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidas como despesa quando efetivamente incorridas, ou seja, no momento da prestação de serviços dos empregados à Companhia.

12) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos).

13) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio foram tratados como distribuição de dividendos para efeito de apresentação nas demonstrações financeiras. O valor dos juros sobre o capital foi calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Companhia, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo de lucros retidos antes de incluir o lucro líquido do próprio exercício, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, foi considerado como dedutível para fins de imposto de renda, o imposto de renda retido na fonte calculado à alíquota de 15%, devido na época do pagamento ou do registro do respectivo valor da remuneração.

14) Reconhecimento de receita de vendas de produtos

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando conhecidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito a transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador. Os fretes sobre vendas são registrados como despesas de venda.

15) Provisões

As provisões são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação presente (legal ou implícita), existe a probabilidade de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança.

O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação na data de encerramento das demonstrações financeiras, levando em

10.5 - Políticas contábeis críticas

consideração

os riscos e incertezas relacionados à obrigação. Quando a provisão é mensurada usando o fluxo de caixa estimado para liquidar a obrigação presente, o seu valor é determinado através do valor presente desses fluxos de caixa.

Quando o benefício econômico requerido para liquidar uma provisão é esperado ser recebido de terceiros, esse valor a receber é registrado como um ativo quando o reembolso é virtualmente certo e o montante possa ser estimado com segurança.

Garantias

A provisão para custos com garantia é reconhecida na data da venda dos produtos, com base na melhor estimativa da Administração sobre os custos a serem incorridos para a prestação dos serviços de garantia dos produtos.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

10.6 Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

É entendimento da Administração que a Companhia possui um ambiente de controles internos suficientemente confiável para que as demonstrações financeiras estejam livres de erros materiais. Os controles internos são efetuados, em sua maioria, de forma sistêmica, através do sistema de informações integrado (ERP) Oracle.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

A preparação das recomendações está em fase de finalização e assim que tivermos a compilação das informações atualizaremos o formulário de referência, caso haja algum assunto que mereça destaque.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios**10.7 Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar****a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

Não houve nenhuma captação de recursos através de oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos períodos 2008, 2009, 2010 e 2011.

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não aplicável.

c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não aplicável.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- iv. contratos de construção não terminada
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia, em 31 de dezembro de 2011, não possui ativos e/ou passivos que não aparecem em suas demonstrações financeiras ou que não estejam divulgados nas notas explicativas, que são parte integrante das demonstrações financeiras.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável.

- b. natureza e o propósito da operação

Não aplicável.

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável.

10.10 - Plano de negócios

10.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2012, a Companhia pretende destinar seus investimentos à expansão, produtividade e manutenção do parque fabril no montante de R\$ 20.000.000,00 e a Projetos de expansão através de aquisição de investimentos no exterior no montante de R\$ 49.200.000,00.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

A Administração realizou os investimentos previstos para o ano de 2011 através de capital próprio e através de financiamentos oferecidos pelo BNDES. Para o ano de 2012 serão utilizadas fontes de recursos próprios.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos relevantes em andamento e/ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

No primeiro ITR 2012 a companhia divulgou a aquisição, através da subsidiária integral Romi Europa GmbH ("Romi Europa"), da totalidade das ações representativas do capital social da Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH ("B+W"), que ocasionou a ampliação da capacidade produtiva.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Anualmente a Companhia desenvolve e lança novos produtos que possuem participação relevante em suas receitas. Porém, as pesquisas em andamento representam informações confidenciais não divulgadas antes do efetivo lançamento do produto.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Historicamente a Companhia investe aproximadamente 4% da sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Os projetos somente são divulgados no lançamento dos produtos, portanto, não há projetos em desenvolvimento já divulgados.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2011 o total investido em pesquisa e desenvolvimento foi de R\$ 26.085.000,00 (R\$ 24.838.000,00 em 2010).

10.11 - Outros fatores com influência relevante

10.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não aplicável.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

a- objeto da projeção (guidance)

Para o ano de 2012 não divulgamos guidance pois entendemos que nos últimos anos, dada a conjuntura macroeconômica instável pela qual o mundo e especialmente o Brasil está passando, nossas previsões, que são altamente dependentes das condições do mercado, do desempenho econômico geral do país, do setor, e dos mercados internacionais, tiveram que passar por revisões, o que pode prejudicar a interpretação dos investidores.

b- período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável.

c- premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle

Não aplicável.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

Quando divulgamos *guidance*, o Conselho de Administração analisa trimestralmente os números apresentados ao mercados em suas reuniões.

No período atual, considerando que não estamos divulgando *guidance* para 2012, esse acompanhamento se torna “não aplicável”.

a- Atribuições do Conselho de Administração:

Conforme estabelecido no Estatuto Social, a Companhia é administrada por um Conselho de Administração, composto por, 5 (cinco) e, no máximo, 11 (onze) membros, residentes ou não no país, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato unificado de 1 (um) ano, permitida a reeleição, sendo no mínimo 20% (vinte por cento) membros independentes, com mandato unificado de 1 (um) ano, e por uma Diretoria, composta por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 10 (dez) membros, sendo: 1 (um) Presidente, 1 (um) Vice-Presidente, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores, e por até 7 (sete) Diretores, com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

As atribuições do Conselho de Administração são aquelas definidas na legislação em vigor, no Estatuto Social, no seu Regimento Interno e no Regulamento do Novo Mercado da BM&FBovespa.

O Artigo 26 do Estatuto Social da Companhia estabelece como competência exclusiva do Conselho de Administração, sem prejuízo das demais competências previstas no Estatuto Social e na forma da lei:

1. Definir a missão, as políticas e os objetivos gerais e estratégicos da Companhia, supervisionar a gestão, e atuar diligentemente em prol dos interesses da Companhia e de todos os acionistas, visando à criação de valor no longo prazo, dispondo sobre:
 - a) A estratégia de negócios da Companhia;
 - b) O planejamento das atividades da Companhia;
 - c) Os programas de expansão dos setores existentes ou início de novas atividades;
 - d) A adoção de novas linhas de produtos e alteração das já existentes;
 - e) A abertura e encerramento de subsidiárias, filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia, ou alteração nos já existentes; no país e/ou no exterior;
 - f) Participação e desinvestimento em outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista;
 - g) Aplicação, em empresas coligadas ou não, de investimentos derivados de incentivos fiscais; e
 - h) Negociação de ações da própria Companhia.
2. Eleger e destituir, a qualquer tempo, os Diretores da Companhia, fixando, por ocasião da eleição, as respectivas atribuições;
3. Fiscalizar a gestão dos Diretores;
4. Deliberar sobre a convocação de Assembleias Gerais;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

5. Manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração e das contas da Diretoria, propondo à Assembleia Geral a destinação dos lucros e a distribuição de dividendos;
6. Deliberar sobre: a) levantamento de balanços semestrais ou em períodos menores, e, com base neles, declarar dividendos; b) declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual, já submetido à Assembleia Geral Ordinária;
7. Autorizar:
 - a) a aquisição, a alienação e a constituição de ônus reais de bens imóveis ou ativos intangíveis da Companhia;
 - b) a alienação ou a constituição de ônus reais de bens móveis que façam parte do ativo permanente da Companhia;
 - c) a prestação de garantias a obrigações de terceiros; e
 - d) a emissão de Notas Promissórias para distribuição pública.
8. Propor à Assembleia Geral aumento ou diminuição do capital social e a forma de subscrição, integralização e emissão de ações;
9. Escolher e destituir auditores independentes;
10. Fixar, dentro da importância global determinada pela Assembleia Geral, a participação de cada membro do Conselho de Administração, de cada membro do Conselho Consultivo e de cada Diretor, na participação de que trata o artigo 44 deste Estatuto;
11. Fixar, dentro da importância global determinada pela Assembleia Geral, a remuneração individual dos administradores e do Conselho Consultivo;
12. Deliberar sobre a emissão de ações ou quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações, cuja deliberação não seja de exclusiva competência de Assembleia Geral, dentro do limite do capital autorizado, e com a faculdade prevista no artigo 10 deste Estatuto Social.
13. Aprovar o pagamento ou crédito de juros, a título de remuneração do capital próprio, na forma da legislação em vigor, imputando-os ou não à conta de dividendos.
14. Definir a lista tríplice de empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a elaboração de laudo de avaliação da Companhia ou das ações da Companhia, conforme o caso, nos casos de oferta pública de aquisições de ações para cancelamento de registro de companhia aberta ou para saída do Novo Mercado.
15. Manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse do conjunto dos acionistas e em relação à liquidez dos valores mobiliários de sua titularidade; (ii) as repercussões da oferta pública de aquisição de ações sobre os interesses da Companhia; (iii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM.

O Regimento Interno do Conselho de Administração determina as seguintes competências ao Conselho de Administração, em adição do estabelecido no Estatuto Social:

- Aprovar e manter atualizado o Código de Ética e Conduta Empresarial da Companhia;
- Respeitada a legislação e o Estatuto Social, definir e manter atualizada a Política de distribuição, aos acionistas da Companhia, de Dividendos e/ou Juros sobre o Capital Próprio;
- Definir e manter atualizada a Política de Assunção de Riscos pela Companhia;
- Determinar, anualmente, o valor, acima do qual, atos, contratos ou operações, embora de competência da Diretoria, deverão ser submetidos à prévia aprovação do Conselho; e
- Zelar para que as estratégias, políticas e diretrizes emanadas pelo Conselho sejam efetivamente implementadas pela Diretoria, sem, todavia, interferirem assuntos operacionais.

b- data de instalação do conselho fiscal e estrutura de funcionamento:

O Conselho Fiscal da Companhia foi eleito em 13 de março de 2012, em caráter não permanente, com mandato vigorando até a Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada nos quatro primeiros meses do exercício social de 2013.

O Conselho Fiscal, cujo funcionamento não será permanente, compor-se-á de 3 (três) a 5 (cinco) membros e de igual número de suplentes e funcionará, nos termos do parágrafo 2º do artigo 161 da Lei 6.404/76, a partir da Assembléia que eleger os seus membros, no exercício social em que for instalado, terminando o seu mandato na primeira Assembléia Geral Ordinária efetuada após a instalação.

O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, terá as atribuições e poderes que a Lei lhe confere.

Os membros efetivos do Conselho Fiscal, quando este for instalado, terão a remuneração que for fixada pela Assembleia Geral que os eleger, atendido o disposto no parágrafo 3º do artigo 162 da Lei 6.404/76.

A posse dos membros do Conselho Fiscal é condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal, conforme previsto no Regulamento de Listagem do

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Novo Mercado. Os membros do Conselho Fiscal deverão, imediatamente após a investidura nos respectivos cargos, comunicar à BM&FBOVESPA a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia de que sejam titulares direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos.

c - mecanismo de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê:

- Conselho de Administração: Processo de auto-avaliação formal, com periodicidade anual;
- Diretoria: Avaliação formal, com periodicidade anual, sendo o Diretor Presidente avaliado pelo Conselho de Administração e os demais Diretores, avaliados pelo Diretor-Presidente e revisada pelo Conselho de Administração.

d- em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais:

As atribuições dos Diretores são:

Livaldo Aguiar dos Santos (Diretor-Presidente): I Coordenar e supervisionar a implementação das diretrizes emanadas do Conselho de Administração, objetivando sua fiel execução; II Supervisionar a atividade corporativa e societária da Companhia e as decorrentes da sua participação em empresas controladas; III Substituir provisoriamente o Diretor de Relações com Investidores nas suas ausências e impedimentos; e IV Supervisionar todas as atividades da Companhia, relacionadas à subsidiária Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH ("B+W");

William dos Reis (Vice-Presidente): I - Substituir provisoriamente o Diretor-Presidente nas suas ausências e impedimentos; II - Supervisionar todas as atividades da Companhia ligadas à comercialização e venda de máquinas para plásticos, no país e no exterior, exceto Subsidiárias; III - Supervisionar todas as atividades da Companhia, relacionadas ao desenvolvimento de tecnologia de máquinas para plásticos; IV - Supervisionar as atividades industriais da Unidade Fabril nº 3 da Companhia, localizada na Av. Pérola Byington, nº 56, em Santa Bárbara d'Oeste-SP; V - Supervisionar as atividades industriais das Unidades Fabris nºs 14 e 15 da Companhia, localizadas na Rodovia SP-304, em Santa Bárbara d'Oeste-SP, e do Departamento de Manutenção Geral (DMG);

Hermes Alberto Lago Filho (Diretor): I - Supervisionar todas as atividades da Companhia ligadas à comercialização e venda de máquinas-ferramenta, no país e no exterior, exceto Subsidiárias; II - Supervisionar todas as atividades da Companhia, relacionadas ao desenvolvimento de tecnologia de máquinas-ferramenta, e III - Supervisionar as atividades industriais das Unidades Fabris nºs 16 e 19 da Companhia, localizadas na Rodovia SP-304, em Santa Bárbara d'Oeste-SP

Fábio José Azevedo Degan (Diretor): I - Supervisionar todas as atividades da Companhia ligadas à comercialização e venda de peças fundidas e/ou usinadas, no país e no exterior; II - Supervisionar as atividades industriais da Unidade Fabril nº 1 da Companhia, localizada na Av. Pérola Byington, nº 56, em Santa Bárbara d'Oeste-SP; III - Supervisionar as atividades industriais das Unidades Fabris nºs 10, 11, 81 e 82 da Companhia, localizadas na Rodovia SP-304, todas em Santa Bárbara d'Oeste-SP, e IV- Supervisionar as atividades do Departamento de Engenharia Industrial e Manutenção (DEIM);

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

Ivan Carvalho de Machado (Diretor): **I** - Supervisionar todas as atividades da Companhia ligadas à assistência técnica, venda de máquinas usadas e aluguel de máquinas-ferramenta e de máquinas para plásticos, venda de peças de reposição, no país e no exterior e **II** – Supervisionar a Unidade de Serviço Máquinas-Ferramentas Pesadas (US-MFP) ;

Luiz Cassiano Rando Rosolen (Diretor): **I** - Supervisionar as atividades financeiras da Companhia; **II** – Supervisionar todas as atividades da Companhia, relacionadas a Compras; **III** - Supervisionar as atividades comerciais, vendas e operacionais das subsidiárias da Companhia, no Brasil e no exterior (exceto B+W), e

Fábio Barbanti Taiar (Diretor de Relações Com Investidores): **I** - Desempenhar a função de Diretor de Relações com Investidores, atendendo as exigências da CVM - Comissão de Valores Mobiliários e da BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A.; **II** - Supervisionar a atividade de Controladoria da Companhia e suas subsidiárias; e **III** - Assistir e auxiliar o Diretor-Presidente, na administração dos negócios da Companhia.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a- prazos de convocação:

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias Gerais da Companhia são convocadas mediante anúncio publicado por 3 vezes no Diário Oficial do Estado de São Paulo, bem como em outro jornal de grande circulação. A primeira convocação deve ser feita, no mínimo, 15 dias antes da realização da Assembleia Geral, e a segunda convocação deve ser feita com, no mínimo, 8 dias de antecedência. A CVM poderá, todavia, a pedido de qualquer acionista e ouvida a Companhia, em determinadas circunstâncias, requerer que a primeira convocação para as Assembleias Gerais da Companhia seja feita em até 30 dias antes da realização da respectiva Assembleia Geral.

b- competências:

- a) Sem prejuízo das demais matérias previstas em lei e no Estatuto Social da Companhia, dependerá da aprovação da Assembleia Geral a prática dos seguintes atos: a) reformar o estatuto social,
- b) Eleger ou destituir, a qualquer tempo, os administradores e fiscais da companhia,
- c) Tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
- d) Autorizar a emissão de debêntures,
- e) Suspender o exercício dos direitos do acionista;
- f) Deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social,
- g) Autorizar a emissão de partes beneficiárias,
- h) Deliberar sobre transformação, fusão, incorporação e cisão da companhia, sua dissolução e liquidação, eleger e destituir liquidantes e julgar-lhes as contas,
- i) Autorizar os administradores a confessar falência e pedir concordata,
- j) Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos,
- k) Fixar a remuneração global dos Administradores e dos membros do Conselho Consultivo;
- l) Eleger, quando for o caso, os membros do Conselho Consultivo;
- m) Autorizar a saída da Companhia do Novo Mercado da BM&FBOVESPA;
- n) Escolher a instituição ou empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação da Companhia ou das ações da Companhia, conforme o caso, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, dentre as instituições ou empresas especializadas indicadas pelo Conselho de Administração; e
- o) Autorizar a emissão de debêntures.

c- endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembléia geral estarão à disposição dos acionistas para análise:

Os documentos relativos à Assembleia Geral estão à disposição dos acionistas para análise na sede da Companhia, na Av. Pérola Byington, 56, Centro, Santa Bárbara d'Oeste-SP, no endereço eletrônico da Companhia (www.romi.com/investidores), bem como nas páginas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br) e da BM&FBovespa – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. (www.bmfbovespa.com.br), na rede mundial de computadores.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

d- identificação e administração de conflitos de interesses:

Respeitado os termos da lei, a identificação e administração de conflitos de interesse também são reguladas pelo Código de Ética e Conduta Empresaria, pela Política de Divulgação e Uso de Informações Relevantes e Preservação de Sigilo e pela Política de Negociação de Ações, Títulos e Valores Mobiliários e seus Derivativos de emissão da Companhia, disponíveis na página na rede mundial de computadores da Companhia (www.romi.com/investidores).

e- solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto:

Respeitados os termos da lei, a Companhia admite o exercício do direito de voto por procuração aos administradores para o exercício do direito de voto, desde que o representante outorgado esteja validamente constituído e que a procuração contenha o voto a ser proferido. Entretanto, a Companhia não possui um sistema de solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto.

f- formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se o emissor admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico:

As procurações devem ser enviadas com firma reconhecida e com comprovação de poderes dos signatários, até o nível do acionista. A Companhia não admite procurações outorgadas por meio eletrônico.

g- manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias:

A Companhia não mantém fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembleias.

h- transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias:

A Companhia não mantém sistema de transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembleias.

i- mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas:

A Companhia não mantém mecanismos formais e expressos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2011	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	08/02/2012
		Valor Econômico - SP	08/02/2012
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Município - SP	14/02/2012
			15/02/2012
			16/02/2012
		Valor Econômico - SP	14/02/2012
			15/02/2012
			16/02/2012
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Município - SP	13/03/2012
		Valor Econômico - SP	13/03/2012
31/12/2010	Demonstrações Financeiras	Valor Econômico - SP	09/02/2011
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	10/02/2011
			11/02/2011
			12/02/2011
		Valor Econômico - SP	10/02/2011
			11/02/2011
			14/02/2011
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	06/04/2011
		Valor Econômico - SP	06/04/2011
31/12/2009	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	10/02/2010
		Valor Econômico - SP	10/02/2010
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	11/02/2010
			15/02/2010
		Valor Econômico - SP	11/02/2010
			12/02/2010
			12/02/2010
			13/02/2010
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - SP	23/04/2010
		Valor Econômico - SP	23/04/2010

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

a- frequência das reuniões:

Conforme estabelecido no Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia, o Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 8 (oito) vezes por ano, conforme calendário aprovado até 30 de novembro do ano anterior, ou, em caráter extraordinário, sempre que o interesse da Companhia o exigir, a critério do Presidente do Conselho ou de pelo menos dois Conselheiros.

b- se existirem, as disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho:

Não aplicável.

c- regras de identificação e administração de conflitos de interesses:

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer membro do Conselho de Administração da Companhia está proibido de votar em qualquer assembleia ou reunião do Conselho, ou de atuar em qualquer operação ou negócios nos quais tenha interesses conflitantes com os da Companhia. Além disso, a identificação e administração de conflitos de interesse são regulados pelo Código de Ética e Conduta Empresarial e Política de Divulgação de Ato e Fato Relevante e de Negociação com Ações.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

O Estatuto Social da Companhia, em seu Art. 63, estabelece que a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem a ser instituída e processada pela Câmara de Arbitragem do Mercado de acordo com as regras do seu Regulamento de Arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da existência, aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem e do Regulamento de Sanções.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
William dos Reis	56	Pertence apenas à Diretoria	13/03/2012	AGO de 2013
017.456.838-01	Engenheiro	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	13/03/2012	Sim
Não aplicável				
Hermes Alberto Lago Filho	58	Pertence apenas à Diretoria	13/03/2012	AGO de 2013
208.955.500-91	Engenheiro	Reponsável pela área comercial e assistência técnica	13/03/2012	Sim
Não aplicável				
Luiz Cassiano Rando Rosolen	38	Pertence apenas à Diretoria	13/03/2012	AGO de 2013
171.588.618-64	Administrador de Empresas e Contador	Diretor Financeiro e Supply Chain	13/03/2012	Sim
Não aplicável				
Fábio José Azevedo Degan	48	Pertence apenas à Diretoria	13/03/2012	AGO de 2013
052.570.458-26	Engenheiro	Diretor responsável pela Unidade de Negócios de Fundidos e Usinados	13/03/2012	Sim
Não aplicável				
Ivan Carvalho de Machado	49	Pertence apenas à Diretoria	13/03/2012	AGO de 2013
116.722.088-90	Engenheiro	Responsável pela Diretoria de Serviços	13/03/2012	Sim
Não aplicável				
Livaldo Aguiar dos Santos	58	Pertence apenas à Diretoria	13/03/2012	AGO de 2013
870.221.928-04	Engenheiro	10 - Diretor Presidente / Superintendente	13/03/2012	Sim
Não aplicável				
Fábio Barbanti Taiar	33	Pertence apenas à Diretoria	13/03/2012	AGO de 2013
275.907.618-00	Administrador de Empresas	12 - Diretor de Relações com Investidores	13/03/2012	Sim
Responsável também pelas áreas de Controladoria, Recursos Humanos, Jurídico e Tecnologia da Informação				
Alexander Bialer	65	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/03/2012	AGO de 2013
029.379.568-15	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	13/03/2012	Não
Não aplicável.				
Américo Emílio Romi Neto	56	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/03/2012	AGO de 2013
016.334.888-02	Engenheiro	20 - Presidente do Conselho de Administração	13/03/2012	Sim
Presidente do Conselho de Administração da subsidiária Rominor – Comércio, Empreendimentos e Participações S.A				

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Carlos Guimarães Chiti	49	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/03/2012	AGO de 2013
048.669.548-41	Administrador de Empresas	21 - Vice Presidente Cons. de Administração	13/03/2012	Sim
Gerência do departamento de gestão de risco				
Monica Romi Zanatta	31	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/03/2012	AGO de 2013
274.117.138-64	Administradora de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	13/03/2012	Sim
Gerente de Vendas de Máquinas para Plástico no Mercado Externo				
Paolo Guglielmo Bellotti	75	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/03/2012	AGO de 2013
416.654.578-72	Engenheiro	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	13/03/2012	Sim
Não aplicável.				
Paulo Romi	48	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/03/2012	AGO de 2013
082.401.568-19	Engenheiro	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	13/03/2012	Sim
Não aplicável.				
Pedro Mader Meloni	61	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/03/2012	AGO de 2013
555.229.208-15	Economista	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	13/03/2012	Não
Não aplicável				
Newton Carneiro da Cunha	56	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/03/2012	AGO de 2013
801.393.298-20	Administrador de Empresas	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	13/03/2012	Não
Não aplicável				
Adriana Romi	43	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/03/2012	AGO de 2013
067.631.108-39	Advogada	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	13/03/2012	Sim
Antonio Cândido de Azevedo Sodré Filho	74	Pertence apenas ao Conselho de Administração	13/03/2012	AGO de 2013
011.095.968-04	Advogado	27 - Conselho de Adm. Independente (Efetivo)	13/03/2012	Sim
Alfredo Ferreira Marques Filho	49	Conselho Fiscal	13/03/2012	AGO de 2013
028.236.498-67	Contador	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	13/03/2012	Não
Não aplicável.				
Antonio Nelson Naime	61	Conselho Fiscal	13/03/2012	AGO de 2013

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
107.545.808-06	Contador	43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	13/03/2012	Sim
Não aplicável.				
Roberto de Carvalho Bandiera	73	Conselho Fiscal	13/03/2012	AGO de 2013
014.567.848-20	Advogado	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	13/03/2012	Não
Não aplicável.				
Sergio de Vasconcellos Rodrigues	49	Conselho Fiscal	13/03/2012	AGO de 2013
024.998.328-19	Economista	45 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Minor.Ordinaristas	13/03/2012	Não
Não aplicável				
Paola Rocha Ferreira	32	Conselho Fiscal	13/03/2012	AGO de 2013
081.786.107-60	Engenheira	48 - C.F.(Suplent)Eleito p/Minor.Ordinaristas	13/03/2012	Não
Não aplicável.				

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

William dos Reis - 017.456.838-01

Formado em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia Mecânica da Universidade Estadual de Campinas - SP - UNICAMP. Ingressou em 1978 na Companhia, ocupando diversos cargos, sendo eleito pela primeira vez, Diretor da Companhia, em 2007.

É atualmente responsável pelas áreas de Comercialização, Vendas, Engenharia de Produtos e Operações da unidade de Máquinas para Plásticos. Eleito Diretor Vice-Presidente, na RCA de 22/07/2008.

Condenações criminais: nenhuma.

Hermes Alberto Lago Filho - 208.955.500-91

Formado em Engenharia Mecânica, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atua na Companhia desde 1982, onde ocupou diversos cargos na área de vendas, sendo eleito Diretor pela primeira vez em 2007.

É atualmente responsável pela Comercialização, Vendas, Engenharia de Produtos e Operações da unidade de Máquinas-Ferramenta.

Condenações criminais: nenhuma.

Luiz Cassiano Rando Rosolen - 171.588.618-64

Formado em Administração de Empresas, pela Universidade Mackenzie, em Ciências Contábeis, pela Universidade Paulista e pós-graduado em Finanças, pela Fundação Getúlio Vargas. Sua experiência profissional inclui 10 anos de atuação em auditoria no Brasil e nos Estados Unidos, sendo ele detentor do certificado CPA (Certified Public Accountant) outorgado pelo California Board of Accountancy. Atua na Companhia desde 2006, sendo desde 23 de outubro de 2008 como Diretor. É responsável pelas áreas de Tesouraria, Crédito e Cobrança, Gestão de Pedidos, Suprimentos, Supply Chain e subsidiárias excetuando-se a recém adquirida B+W.

Condenações criminais: nenhuma.

Fábio José Azevedo Degan - 052.570.458-26

Formado em Engenharia Mecânica pela Escola de Engenharia da Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba, com pós-graduação em Gerenciamento de Marketing pelo INPG - Instituto Nacional de Pós-Graduação e em Gestão Estratégica de Empresas pela UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas. Atuou por 22 anos na TRW Automotive onde assumiu diferentes responsabilidades e posições, em 2007 tornou-se Diretor de Operações.

Em 16 de março de 2010, foi eleito Diretor.

Comercialização, Vendas e Operações da unidade de Fundidos & Usinados.

Condenações criminais: nenhuma.

Ivan Carvalho de Machado - 116.722.088-90

Atuação em empresas multinacionais de grande porte, com foco no atendimento e serviços a clientes dos mais diversos segmentos, tendo ocupado, em sua última posição, o cargo de Gerente de Operações para a América Latina de uma multinacional alemã, fabricante de produtos e serviços ligados à impressão (incluindo acabamento, peças e consumíveis). Graduado em Engenharia Mecânica, pela Faculdade de Engenharia Industrial (FEI), pós-graduado em Eletrônica/Sistemas Distribuídos para Controle de Processos (Universidade de São Paulo – POLI/USP), em Automação Industrial de Processos Gráficos (Carl Duisberg – Alemanha) e em Política e Estratégia (Escola Superior de Guerra), e possui MBA Executivo em Marketing (Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM).

Atualmente é responsável pela área de Comercialização e Prestação de Serviços e Venda de peças de reposição

Condenações criminais: nenhuma.

Livaldo Aguiar dos Santos - 870.221.928-04

Formado em Engenharia Mecânica pela Faculdade de Engenharia Mecânica da Universidade Estadual de Campinas - SP - UNICAMP e pós-graduado em Gestão de Negócios, pela GE Corporate University, de Crotonville (NY), EUA. Sua experiência profissional inclui 15 anos de atuação em cargos de direção, em empresas de engenharia, bens de capital e logística.

Condenações criminais: nenhuma.

Fábio Barbanti Taiar - 275.907.618-00

Fábio Taiar é graduado em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado – FAAP e possui especialização em estágio Avançada em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas. Sua experiência profissional inclui 8 anos de atuação em auditoria. Fábio foi contratado pela Romi em janeiro de 2009 para responder pela Gerência das áreas de Contabilidade e Controladoria. Desde março de 2011 atuava como Gerente de Relações com Investidores e Planejamento Estratégico.

Condenações criminais: nenhuma.

Alexander Bialer - 029.379.568-15

Indústrias Romi S.A., Sabesp, Aviança, Andritz Hydro Inepar, desempenhando a função de membro do conselho de administração.
GE Hydro Inepar S.A., desempenhando a função de Presidente do Conselho de Administração.

Condenações criminais: nenhuma.

Américo Emílio Romi Neto - 016.334.888-02

Presidente do Conselho de Administração. Funções: Convocar, por deliberação do Conselho de Administração, as Assembleias Gerais e presidi-las; Convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração. Em 1989, foi eleito Diretor. Em 1995, passou a ocupar o posto de Diretor Vice-Presidente. De 1997 a 2007 atuou como Diretor-Presidente da Companhia. Em 1987, foi eleito pela primeira vez membro do Conselho de Administração. Em 1997, passou a Vice-Presidente e em 2003, a Presidente do Conselho de Administração.

Condenações criminais: nenhuma.

Carlos Guimarães Chiti - 048.669.548-41

Atua na Companhia desde 1993, tendo sido responsável pela área de importação e suprimentos, e hoje responde pela gerência da gestão de riscos. Em 1987, foi eleito pela primeira vez membro do Conselho de Administração. Desde 2003, Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Condenações criminais: nenhuma.

Monica Romi Zanatta - 274.117.138-64

Gerente de Vendas de Máquinas para Plástico no Mercado Externo de 2009 até presente data; Membro do Conselho de Administração de 2009 até presente data; Chefe de Melhoria Contínua de 2008 a 2009 e Assistente de Vendas para Máquinas-Ferramenta no Mercado Externo de 2001 a 2008.

Condenações criminais: nenhuma.

Paolo Guglielmo Bellotti - 416.654.578-72

Indústrias Romi S.A., desempenhando a função de Membro do Conselho de Administração e S&V Consultores S/C Ltda, desempenhando a função de sócio de empresa no ramo de consultoria.

Condenações criminais: nenhuma.

Paulo Romi - 082.401.568-19

Membro do Conselho de Administração. Funções: Atua da Companhia, desde 1988, onde ocupou diversos cargos, sendo eleito pela primeira vez Diretor em 2000 e até março/2009 foi responsável pela unidade de negócios fundidos e usinados.

Condenações criminais: nenhuma.

Pedro Mader Meloni - 555.229.208-15

Indústrias Romi S.A., membro do conselho de administração.
International Finance Corporation - Principal advisor do IFC para América Latina e Caribe.

Condenações criminais: nenhuma.

Newton Carneiro da Cunha - 801.393.298-20

Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, Diretor Administrativo.
Termobahia SA - Membro do conselho de administração
Solpart Participações S.A - Membro do conselho de administração
Contax Participações S.A - Membro do conselho de administração
FIAGO Participações S.A - Membro do conselho de administração
INPAR Participações S.A - Membro do conselho de administração

Condenação criminal: nenhuma.

Adriana Romi - 067.631.108-39

A Sra. Adriana Romi é formada em Direito pela Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, pós-graduada em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas e Mestre em Administração de Empresas pela Ohio University. Ingressou na Companhia em 1997, como advogada e de 2006 a 2009 foi responsável pelo departamento Jurídico Fiscal e Societário, tendo participado ativamente no processo de migração da Companhia para o Novo Mercado da BM&FBovespa. Foi membro do Conselho de Administração da Romi de 2000 a 2007.

Antonio Cândido de Azevedo Sodré Filho - 011.095.968-04

O Sr. Antônio Cândido de Azevedo Sodré Filho é formado em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie - SP, com Especialização em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas. É Professor de Direito Civil, na área de Direito das Obrigações, das Faculdades Metropolitanas Unidas – FMU - SP. Autor de diversos livros e artigos publicados no Brasil e no exterior. Desde 1991 é sócio principal e coordenador geral da equipe do escritório Azevedo Sodré Advogados. De 1998 a 2006 foi Membro do Conselho de Administração da Romi. Em 2006, passou a integrar Conselho Consultivo da Companhia. Em 2012, voltou ao Conselho de Administração, com a extinção do Conselho Consultivo.

Alfredo Ferreira Marques Filho - 028.236.498-67

(i) Horwath Tufani, Reis & Soares Auditores Independentes (CVM 4740); (ii) TIM Participações S.A.; (iii) Indústrias ROMI S.A.; (iv) Cia. Providência; (v) MAHLE Metal Leve S.A.; (vi) Dixie Toga S.A.; (vii) Cyrela Commercial Proprieties S.A.; (viii) Banco ABC Brasil S.A.; (ix) Credit Suisse Hedging-Griffo Corretora de Valores S.A.
(i) Sócio responsável por trabalhos técnicos de auditoria com registro no CNAI n. 596 (CVM, Bacen e SUSEP); (ii) Membro efetivo do Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria; (iii) a (vii) Membro efetivo do Conselho Fiscal; (vii) e (ix) Membro efetivo do Comitê de Auditoria.

Condenações criminais: nenhuma.

Antonio Nelson Naime - 107.545.808-06

(i) Grupo Financeiro Indusval, (ii) BKR-Lopes Machado Auditores.
(i) Superintendente Administrativo e Contábil, Membro dos Comitês de Segurança da Informação, Auditoria e Compliance, (ii) Gerente de Auditoria.

Condenações criminais: nenhuma.

Roberto de Carvalho Bandiera - 014.567.848-20

Bandiera Advogados, desempenhando o papel de sócio.

Condenações criminais: nenhuma.

Sergio de Vasconcellos Rodrigues - 024.998.328-19

(i) PETROS – Fundação Petrobrás de Seguridade Social; (ii) Indústrias Romi S.A.
(i) Assessor da Presidência. (ii) Membro do Conselho Fiscal.

Condenações criminais: nenhuma.

Paola Rocha Ferreira - 081.786.107-60

PETROS - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, exercendo a função de Gerente do Setor de Governança e Participações.

Condenações criminais: nenhuma.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Por enquanto, a Companhia não possui qualquer Comitê instaurado, porém, estamos estudamos implementar um comitê de auditoria. Enquanto o Conselho Fiscal serviria aos acionistas, o Comitê de Auditoria daria suporte ao Conselho de Administração. Isso porque acreditamos que quanto mais mecanismos de controle, maior o conforto dos acionistas minoritários e maior o benefício para o mercado de capitais. Atualmente, os custos envolvidos na manutenção das duas instâncias inviabilizam mantê-las, pois esta Companhia atua assegurando um alto nível de governança em todas as suas áreas mesmo sem o Comitê de Auditoria. Mas estamos sempre ponderando a instalação deste.

12.9 - Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Carlos Guimarães Chiti	048.669.548-41	Indústrias Romi S.A.	56.720.428/0001-63	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Vice-Presidente do Conselho de Administração				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Eugênio Guimarães Chiti	057.324.018-30	Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A.	84.696.814/0001-00	
Membro do Conselho de Administração				
<u>Observação</u>				

<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Paulo Romi	082.401.568-19	Indústrias Romi S.A.	56.720.428/0001-63	Irmão ou Irmã (1º grau por consangüinidade)
Membro do Conselho de Administração				
<u>Pessoa relacionada</u>				
Adriana Romi	067.631.108-39	Indústrias Romi S.A.	56.720.428/0001-63	
Membro do Conselho de Administração				
<u>Observação</u>				

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Exercício Social 31/12/2011Administrador do Emissor

Adriana Romi

067.631.108-39

Controle

Controlada Direta

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A.

84.696.814/0001-00

Membro do Conselho de Administração

Observação**Exercício Social 31/12/2010**Administrador do Emissor

Américo Emílio Romi Neto

016.334.888-02

Controle

Controlada Direta

Presidente do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Rominor Comércio Empreendimentos e Participações S.A.

84.696.814/0001-00

Presidente do Conselho de Administração

ObservaçãoAdministrador do Emissor

Carlos Guimarães Chiti

048.669.548-41

Controle

Controlada Indireta

Membro do Conselho de Administração

Pessoa Relacionada

Fenix Empreendimentos S.A.

51.319.358/0001-12

Membro da Diretoria

Observação

12.10 - Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função			

Administrador do Emissor

Paulo Romi	082.401.568-19	Controle	Controlada Indireta
Membro do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12		
Membro do Conselho de Administração			

Observação

Exercício Social 31/12/2009

Administrador do Emissor

Américo Emílio Romi Neto	016.334.888-02	Controle	Controlador Indireto
Presidente do Conselho de Administração			

Pessoa Relacionada

Fenix Empreendimentos S.A.	51.319.358/0001-12		
Membro do Conselho de Administração			

Observação

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

12.11 Seguros - A Companhia mantém para os seus administradores uma Apólice de Seguro de Responsabilidade Civil Administradores - D&O, Vigência 15/02/2012 a 15/02/2013, Apólice nº n.º: 01.10.4001091, Seguradora Itaú Seguros S.A., cobrindo indenizações e custos de defesa, com limite máximo de cobertura no valor R\$ 25.000.000,00.

12.12 - Outras informações relevantes

Membros do Conselho de Administração com atuação em outras companhias:

Américo Emílio Romi Neto

Presidente do Conselho de Administração de Rominor – Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. e Vice-Presidente do Conselho de Administração de Fênix Empreendimentos S.A.

Carlos Guimarães Chiti

Membro da Diretoria de Fênix Empreendimentos S.A.

Paulo Romi

Membro do Conselho de Administração de Fênix Empreendimentos S.A.

Alexander Bialer

Membro do Conselho de Administração das seguintes empresas: Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP; Avianca Airlines- TACA; Andritz Hydro Inepar e Pacific Rubiales Energy

Pedro Mader Meloni

Principal Advisor do IFC – International Finance Corporation para América Latina e Caribe.

Newton Carneiro da Cunha

Cargos ocupados em outras Companhias: Diretor Administrativo da Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros; Diretor Administrativo-Financeiro do Estacionamento Cinelândia; Membro do Conselho de Administração da Lupatech S/A

Adriana Romi

Membro do Conselho de Administração de Rominor – Comércio, Empreendimentos e Participações S.A

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a- objetivos da política ou prática de remuneração

A prática da Companhia leva em consideração as responsabilidades de cada membro, o tempo dedicado as suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

O objetivo da pratica de remuneração e a retenção dos melhores profissionais para buscar alinhamento com os interesses da Companhia, através da maximização dos índices de rentabilidade aliado aos níveis requeridos de governança corporativa.

b- composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Os elementos da remuneração são: honorários (fixos e aprovados anualmente), participação nos resultados, previdência privada (contribuição definida), assistência médica (parte paga pela Companhia) e participação em reuniões do Conselho de Administração – RCA, esta ultima aplicável somente ao Conselho de Administração.

Quanto aos objetivos, destaca-se:

Elemento da Remuneração	Objetivos
Honorários, previdência privada, assistência médica e participação em reuniões do conselho de administração – RCA, esta última aplicável somente ao Conselho de Administração.	Retenção, e retribuição pelos serviços prestados levando em consideração a responsabilidade do cargo, o tempo dedicado às suas funções, competência e reputação profissional e o valor dos serviços no mercado.
Participação nos resultados (exceto Conselho Fiscal)	Remuneração adicional que visa o reconhecimento pelos resultados atingidos

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

	<u>2011 (%)</u>	<u>2012 * (%)</u>
Honorários e encargos	66,78	84,88
Participação nos resultados (**)	22,99	-
Participação em assembleias	4,54	8,12
Previdência privada	4,78	5,91
Assistência médica	0,91	1,09

(*) refere-se a previsão da Companhia para a remuneração do ano de 2012.

(**) Devido ao fato da participação nos resultados possuir como base o lucro líquido do exercício, para o exercício de 2012 não temos como estimar esse percentual.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os honorários são reajustados em conformidade com as regras do dissídio coletivo anual.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração da Companhia é baseada nas práticas de mercado e possuem harmonização com os objetivos da Companhia.

c- principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

O único elemento da remuneração que possui correlação com indicadores de desempenho é a participação nos resultados, que é influenciada pelo lucro líquido auferido em cada exercício social.

d- como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Conforme mencionado no item acima, há um elemento (participação nos resultados) que reflete a evolução dos indicadores de desempenho (lucro líquido).

e- como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A política da Companhia leva em consideração as responsabilidades de cada membro, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado e está alinhado com os interesses dos acionistas e investidores.

f- existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Duas controladas da Companhia remuneraram, a título de honorários fixos, os administradores (diretores estatutários), entretanto, os valores são inexpressivos (em 2011, as duas controladas pagaram um total de R\$ 96 aos seus diretores estatutários).

g- existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não aplicável.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2011 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	8,00	8,00	3,00	19,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	894.191,14	3.968.745,67	171.000,00	5.033.936,81
Benefícios direto e indireto	74.499,05	501.527,39	0,00	576.026,44
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	408.000,00	1.920.000,00	0,00	2.328.000,00
Participação em reuniões	346.605,00	0,00	0,00	346.605,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O valor pago a título de remuneração variável no ano de 2011 corresponde ao resultado obtido no exercício 2010.	O valor pago a título de remuneração variável no ano de 2011 corresponde ao resultado obtido no exercício 2010.		
Total da remuneração	1.723.295,19	6.390.273,06	171.000,00	8.284.568,25

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2010 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	8,00	7,00	3,00	18,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	764.465,00	3.424.497,00	174.088,00	4.363.050,00
Benefícios direto e indireto	84.613,00	449.983,00	0,00	534.596,00
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	185.450,00	948.550,00	0,00	1.134.000,00
Participação em reuniões	468.357,00	0,00	0,00	468.357,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O valor pago a título de remuneração variável no ano de 2010 corresponde ao resultado obtido no exercício 2009.	O valor pago a título de remuneração variável no ano de 2010 corresponde ao resultado obtido no exercício 2009.		
Total da remuneração	1.502.885,00	4.823.030,00	174.088,00	6.500.003,00

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2009 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	7,00	6,00	3,00	16,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	733.086,84	3.071.169,45	175.002,00	3.979.258,29
Benefícios direto e indireto	409.571,57	451.701,70	0,00	861.273,27
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	802.435,00	2.437.568,00	0,00	3.240.003,00
Participação em reuniões	373.680,00	0,00	0,00	373.680,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	O valor pago a título de remuneração variável no ano de 20009 corresponde ao resultado obtido no exercício 2008.	O valor pago a título de remuneração variável no ano de 20009 corresponde ao resultado obtido no exercício 2008.		
Total da remuneração	2.318.773,41	5.960.439,15	175.002,00	8.454.214,56

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração Variável dos Administradores e do Conselho Fiscal	31.12.09	31.12.10	31.12.11
Conselho de Administração	1.176.115	653.807	754.605
Diretoria	2.437.568	948.550	1.920.000
Conselho Fiscal	-	-	-
Conselho Consultivo	360.000	155.476	193.535
Total	3.973.683	1.757.833	2.868.140

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

A Companhia não tem plano de pagamento baseado em ações, nos períodos apresentados.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

<u>Órgão</u>	Quantidade de Ações	
	<u>no Emissor (*)</u>	<u>nas Controladas (**)</u>
Conselho de Administração	7.992.506	646.883
Conselho Fiscal	-	-
Diretoria Estatutária	2.300	177

(*) Refere-se a quantidade de ações da Companhia (Romi), detidas, direta ou indiretamente, por membros da administração.

(**) Refere-se a quantidade de ações da controlada Rominor, detidas, direta ou indiretamente, por membros da administração.

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia não tem plano de pagamento baseado em ações, nos períodos apresentados.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

A Companhia não tem plano de pagamento baseado em ações, nos períodos apresentados.

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

A Companhia não tem plano de pagamento baseado em ações, nos períodos apresentados.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

A Companhia não tem plano de pagamento baseado em ações, nos períodos apresentados.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Valores referentes ao exercício de 2011				
a	órgão	Conselho de Administração	Diretoria	Total
b	número de membros	8	8	16
c	nome do plano	RomiPrev		
d	quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	0	0	0
e	condições para se aposentar antecipadamente	O plano não prevê aposentadoria antecipada	O plano não prevê aposentadoria antecipada	O plano não prevê aposentadoria antecipada
f	valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 2.876.955,33	R\$ 4.392.104,87	R\$ 7.269.060,20
g	valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 54.674,52	R\$ 443.023,14	R\$ 497.697,66
h	se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Em algumas circunstâncias o participante poderá solicitar o resgate antecipado. Essas circunstâncias são: i) no caso de falecimento do participante, o resgate poderá ser feito de imediato pelo beneficiário indicado no plano; ii) no caso do participante que for acometido por doença grave, ou se encontre em estágio ou situação clínica de gravidade que coloque em risco sua vida, assim caracterizado e diagnosticado por médico legalmente habilitado, identificado por seu registro profissional e emitido na conformidade das normas dos Conselhos Federal e Regional de Medicina, fará jus, adicionalmente aos saldos das contas constituídos pelas contribuições realizadas à suas expensas, ao resgate de parte ou da totalidade dos saldos de contas constituídos pelas contribuições realizadas pela Companhia; e iii) também farão jus ao resgate total ou parcial dos saldos de contas constituídos pelas contribuições realizadas pela Companhia, o participante cujo beneficiário ou pessoa que mantém com o participante vínculo de dependência seja acometido de doença grave ou se encontre em estágio ou situação clínica de gravidade que coloquem em risco a sua vida.		

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
Nº de membros	8,00	7,00	6,00	8,00	8,00	7,00	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração(Reais)	1.453.405,60	1.117.114,00	711.388,00	346.796,53	339.584,00	697.616,00	57.000,00	58.086,00	58.334,00
Valor da menor remuneração(Reais)	451.106,75	528.514,00	380.350,00	53.897,74	153.543,00	134.672,00	57.000,00	58.086,00	58.334,00
Valor médio da remuneração(Reais)	798.784,13	689.004,00	639.925,00	215.411,90	187.861,00	235.343,00	57.000,00	58.029,00	58.334,00

Observação

Diretoria Estatutária
Conselho de Administração
Conselho Fiscal

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não aplicável.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Remuneração Parte Relacionada	31.12.09	%	31.12.10	%	31.12.11	%
Conselho de Administração	1.883.657	19,80%	1.085.275	15,57%	1.137.775	12,94%
Diretoria	1.571.940	16,52%	907.826	13,02%	1.061.398	12,07%
Conselho Fiscal	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Conselho Consultivo	894.214	9,40%	343.883	4,93%	244.468	2,78%
Total Geral	9.512.981		6.970.043		8.792.818	

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não aplicável.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor**13.15 – Remuneração reconhecida – controlador/controlada**

Duas controladas da Companhia remuneraram, nos últimos 3 exercícios, as suas diretorias estatutárias. Os valores das remunerações são os seguintes:

a) Rominor – os valores abaixo incluem os encargos (INSS e FGTS):

2009	R\$ 129.522,09
2010	R\$ 129.742,53
2011	R\$ 130.216,74

b) Interocean – os valores abaixo, por serem baixos, não incluem encargos:

2009	R\$ 2.325,00
2010	R\$ 2.550,00
2011	R\$ 3.000,00

Não houve remuneração para nenhum outro órgão da administração nos períodos apresentados.

13.16 - Outras informações relevantes

Não aplicável.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

Quantidade de funcionários por país			
	2011	2010	2009
Brasil	2.542	2.758	2.297
Itália	165	223	239
França	13	12	17
Inglaterra	16	14	19
Espanha	11	10	10
Holanda	-	-	3
Alemanha	7	8	9
EUA	9	8	8
Total	2.763	3.033	2.602

Quantidade de funcionários por função desempenhada			
	2011	2010	2009
Administração	245	267	204
Comercialização	403	352	335
Diretoria	30	27	34
Produção	1.873	2.155	1.683
Tecnologia	212	232	346
Total	2.763	3.033	2.602

Índice de rotatividade			
	2011	2010	2009
Total do grupo	34%	13%	31%

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

As alterações ocorridas entre os anos de 2011 e 2010 referem-se aos ajustes que se tornaram necessários diante da conjuntura macroeconômica de incerteza, que reduziu as oportunidades de venda de máquinas em 2011.

Iniciamos o ano de 2011 otimistas, contratando colaboradores. Porém, ao longo do ano percebemos que o incremento contratado não foi necessário e no final do ano readequamos nosso quadro de colaboradores.

a – Política de salários e remuneração variável:

Tem como objetivo assegurar que todos os funcionários sejam remunerados de uma forma internamente justa e externamente competitiva, de acordo com nossas necessidades, objetivos e recursos financeiros, de forma a atrair, reter e motivar pessoal e recompensar o bom desempenho.

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E/OU RESULTADOS (PLR)

Tem como objetivo a maximização de lucros para a empresa e, conseqüentemente, gerar mais recompensa aos funcionários.

O montante da PLR é um percentual do Salário Nominal. O percentual a ser aplicado é determinado pela rentabilidade, aqui definida como Margem Operacional obtida no ano. São utilizadas 4 (quatro) tabelas de Rentabilidade (Margem Operacional), sendo 1(uma) representando a Rentabilidade Geral da Romi e as outras 3 (três) representando a Rentabilidade de cada uma das Unidades de Negócio (Máquinas-Ferramenta, Máquinas para Plástico e Fundidos/Usinados). A quantidade de salário nominal a ser pago como PLR final, já acrescida dos percentuais referentes às metas de produtividade, é calculada sobre o salário nominal do mês de dezembro, apurando-se, assim, o valor da PLR a ser paga a cada funcionário. O montante da PLR a ser paga pela ROMI é limitada a 15% (quinze por cento) do Lucro Líquido do Exercício, observado o valor individual máximo de 3 (três) salários nominais. Trimestralmente, após a publicação oficial das demonstrações financeiras do período, é divulgado aos funcionários os resultados até a data, para fins de acompanhamento. Não há pagamento mínimo individual.

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL ANUAL

Tem como objetivo manter um Sistema de Remuneração Variável Anual para os cargos de confiança (Assessor, Chefe e Gerente), visando estimular e premiar pelo atingimento dos objetivos e metas (quantitativas e qualitativas), definidos pela Direção da empresa. O valor da Remuneração Variável Anual pode chegar até 4 Salários Nominais (Gerentes), 3 Salários Nominais (Chefes) e 2 Salários Nominais (Assessores).

SISTEMA DE INCENTIVO DE VENDAS (SIV)

Tem como objetivo manter um Sistema de Incentivo de Vendas (SIV) para os profissionais que atuam na força de comercialização (Vendedores Técnicos, Gerentes de Filial de Vendas e Gerentes de Venda) em complementação ao salário nominal, visando estimulá-los no atingimento dos objetivos da Divisão de comercialização, de forma a atrair e reter bons profissionais. O valor do SIV leva em consideração o território de vendas, a classificação e pacote de produtos.

b – Política de benefícios**RESTAURANTE INTERNO:**

Tem por objetivo oferecer serviços de restaurante, de maneira mais econômica, higiênica e saudável possível. O valor de cada refeição cobrado do funcionário é estipulado de acordo com tabela, observando-se um teto determinado pelo DRH.

ASSISTÊNCIA MÉDICA

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

Tem por objetivo proporcionar um adequado atendimento nos casos de tratamento de saúde dos funcionários e seus dependentes. Os planos oferecidos são: **Plano A** (com internação em quarto coletivo e uso de rede credenciada para clínicas, médicos hospitais e serviços), **Plano B** (com internação em quarto privativo, com direito a acompanhante e uso de rede credenciada para clínicas, médicos hospitais e serviços) e **Seguro Saúde** (oferece os mesmos serviços que o plano avançado e proporciona aos usuários a opção por clínicas, médicos, hospitais e serviços fora da rede credenciadas)

PREVIDÊNCIA PRIVADA (ROMIPREV)

Tem por objetivo proporcionar uma importante contribuição adicional à renda da previdência social e ampliar os recursos do funcionário por ocasião da aposentadoria. As coberturas oferecidas são Renda Mensal Vitalícia Reversível ao Cônjuge em 60% e Múltiplo de Salários.

CESTA BÁSICA

Tem por objetivo premiar os funcionários que não se ausentam, e que dessa forma contribuem fortemente para o aumento da produtividade e eficiência. Elevar o bem-estar dos funcionários e seus familiares, concedendo itens de alimentação e higiene importantes para a saúde e qualidade de vida. Proporcionar economia nos gastos mensais dos funcionários e familiares. Todo funcionário pode optar pela Cesta Básica, assinando o termo de adesão (ou não adesão). O valor de cada cesta básica cobrado do funcionário é estipulado de acordo com tabela, observando-se um teto determinado pelo DRH.

OUTROS SERVIÇOS

Além dos benefícios acima, a empresa contrata, a expensas dos funcionários, serviços de Assistência Odontológica e Plano de Seguro de Vida em Grupo.

OBSERVAÇÃO:

Informações aplicáveis aos funcionários do Brasil. Para as subsidiárias, aplica-se legislação e condições locais.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

A empresa mantém relações baseadas na transparência e diálogo constante junto aos sindicatos dos trabalhadores.

É garantido a todos os funcionários o direito à livre associação ao sindicato, inclusive com convênio que permite o desconto da mensalidade em folha de pagamento.

Temos diversas comissões internas de empregados, como por exemplo CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes), Comissão de empregados para discussão e aprovação da PLR (Participação nos Lucros e Resultados), Comissão de Jequitibanos (funcionários com mais de 30 anos de casa), dentre outras.

O Sindicato tem abertura para, por exemplo, entregar brindes a seus associados nas dependências da empresa.

Temos empregados da companhia ocupando cargos de direção no Sindicato.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista		Participa de acordo de acionistas		Acionista controlador		Última alteração	
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)							
Classe ação		Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
José Carlos Romi							
056.637.218-51			Sim	Não	03/01/2013		
		275.124	0,368022%	0	0,000000%	275.124	0,368022%
Juliana Guimarães Chiti							
016.341.138-70			Sim	Não	03/01/2013		
		558.467	0,747038%	0	0,000000%	558.467	0,747038%
Maria Pia Romi Campos							
057.324.458-89			Sim	Não	03/01/2013		
		275.124	0,368022%	0	0,000000%	275.124	0,368022%
Fundação Petrobrás de Seguridade Social							
34.053.942/0001-50			Não	Não	03/01/2013		
		7.016.145	9,385200%	0	0,000000%	7.016.145	9,385200%
Genesis Smaller Companies							
05.839.127/0001-12			Não	Não	03/01/2013		
		5.527.900	7,394437%	0	0,000000%	5.527.900	7,394437%
Giordano Romi - Espólio							
014.766.888-34			Não	Não	03/01/2013		
		1.497.574	2,003241%	0	0,000000%	1.497.574	2,003241%
Romeu Romi							
014.770.568-15			Sim	Não	03/01/2013		
		1.147.707	1,535239%	0	0,000000%	1.147.707	1,535239%
Sandra Maria Romi Cheida							
045.954.068-86			Sim	Não	03/01/2013		
		114.576	0,153263%	0	0,000000%	114.576	0,153263%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Fundação Romi						
56.720.774/0001-41		Não	Não	03/01/2013		
	1.406.260	1,881094%	0	0,000000%	1.406.260	1,881094%
Patricia Romi Cervone						
067.630.358-70		Sim	Não	03/01/2013		
	114.576	0,153263%	0	0,000000%	114.576	0,153263%
Paulo Romi						
082.401.568-19		Sim	Não	03/01/2013		
	114.576	0,153263%	0	0,000000%	114.576	0,153263%
Roberto Seabra Mayer Romi						
123.630.568-09		Não	Não	03/01/2013		
	114.576	0,153263%	0	0,000000%	114.576	0,153263%
Ana Regina Romi Zanatta						
030.178.208-31		Não	Não	03/01/2013		
	162.834	0,217816%	0	0,000000%	162.834	0,217816%
André Luis Romi						
089.555.168-35		Sim	Não	03/01/2013		
	275.124	0,368022%	0	0,000000%	275.124	0,368022%
Anna Maria de Toledo Romi						
262.179.248-03		Sim	Não	03/01/2013		
	121.786	0,162908%	0	0,000000%	121.786	0,162908%
Fenix Empreendimentos S.A.						
51.319.358/0001-12	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013		
	27.166.190	36,339060%	0	0,000000%	27.166.190	36,339060%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Adriana Romi						
067.631.108-39		Sim	Não	03/01/2013		
114.576	0,153263%		0	0,000000%	114.576	0,153263%
Américo Emílio Romi Neto						
016.334.888-02		Sim	Não	03/01/2013		
275.124	0,368022%		0	0,000000%	275.124	0,368022%
Eugênio Guimarães Chiti						
057.324.018-30		Sim	Não	03/01/2013		
558.467	0,747038%		0	0,000000%	558.467	0,747038%
Flora Sans Romi						
160.758.058-69		Sim	Não	03/01/2013		
763.967	1,021926%		0	0,000000%	763.967	1,021926%
Frederico Romi						
052.111.018-12		Sim	Não	03/01/2013		
114.576	0,153263%		0	0,000000%	114.576	0,153263%
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL						
00.360.305/0001-04		Não	Não	03/01/2013		
2.599.900	3,477776%		0	0,000000%	2.599.900	3,477776%
Carlos Guimarães Chiti						
048.669.548-41		Sim	Não	03/01/2013		
558.466	0,747036%		0	0,000000%	558.466	0,747036%
Claudia Miriam Romi						
693.710.916-49		Não	Não	03/01/2013		
145.284	0,194340%		0	0,000000%	145.284	0,194340%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
OUTROS					
	20.738.748	27,741346%	0	0,000000%	20.738.748 27,741346%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração: 03/01/2013					
	2.999.900	4,012839%	0	0,000000%	2.999.900 4,012839%
TOTAL					
	74.757.547	100,000000%	0	0,000000%	74.757.547 100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		
Fenix Empreendimentos S.A.			51.319.358/0001-12		
Adriana Romi					
067.631.108-39	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013	
1.544.726	5,118303	0	0,000000	1.544.726	5,118303
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Américo Emílio Romi Neto					
016.334.888-02	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013	
1.956.898	6,484001	0	0,000000	1.956.898	6,484001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Ana Regina Romi Zanatta					
030.178.208-31	Brasileira-SP	Não	Sim	03/01/2013	
1.940.010	6,428044	0	0,000000	1.940.010	6,428044
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
André Luis Romi					
089.555.168-35	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013	
1.956.898	6,484001	0	0,000000	1.956.898	6,484001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Fenix Empreendimentos S.A.			51.319.358/0001-12		
Anna Maria de Toledo Romi					
262.179.248-03	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013	
70.949	0,235083	0	0,000000	70.949	0,235083
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Carlos Guimarães Chiti					
048.669.548-41	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013	
2.601.244	8,618982	0	0,000000	2.601.244	8,618982
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Claudia Miriam Romi					
693.710.916-49	Brasileira-SP	Não	Sim	03/01/2013	
1.940.000	6,428011	0	0,000000	1.940.000	6,428011
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Daniel Furlan Romi					
175.718.228-40	Brasileira-SP	Não	Sim	03/01/2013	
73	0,000242	0	0,000000	73	0,000242
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		
Fenix Empreendimentos S.A.			51.319.358/0001-12		
Eugênio Guimarães Chiti					
057.324.018-30	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013	
2.601.244	8,618982	0	0,000000	2.601.244	8,618982
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Fernando Romi Zanatta					
225.651.668-77	Brasileira-SP	Não	Sim	03/01/2013	
63	0,000209	0	0,000000	63	0,000209
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Flora Sans Romi					
160.758.058-69	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013	
202.636	0,671416	0	0,000000	202.636	0,671416
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Frederico Romi					
052.111.018-12	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013	
1.544.727	5,118310	0	0,000000	1.544.727	5,118310
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fenix Empreendimentos S.A.			51.319.358/0001-12		
Giordano Romi - Espólio					
014.766.888-34	Brasileira-SP	Não	Sim	03/01/2013	
269.507	0,892987	0	0,000000	269.507	0,892987
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Giordano Romi Junior					
030.367.578-05	Brasileira-SP	Não	Sim	03/01/2013	
1.940.073	6,428253	0	0,000000	1.940.073	6,428253
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
José Carlos Romi					
056.637.218-51	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013	
1.956.898	6,484001	0	0,000000	1.956.898	6,484001
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Juliana Guimarães Chiti					
016.341.138-70	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013	
2.601.244	8,618982	0	0,000000	2.601.244	8,618982
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Fenix Empreendimentos S.A.				51.319.358/0001-12		
Maria Pia Romi Campos						
057.324.458-89	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013		
1.956.898	6,484001	0	0,000000	1.956.898	6,484001	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
Patrícia Romi Cervone						
067.630.358-70	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013		
1.544.727	5,118310	0	0,000000	1.544.727	5,118310	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Paulo Romi						
082.401.568-19	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013		
1.544.727	5,118310	0	0,000000	1.544.727	5,118310	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Romeu Romi						
014.770.568-15	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013		
235.645	0,780788	0	0,000000	235.645	0,780788	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista		
Fenix Empreendimentos S.A.			51.319.358/0001-12		
Romeu Romi					
014.770.568-15	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013	
235.645	0,780788	0	0,000000	235.645	0,780788
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Sandra Maria Romi Cheida					
045.954.068-86	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013	
1.544.727	5,118310	0	0,000000	1.544.727	5,118310
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Suzana Guimarães Chiti					
265.639.118-03	Brasileira-SP	Sim	Sim	03/01/2013	
226.496	0,750474	0	0,000000	226.496	0,750474
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL					
30.180.410	100,000000	0	0,000000	30.180.410	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL			00.360.305/0001-04		
OUTROS					
5.330.000	100,000000	0	0,000000	5.330.000	100,000000
TOTAL					
5.330.000	100,000000	0	0,000000	5.330.000	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Fundação Petrobrás de Seguridade Social			34.053.942/0001-50		
OUTROS					
7.016.145	100,000000	0	0,000000	7.016.145	100,000000
TOTAL					
7.016.145	100,000000	0	0,000000	7.016.145	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Fundação Romi			56.720.774/0001-41		
OUTROS					
1.406.260	100,000000	0	0,000000	1.406.260	100,000000
TOTAL					
1.406.260	100,000000	0	0,000000	1.406.260	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA			CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Genesis Smaller Companies			05.839.127/0001-12		
OUTROS					
5.527.900	100,000000	0	0,000000	5.527.900	100,000000
TOTAL					
5.527.900	100,000000	0	0,000000	5.527.900	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

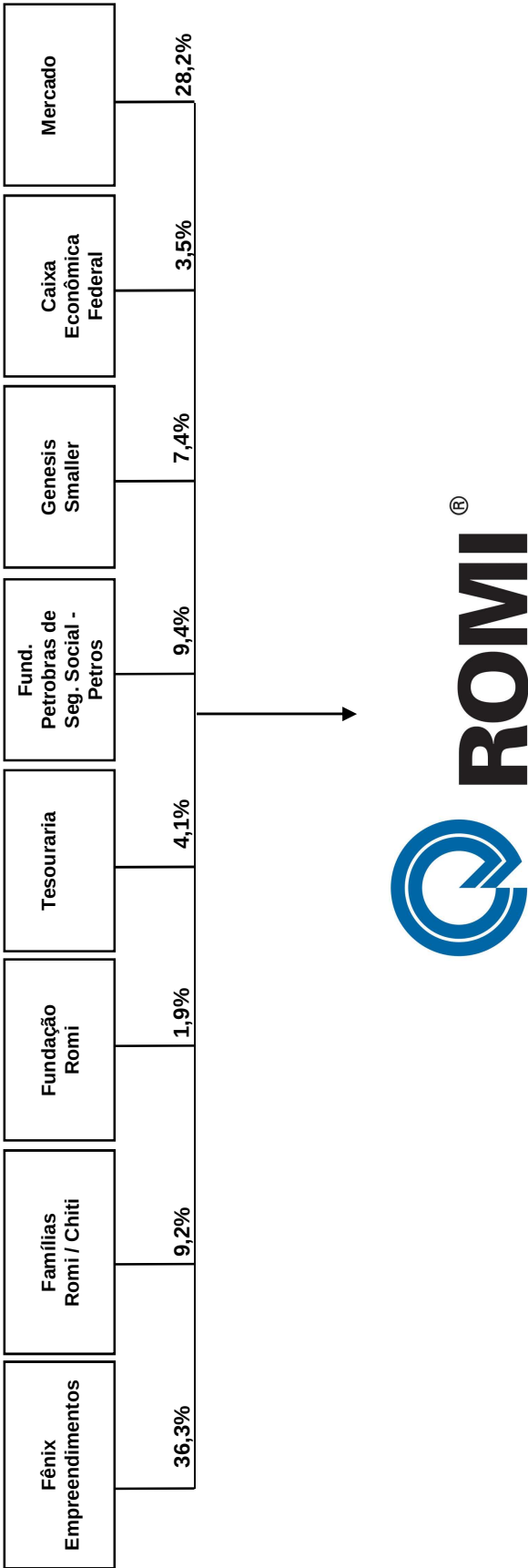
Data da última assembleia / Data da última alteração	13/03/2012
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	1.385
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	44
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	117

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	36.244.934	48,483300%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Total	36.244.934	48,483300%

15.4 - Organograma dos acionistas



Nota: Fênix Empreendimentos S.A. é uma companhia holding controlada pelas famílias Romi e Chiti.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Acordo de Votos entre Acionistas de Indústrias Romi S.A. ("Romi"), celebrado em 5 de novembro de 2012

Em 5 de novembro de 2012, os acionistas signatários do Acordo de Acionistas da Romi, datado de 29 de agosto de 1996 (e posteriores alterações), firmaram Instrumento Particular de Distrato do Acordo de Acionistas, com o intuito de pôr fim a este documento. Em substituição, esses mesmos acionistas, com exceção do Espólio de Giordano Romi (representando 2,0032% do capital social da Romi), firmaram um novo Acordo de Votos, cujos termos e condições encontram-se informados a seguir:

a) Quadro Informativo das Ações Vinculadas ao Acordo de Votos

Acionistas	Ações Vinculadas ao Acordo de Acionistas de 29/08/1996 e alterações posteriores encerrado em 5/11/2012	Ações Vinculadas ao Acordo de Votos firmado em 5/11/2012
Carlos Chiti (*)	27.905	-
Suzana Guimarães Chiti (*)	1.113.867	-
Juliana Guimarães Chiti	177.876	558.467
Carlos Guimarães Chiti	177.876	558.466
Eugênio Guimarães Chiti	177.876	558.467
Giordano Romi – Espólio	1.497.574	-
Flora Sans Romi	763.967	763.967
Américo Emílio Romi Neto	275.124	275.124
José Carlos Romi	275.124	275.124
Maria Pia Romi Campos	275.124	275.124
André Luís Romi	275.124	275.124
Romeu Romi	1.147.707	1.147.707
Anna Maria de Toledo Romi	121.786	121.786
Sandra Maria Romi Cheida	114.576	114.576
Paulo Romi	114.576	114.576
Frederico Romi	114.576	114.576
Patricia Romi Cervone	114.576	114.576
Adriana Romi	114.576	114.576
Fênix Empreendimentos S.A.	27.166.190	27.166.190
Total	34.046.000	32.548.426
Total - % do capital social	45,5418	43,5386

(*) Falecimento do Acionista Carlos Chiti, sendo que as ações em seu nome e as ações em nome de seu cônjuge Suzana Guimarães Chiti foram transferidas aos seus filhos Juliana Guimarães Chiti, Carlos Guimarães Chiti e Eugênio Guimarães Chiti.

b) Partes:

b1) Acionistas Contratantes: Juliana Guimarães Chiti, Carlos Guimarães Chiti, Eugênio Guimarães Chiti, Flora Sans Romi, Américo Emílio Romi Neto, José Carlos Romi, Maria Pia Romi Campos, André Luís Romi, Romeu Romi, Anna Maria de

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Toledo Romi, Sandra Maria Romi Cheida, Frederico Romi, Paulo Romi, Patricia Romi Cervone, Adriana Romi e Fênix Empreendimentos S.A.

b2) Interveniente Anuente: Indústrias Romi S.A.

c) Data de celebração: 05 de novembro de 2012

d) Prazo de vigência: O vigorará pelo prazo de 10 (dez) anos contados da data de sua assinatura.

e) Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle:

A Cláusula 4 do Acordo e seus parágrafos, regula o exercício de direito do voto dos Acionistas Contratantes nas Assembleias Gerais de Romi, dispondo conforme segue:

Sendo convocada assembleia geral de acionistas da Romi, os acionistas contratantes deverão se reunir em reunião prévia para apreciar, discutir e deliberar sobre as matérias da respectiva ordem do dia.

A reunião prévia em primeira convocação será instalada com a presença de acionistas contratantes que representem, no mínimo, 50% mais uma ação da totalidade das ações vinculadas ao Acordo. Caso o quórum mínimo de instalação de 50% mais uma ação da totalidade destas ações não seja alcançado em primeira convocação, uma nova reunião prévia será automaticamente convocada para se realizar no dia seguinte àquela em que a reunião prévia deveria ter sido realizada, sendo neste caso instalada a reunião prévia com qualquer quórum de presença.

As deliberações dos acionistas contratantes serão tomadas por maioria de votos dos presentes à reunião prévia e, uma vez aprovada, a posição majoritária será vinculativa para todos os acionistas contratantes, ainda que qualquer deles tenha estado ausente à citada reunião prévia e independentemente do voto específico que, naquela reunião, tenha proferido.

Os Acionistas Contratantes se comprometem e se obrigam a comparecer em todas as assembleias gerais da Romi, exercendo o direito de voto tão somente na forma que tiver sido deliberada na Reunião Prévia.

f) Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores:

Não há no Acordo nenhuma cláusula relativa à indicação de administradores da Romi.

g) Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las:

O referido Acordo não contém qualquer disposição a respeito do exercício do direito de preferência, na hipótese de alienação das ações vinculadas ao acordo.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

Com respeito à transferência de ações, a alienação de ações vinculadas ao Acordo a terceiros não enseja a adesão destes terceiros ao Acordo, ficando o acionista contratante alienante automaticamente excluído do Acordo. Não poderá ser cedido a terceiros não vinculados ao Acordo o direito de voto referente às ações integrantes deste.

Ademais, não serão permitidas desvinculações ao Acordo nos 30 (trinta) dias anteriores ou nos 30 (trinta) dias seguintes à data de uma assembleia geral de acionistas da Romi.

Por fim, o referido Acordo abrangerá, também: (i) as ações de titularidade da Fênix que venham a ser transferidas pela Fênix a qualquer um de seus acionistas em virtude de deliberação societária que objetive a retirada ou a redução da participação deste acionista no capital social da Fênix por meio do recebimento de ações de emissão da Romi; ou (ii) as ações que venham a ser transferidas por quaisquer dos acionistas contratantes (a) a ascendentes, descendentes ou cônjuge, ou mesmo em caso de sucessão "causa mortis"; ou (b) aos próprios acionistas contratantes. Caso o acionista de Fênix (hipótese o item 'i' acima), ou o ascendente, descendente, cônjuge ou herdeiro de qualquer dos acionistas contratantes (hipótese o item 'ii' acima) que receba as ações não seja um dos acionistas contratantes, eles estarão obrigados a aderir ao Acordo por meio da assinatura do Termo de Adesão ao Acordo de Votos, cabendo ao acionista contratante que ceder as ações a obrigação de dar ciência ao acionista que receberá as ações quanto à necessidade de adesão ao presente Acordo.

h- descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração:

Não há no Acordo nenhuma cláusula que restrinja ou vincule o direito de voto de membros do conselho de administração da Romi.

=====

Acordo de Acionistas de Fênix Empreendimentos S.A. ("Fênix")

Nos termos do artigo 30, item XIX, da IN CVM 480/09 e do item 14.3., "II", do Ofício Circular/CVM/SEP/nº 002/2012, Romi recebeu de Fênix, na qualidade de acionista de Romi, em 16/7/2012, correspondência informando a celebração, por acionistas de Fênix representando mais de 79% (setenta e nove por cento) do seu capital social, de um Acordo de Acionistas ("Acordo"), cujos principais aspectos são:

a) **Data de Assinatura:** 01 de julho de 2012;

b) **Prazo de Vigência:** 5 (cinco) anos a contar da data de sua assinatura, renovável, automaticamente, por igual período, salvo se qualquer dos acordantes se manifestar contrariamente à sua renovação, com até 9 (nove) meses de antecedência da data do término de sua vigência;

c) **Partes:**

c1) **Acionistas Acordantes:** Suzana Guimarães Chiti, Juliana Guimarães Chiti, Carlos Guimarães Chiti, Eugênio Guimarães Chiti, Flora Sans Romi, Américo Emílio Romi Neto, José Carlos Romi, Maria Pia Romi Campos, André Luís Romi, Romeu Romi, Anna Maria de Toledo Romi, Sandra Maria Romi Cheida, Frederico Romi, Paulo Romi, Patrícia Romi Cervone, Adriana Romi, e

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

c2) **Interveniente Anuente:** Fênix, que detém como principal ativo 27.166.190 ações ordinárias de emissão da Romi, representando 36,33% (trinta e seis vírgula trinta e três por cento) do capital social da referida companhia;

d) **Descrição das disposições que estão previstas no Acordo e que sejam relativas à Romi:**

d1) A Cláusula 2 do Acordo regula o exercício de direito do voto da Fênix nas Assembleias Gerais de Romi, dispondo conforme segue:

Os acordantes reconhecem expressamente as vantagens de se criar mecanismos destinados a assegurar a posição homogênea da Fênix no capital social da Romi, em especial no relacionamento com os demais acionistas da Romi, visando manter íntegro o bloco de ações que assegure à Fênix o exercício do poder político detido na Romi;

A partir da data de assinatura do Acordo e durante a sua vigência, os acordantes regularão o modo pelo qual se dará a aprovação das matérias de competência da assembleia geral de acionistas da Fênix, bem como o modo como a Fênix votará nas assembleias gerais ordinárias e extraordinárias da Romi, e em reuniões prévias a que esteja obrigada a participar, sempre com base nas deliberações tomadas pelos acordantes no âmbito das assembleias gerais de acionistas da Fênix.

Sempre que for convocada assembleia geral da Romi, os acordantes deverão se reunir em reunião prévia para apreciar, discutir e deliberar sobre as matérias da respectiva ordem do dia. As deliberações aprovadas vincularão todos os acordantes ainda que qualquer deles tenha estado ausente à reunião prévia.

d2) A Cláusula 3 do Acordo regula o direito de preferência, da retirada da Fênix e da oneração de ações, conforme segue:

No ato da retirada o acordante retirante receberá, como parte do pagamento pela sua participação na Fênix, ações ordinárias de emissão da Romi (pertencentes à Fênix) em número equivalente à participação do acordante retirante no capital da Fênix, na data da efetiva retirada, multiplicada pelo número total de ações de emissão da Romi detidas pela Fênix na data do último balanço patrimonial publicado pela Fênix;

Referidas ações ordinárias de emissão Romi recebidas pelo acordante retirante não poderão ser alienadas a quem quer que seja, inclusive em bolsa de valores, durante o período de 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da sua retirada da Fênix, exceto nas condições abaixo ajustadas ("Lock-up"):

- 1/5 (um quinto) das ações da Romi detidas pelo acordante retirante ficam livres da restrição acima, a partir da data da retirada da Fênix;
- adicionais 1/5 (um quinto) das ações da Romi detidas pelo acordante retirante ficam livres da restrição acima, a partir de 6 (seis) meses da retirada da Fênix;
- adicionais 1/5 (um quinto) das ações da Romi detidas pelo acordante retirante ficam livres da restrição acima, a partir de 12 (doze) meses da retirada da Fênix;
- adicionais 1/5 (um quinto) das ações da Romi detidas pelo acordante retirante ficam livres da restrição acima, a partir de 18 (dezoito) meses da retirada da Fênix;
- e
- o remanescente 1/5 (um quinto) das ações da Romi detidas pelo acordante retirante ficam livres da restrição acima, a partir de 24 (vinte e quatro) meses da retirada da Fênix.

Acionistas	31.12.09	%	31.12.10	%	31.12.11	%
Conselho de Administração	13.652	0,02%	8.752	0,01%	18.753	0,03%
Diretoria	2.000	0,00%	2.000	0,00%	2.000	0,00%
Conselho Fiscal	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Controladores	35.452.260	47,42%	35.452.260	47,42%	35.452.260	47,42%
Total	35.467.912	47,44%	35.463.012	47,44%	35.473.013	47,45%
Em circulação	39.289.635	52,56%	39.294.535	52,56%	38.542.134	51,56%
Ações em tesouraria	-		-		742.400	0,99%
Total Geral	74.757.547	100,00%	74.757.547	100,00%	74.757.547	100,00%

15.7 - Outras informações relevantes

Não aplicável à Companhia nos períodos apresentados.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

A Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas pela legislação que lhe é aplicável, adotando preços e condições de mercado para celebração de contratos com partes relacionadas.

Conforme normas e procedimentos internos é vedada a celebração de contratos onde haja conflitos de interesses, limitando as operações de partes relacionadas às operações intercompany.

As transações entre empresas do grupo (intercompany) são feitas em caráter operacional e comercial, respeitando as exigências legais e as condições de mercado.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Romi Machine Tools	28/12/2010	6.118.000,00	R\$ 5.986.157,56	R\$ 6.118.000,00	1 ano.	SIM	1,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Mútuo 2010 renovado em 2011						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	Suprir a investida de capital de giro.						
Rominor Comércio e participações	25/10/2006	1.405.734,00	R\$ 96.000,00	R\$ 973.264,63	1 ano.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Aluguel de imóveis em várias unidades da federal para abrigar as filiais de venda						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação							
Romi Itália GmbH	28/12/2010	7.182.000,00	R\$ 7.580.996,43	R\$ 7.181.281,80	1 ano.	SIM	1,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Mútuo 2010 renovado em 2011						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	Suprir a investida de capital de giro.						
Romi Europa GmbH	28/12/2010	576.000,00	R\$ 627.221,06	R\$ 576.000,00	1 ano.	SIM	1,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Mútuo 2010 renovado em 2011						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	Suprir a investida de capital de giro.						
Romi Europa GmbH	31/12/2011	1.094.915,32	R\$ 206.772,39	R\$ 1094.915,32	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Comissões sobre vendas (movimentação e saldo do exercício 2011)						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação							
Romi A.L. S.A.	31/12/2011	398.661,76	R\$ 77.095,82	R\$ 398.661,76	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Comissões sobre vendas (movimentação e saldo do exercício 2011)						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação							
Romi Machine Tools	31/12/2011	10.180.093,56	R\$ 6.330.270,02	R\$ 10.180.000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Vendas de mercadorias (movimentação e saldo do exercício 2011)						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Romi Europa GmbH	31/12/2011	197.760,35	R\$ 60.229,83	R\$ 197.760,35	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Vendas de mercadorias (movimentação e saldo do exercício 2011)						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação							
Romi Itália Srl	31/12/2011	8.159.000,00	8590022,68	8159000,00	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Vendas de mercadorias (movimentação e saldo do exercício 2011)						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação							
Romi Itália Srl	31/12/2011	3.280.184,15	R\$ 3.280.184,15	R\$ 3.279.856,14	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Adiantamento a fornecedores (movimentação e saldo do exercício 2011)						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação							
Rominor Comércio e Participações	31/12/2011	2.420.555,49	R\$ 2.420.559,49	R\$ 2.252.810,99	Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controlada direta						
Objeto contrato	Dividendos a distribuir (movimentação e saldo do exercício 2011)						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

A Companhia não possui transações relevantes com partes relacionadas de natureza distinta das operações descritas anteriormente. A companhia possui normas e procedimentos internos que impossibilita a celebração de contratos onde haja conflitos de interesses.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
07/04/2009	502.935.785,00		74.757.547	0	74.757.547
Tipo de capital	Capital Subscrito				
07/04/2009	502.935.785,00		74.757.547	0	74.757.547
Tipo de capital	Capital Integralizado				
07/04/2009	502.935.785,00		74.757.547	0	74.757.547
Tipo de capital	Capital Autorizado				
21/03/2007	0,00		84.361.828	0	84.361.828

17.2 - Aumentos do capital social

Data de deliberação	Orgão que deliberou o aumento	Data emissão	Valor total emissão (Reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (Unidades)	Preferenciais (Unidades)	Total ações (Unidades)	Subscrição / Capital anterior	Preço emissão	Fator cotação
17/04/2007	RCA	17/04/2007	180.000.000,00	Subscrição pública	12.000.000	0	12.000.000	69,23000000	15,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Oferta Pública de Ações								
Forma de integralização		Oferta Pública de Ações								
25/04/2007	RCA	25/04/2007	62.935.785,00	Subscrição pública	4.195.719	0	4.195.719	14,30000000	15,00	R\$ por Unidade
Critério para determinação do preço de emissão		Oferta Pública de Ações								
Forma de integralização		Oferta Pública de Ações								

17.3 - Informações sobre desdobramentos, grupamentos e bonificações de ações**Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não se aplica. A Companhia não efetuou nenhuma das operações em questão durante os períodos apresentados.

17.4 - Informações sobre reduções do capital social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica. A Companhia não efetuou redução de capital social durante os períodos apresentados.

17.5 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

18.1 - Direitos das ações

Espécie de ações ou CDA	Ordinária
Tag along	100,000000
Direito a dividendos	Sim
Direito a voto	Pleno
Conversibilidade	Não
Direito a reembolso de capital	Não
Restrição a circulação	Não
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	(i) De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, nem o Estatuto Social, tampouco as deliberações adotadas pelos acionistas em Assembleias Gerais de sociedade por ações podem privar os acionistas dos seguintes direitos: (ii) Direito a participar da distribuição dos lucros; (iii) Direito a participar, na proporção da sua participação no capital social, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes na hipótese de liquidação da Companhia; (iv) Direito de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das Sociedades por Ações; (v) Direito de fiscalizar, na forma prevista na Lei das Sociedades por Ações, a gestão dos negócios sociais; (vi) Direito de votar nas assembleias gerais; e (vii) Direito a retirar-se da Companhia, nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.
Outras características relevantes	Não se aplica à Companhia.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

a) O Estatuto Social da Companhia não estabelece regras que limitem o direito de voto de acionistas significativos;

b) O Estatuto Social da Companhia estabelece regras para a realização de oferta pública em seus **“CAPÍTULOS”VIII - DA ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO” “IX - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA E DA SAÍDA DO NOVO MERCADO” e “X DA OFERTA PÚBLICA EM CASO DE AQUISIÇÃO SUBSTANCIAL DE PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA”**
”“

Destacamos os seguintes artigos do Estatuto Social da Companhia:

Art. 46 - Caso ocorra a alienação do controle acionário da Companhia tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, essa alienação deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas da Companhia, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante.

Art. 47 - A oferta pública referida no artigo anterior também deverá ser efetivada:

a) nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na alienação do controle da Companhia; ou

b) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o poder de controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que comprove esse valor.

Art. 48 - Aquele que adquirir o poder de controle da Companhia, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o acionista controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

a) efetivar a oferta pública referida no artigo 46 deste Estatuto Social; e

b) pagar, nos termos a seguir indicados, quantia equivalente à diferença entre o preço da oferta pública e o valor pago por ação eventualmente adquirida em bolsa nos 6 (seis) meses anteriores à data da aquisição do poder de controle, devidamente atualizado até a data do pagamento pela taxa SELIC - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia. Referida quantia deverá ser distribuída entre todas as pessoas que venderam ações da Companhia nos pregões em que o adquirente realizou as aquisições, proporcionalmente ao saldo líquido vendedor diário de cada uma, cabendo à BM&FBOVESPA operacionalizar a distribuição, nos termos de seus regulamentos.

Art. 50 - Na hipótese de não haver acionista controlador e sempre que for aprovado, em Assembleia Geral, o cancelamento de registro de companhia aberta, a Companhia deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações referida no artigo 59, sendo que, neste caso, a Companhia somente poderá adquirir as ações de titularidade dos acionistas que tenham

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

votado a favor do cancelamento de registro na deliberação em Assembleia Geral após ter adquirido as ações dos demais acionistas que não tenham votado a favor da referida deliberação e que tenham aceitado a referida oferta pública.

Parágrafo Único - Para fins deste Estatuto Social, os termos (i) “acionista controlador” significa o(s) acionista(s) ou o grupo de acionistas que exerça(m) o poder de controle da Companhia, e (ii) “controle” (bem como seus termos correlatos, “poder de controle”, “controlador”, “sob controle comum” ou “controlada”) significa o poder efetivamente utilizado de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida. Há presunção relativa de titularidade do controle em relação à pessoa ou ao grupo de acionistas que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas 3 (três) últimas Assembleias Gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.

Art. 51 - Caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, o acionista controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição das ações pertencentes aos demais acionistas da Companhia, no mínimo, pelo respectivo valor econômico, a ser apurado em laudo de avaliação elaborado nos termos do artigo 58 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Art. 52 - Na hipótese de não haver acionista controlador, caso seja deliberada a saída da Companhia do Novo Mercado para que os valores mobiliários por ela emitidos passem a ter registro para negociação fora do Novo Mercado, ou em virtude de operação de reorganização societária, na qual a sociedade resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da data da Assembleia Geral que aprovou a referida operação, a saída estará condicionada à realização de oferta pública de aquisição de ações nas mesmas condições previstas no artigo acima.

Art. 53 - A referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Art. 54 - Na ausência de definição dos responsáveis pela realização da oferta pública de aquisição de ações, no caso de operação de reorganização societária, na qual a companhia resultante dessa reorganização não tenha seus valores mobiliários admitidos à negociação no Novo Mercado, caberá aos acionistas que votaram favoravelmente à reorganização societária realizar a referida oferta.

Art. 56 – A saída da Companhia do Novo Mercado em razão de descumprimento de obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado está condicionada à efetivação de oferta pública de aquisição de ações, no mínimo, pelo valor econômico das ações, a ser apurado em laudo de avaliação de que trata o artigo 58 deste Estatuto, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Parágrafo Primeiro. O acionista controlador deverá efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no caput desse artigo.

Parágrafo Segundo. Na hipótese de não haver acionista controlador e a saída do Novo Mercado referida no caput decorrer de deliberação da Assembleia Geral, os acionistas que tenham votado a favor da deliberação que implicou o respectivo descumprimento deverão efetivar a oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput*.

Parágrafo Terceiro. Na hipótese de não haver acionista controlador e a saída do Novo Mercado referida no *caput* ocorrer em razão de ato ou fato da administração, os administradores da Companhia deverão convocar Assembleia Geral de acionistas cuja ordem do dia será a deliberação sobre como sanar o descumprimento das obrigações constantes do Regulamento do Novo Mercado ou, se for o caso, deliberar pela saída da Companhia do Novo Mercado.

Parágrafo Quarto. Caso a Assembleia Geral mencionada no parágrafo 3º acima delibere pela saída da Companhia do Novo Mercado, a referida Assembleia Geral deverá definir o(s) responsável(is) pela realização da oferta pública de aquisição de ações prevista no caput, o(s) qual(is), presente(s) na assembleia, deverá(ão) assumir expressamente a obrigação de realizar a oferta.

Art. 57 - Na oferta pública de aquisição de ações a ser efetivada pelo acionista controlador ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta, o preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao valor econômico apurado no laudo de avaliação elaborado nos termos do artigo 58 deste Estatuto Social, respeitadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Art. 58 - O laudo de avaliação de que tratam os artigos acima deste Estatuto Social deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, de seus administradores e/ou do acionista controlador, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei nº 6.404/76 e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo da lei.

Parágrafo Primeiro - A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista triplíce, devendo a respectiva deliberação, não se computando os votos em branco, ser tomada por maioria dos votos dos acionistas representantes das ações em circulação presentes naquela Assembleia Geral que, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de ações em circulação ou, que, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das ações em circulação.

Parágrafo Segundo - Os custos de elaboração do laudo de avaliação exigido deverão ser assumidos integralmente pelo ofertante.

Art. 59 - Caso o Acionista Adquirente venha a adquirir ou se torne titular, por qualquer motivo, de ações de emissão da Companhia, ou de outros direitos, inclusive usufruto ou fideicomisso, sobre ações de emissão da Companhia em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

cento) do seu capital social, deverá efetivar uma oferta pública de aquisição de ações específica para a hipótese prevista neste artigo 59 ("OPA"), para aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia, observando-se o disposto na regulamentação aplicável da CVM, o Regulamento do Novo Mercado e os termos deste artigo. Caso aplicável, o Acionista Adquirente deverá solicitar o registro da referida OPA no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data de aquisição ou do evento que resultou na titularidade de ações ou direitos em quantidade igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social da Companhia.

Parágrafo Primeiro - A OPA deverá ser (i) dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia, (ii) efetivada em leilão a ser realizado na BM&FBOVESPA, (iii) lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto no parágrafo 2º deste artigo. A OPA, segundo a forma de pagamento proposta pelo ofertante, poderá ser: (i) de compra, mediante o pagamento à vista em moeda corrente nacional; (ii) de permuta, mediante o pagamento em valores mobiliários; ou (iii) mista, mediante parte do pagamento em dinheiro e parte em valores mobiliários.

Parágrafo Segundo - O preço de aquisição na OPA de cada ação de emissão da Companhia não poderá ser inferior a 1,5 (uma vez e meia) o maior valor entre (i) o valor econômico apurado em laudo de avaliação; (ii) 100% (cem por cento) do preço de emissão das ações em qualquer aumento de capital realizado mediante distribuição pública ocorrido no período de 12 (doze) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da OPA nos termos deste artigo 59, devidamente atualizado pelo IPCA até o momento do pagamento; (iii) 100% (cem por cento) da cotação unitária média das ações de emissão da Companhia, durante o período de 90 (noventa) dias anterior à realização da OPA, ponderada pelo volume de negociação, na bolsa de valores em que houver o maior volume de negociações das ações de emissão da Companhia; e (iv) 100% (cem por cento) do maior valor pago pelo Acionista Adquirente por ações da Companhia em qualquer tipo de negociação, no período de 12 (doze) meses que anteceder a data em que se tornar obrigatória a realização da OPA nos termos deste artigo 59. Caso a regulamentação da CVM aplicável à OPA prevista neste caso determine a adoção de um critério de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação da Companhia na OPA que resulte em preço de aquisição superior, deverá prevalecer na efetivação da OPA prevista aquele preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.

Parágrafo Terceiro - A realização da OPA mencionada no caput deste artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, a própria Companhia, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

Parágrafo Quarto - O Acionista Adquirente deverá atender eventuais solicitações ou exigências da CVM dentro dos prazos prescritos na regulamentação aplicável.

Parágrafo Quinto - Na hipótese do Acionista Adquirente não cumprir com as obrigações impostas por este artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos máximos (i) para a realização ou solicitação do registro da OPA; ou (ii) para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o Acionista Adquirente não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do Acionista Adquirente que não cumpriu com qualquer obrigação imposta por este artigo, conforme disposto no artigo 120 da Lei nº 6.404/76, sem prejuízo da responsabilidade do Acionista Adquirente por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este artigo.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Parágrafo Sexto - O disposto neste artigo não se aplica na hipótese de uma pessoa se tornar titular de ações de emissão da Companhia em quantidade superior a 15% (quinze por cento) do total das ações de sua emissão em decorrência (i) de sucessão legal, sob a condição de que o acionista aliene o excesso de ações em até 30 (trinta) dias contados do evento relevante; (ii) da incorporação de uma outra sociedade pela Companhia, (iii) da incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia, (iv) da aquisição de ações das pessoas referidas no artigo 68 abaixo e, ou (v) da subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral de acionistas da Companhia, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em valor econômico obtido a partir de um laudo de avaliação econômico-financeiro da Companhia realizado por empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas.

Parágrafo Sétimo - Para fins do cálculo do percentual de 15% (quinze por cento) do capital total descrito no *caput* deste artigo, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

Parágrafo Oitavo - A alteração que limite o direito dos acionistas à realização da OPA prevista neste artigo ou a exclusão deste artigo obrigará o(s) acionista(s) que tiver(em) votado a favor de tal alteração ou exclusão na deliberação em Assembleia Geral a realizar a OPA prevista neste artigo.

Parágrafo Nono - O laudo de avaliação de que trata o Parágrafo Segundo acima deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independente quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e controladores, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do parágrafo 1º do artigo 8º da Lei nº 6.404/76 e conter a responsabilidade prevista no parágrafo 6º do mesmo artigo da lei. A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do valor econômico da Companhia, para fins exclusivos deste Artigo 59, é de competência privativa do Conselho de Administração. Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser assumidos integralmente pelo Acionista Adquirente.

Parágrafo Dez – Para fins deste artigo 59, os termos abaixo iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:

“Acionista Adquirente” significa qualquer pessoa (incluindo, sem limitação, qualquer pessoa natural ou jurídica, fundo de investimento, condomínio, carteira de títulos, universalidade de direitos, ou outra forma de organização, residente, com domicílio ou com sede no Brasil ou no exterior), ou grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto e/ou que atue representando um mesmo interesse, que venha a subscrever e/ou adquirir ações da Companhia. Incluem-se no conceito de Acionista Adquirente qualquer pessoa:

- (i) que seja, direta ou indiretamente, controlada ou administrada pelo Acionista Adquirente;
- (ii) que controle ou administre sob qualquer forma o Acionista Adquirente;
- (iii) que seja, direta ou indiretamente, controlada ou administrada por qualquer pessoa que controle ou administre, direta ou indiretamente, o Acionista Adquirente;

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

(iv) na qual o controlador do Acionista Adquirente tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social;

(v) na qual o Acionista Adquirente tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social; ou

(vi) que tenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social do Acionista Adquirente.

Parágrafo Onze – Não obstante o disposto nos artigos 59, 60 e 61 deste Estatuto Social, as disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão nas hipóteses de prejuízo dos direitos dos destinatários das ofertas públicas de aquisição de ações mencionadas nos demais artigos dos Capítulos VIII e IX deste Estatuto Social.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Não há qualquer exceção ou cláusula suspensiva relativa a direitos patrimoniais ou políticos previstas no Estatuto Social da Companhia.

18.4 - Volume de negociações e maiores e menores cotações dos valores mobiliários negociados**Exercício social 31/12/2011**

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2011	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	41.315.693	14,14	10,06	R\$ por Unidade
30/06/2011	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	47.460.379	11,50	6,51	R\$ por Unidade
30/09/2011	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	28.556.461	7,80	5,32	R\$ por Unidade
31/12/2011	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	15.098.690	6,90	5,67	R\$ por Unidade

Exercício social 31/12/2010

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2010	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	70.301.853	14,95	11,50	R\$ por Unidade
30/06/2010	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	25.761.321	13,25	9,70	R\$ por Unidade
30/09/2010	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	26.313.394	13,36	9,90	R\$ por Unidade
31/12/2010	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	43.000.423	15,50	12,67	R\$ por Unidade

Exercício social 31/12/2009

Trimestre	Valor Mobiliário	Espécie	Classe	Mercado	Entidade administrativa	Volume financeiro negociado (Reais)	Valor maior cotação (Reais)	Valor menor cotação (Reais)	Fator cotação
31/03/2009	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	58.896.617	7,76	5,55	R\$ por Unidade
30/06/2009	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	88.310.346	8,80	6,31	R\$ por Unidade
30/09/2009	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	41.505.749	12,83	8,70	R\$ por Unidade
31/12/2009	Ações	Ordinária		Balcão Organizado	BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros	74.918.375	13,25	11,02	R\$ por Unidade

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não se aplica. A Companhia não possui outros valores mobiliários emitidos.

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

A Companhia tem suas ações em negociação na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

Não aplicável à Companhia nos períodos reportados.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Não houve oferta pública de ações nos últimos três exercícios abrangidos por esse formulário.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

Não aplicável à Companhia nos períodos apresentados.

18.10 - Outras informações relevantes

Não aplicável à Companhia nos períodos apresentados.

19.1 - Informações sobre planos de recompra de ações do emissor

Data delib.	Período recomp.	Reservas e lucros disp. (Reais)	Espécie	Classe	Qtde. prevista (Unidades)	% rel. circ.	Qtde. adquirida aprovadas (Unidades)	PMP	Fator de cotação	% adquirido
Outras caracter.										
22/08/2011	22/08/2011 à 16/08/2012	186.874.247,00	Ordinária		3.000.000	7,640000	742.400	6,19	R\$ por Unidade	24,746676
Em reunião realizada em 22 de agosto de 2011, aprovou programa de aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia ("Programa"), para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, sem redução de capital, nos termos do seu Estatuto Social e da Instrução CVM n.º 10/80 e alterações posteriores e das demais disposições legais vigentes. O objetivo da Companhia com o Programa é maximizar a geração de valor para o seu acionista, através da aplicação de parte dos seus recursos financeiros disponíveis, dentro do montante global das reservas de lucro e de capital. No âmbito do Programa, as operações de aquisição de ações serão realizadas entre 22/08/2011 e 16/08/2012 (360 dias), na BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, a preços de mercado, pela corretora Santander CCVM S.A., com endereço à Av. Juscelino Kubistchek, 2.041 – 24º andar, São Paulo-SP, Brasil, CEP 04543-011. A quantidade de ações ordinárias a ser adquirida será de até 3.000.000 (três milhões), representando 7,64% das ações ordinárias em circulação no mercado, que nesta data totalizam 39.267.234.										

19.2 - Movimentação dos valores mobiliários mantidos em tesouraria**Exercício social 31/12/2011****Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários		
Ordinária				
Movimentação		Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)
Saldo inicial		0	0,00	0,00
Aquisição		742.400	4.598.595,30	6,19
Alienação		0	0,00	0,00
Cancelamento		0	0,00	0,00
Saldo final		742.400	4.598.595,30	6,19

Exercício social 31/12/2009**Ações**

Espécie de ação	Classe ação preferencial	Descrição dos valores mobiliários		
Ordinária				
Movimentação		Quantidade (Unidades)	Valor total (Reais)	Preço médio ponderado (Reais)
Saldo inicial		2.286.900	15.566.204,48	6,81
Aquisição		1.513.100	10.191.353,72	6,74
Alienação		0	0,00	0,00
Cancelamento		3.800.000	25.757.558,20	6,78
Saldo final		0	0,00	0,00

19.3 - Informações sobre valores mobiliários mantidos em tesouraria na data de encerramento do último exercício social

Valor mobiliário Ações

							Relação ações em circulação (%)
Espécie ação	Classe ação	Descrição dos valores mobiliários	Quantidade (Unidades)	Preço médio ponderado de aquisição	Fator de cotação	Data aquisição	
Ordinária			197.300	6,40	R\$ por Lote de Mil	22/08/2011	0,502455
Ordinária			200.400	6,30	R\$ por Lote de Mil	24/08/2011	0,510349
Ordinária			96.800	6,10	R\$ por Lote de Mil	26/08/2011	0,246516
Ordinária			39.900	6,17	R\$ por Lote de Mil	31/08/2011	0,101611
Ordinária			2.400	5,65	R\$ por Lote de Mil	12/09/2011	0,006112
Ordinária			168.200	5,91	R\$ por Lote de Mil	15/09/2011	0,428347
Ordinária			37.400	6,08	R\$ por Unidade	26/12/2011	0,095245

19.4 - Outras informações relevantes

Não aplicável à Companhia nos períodos apresentados.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação

26/07/2011

Cargo e/ou função

Conselho de Administração

Principais características

Esta Política de Negociação, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 26/07/2011, é aplicável às seguintes pessoas ("Pessoas Vinculadas") e à própria Companhia, devendo pelas mesmas ser fielmente cumprida: (i) os acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Consultivo, do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária; (ii) os membros de órgãos estatutários de empresas na qual a Companhia seja a única controladora; (iii) os administradores que se afastarem da administração da Companhia ou da administração de empresas na qual a Companhia seja a única controladora, durante o prazo de seis meses contados da data do afastamento; (iv) quem quer que, em virtude de cargo, função ou posição na Companhia, sua controladora, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento de informação relevante; (v) aqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a Companhia, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição; (vi) o cônjuge ou companheiro e qualquer outro dependente incluído na declaração anual de imposto de renda das pessoas impedidas de negociar indicadas nas letras indicadas nos subitens acima; (vii) sociedades ou outras instituições ou entidades de que as pessoas impedidas de negociar participem de modo que possam influenciar nas decisões de negociação com valores mobiliários da Companhia; (viii) qualquer pessoa jurídica controlada direta ou indiretamente pelas pessoas impedidas de negociar; (ix) qualquer pessoa que tenha tido acesso a informação relativa a ato ou fato relevante por intermédio de qualquer das pessoas impedidas de negociar.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização

DOS PERÍODOS DE VEDAÇÃO ÀS NEGOCIAÇÕES - "Períodos de Bloqueio": Nos termos desta Política de Negociação é terminantemente vedado, às Pessoas Vinculadas e a própria Companhia, efetuar Negociações nos seguintes períodos e situações ("Períodos de Bloqueio"): (i) no período de 30 (trinta) dias anteriores e 2 (dois) dias após a divulgação ou publicação das Informações Trimestrais (ITR) e Anuais (DFP) da Companhia; (ii) no período compreendido entre a decisão tomada pelo órgão social competente de aumentar o capital social, de distribuir dividendos (inclusive juros sobre o capital próprio), bonificação em ações ou seus derivativos ou desdobramento, e a publicação, pela Companhia, dos respectivos editais ou anúncios; (iii) quando existir pela Companhia a intenção de promover incorporação, cisão (total ou parcial), fusão, transformação ou reorganização societária; (iv) pelas Pessoas Vinculadas, durante o período em que estiver em curso a aquisição ou a alienação de ações de emissão da Companhia pela própria Companhia, suas controladas, coligadas ou outra sociedade sob controle comum, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim; (v) no período cuja situação e/ou negócio em curso configure Ato ou Fato Relevante ainda não divulgado ao mercado e em que as Pessoas Vinculadas (especialmente empregados, gestores, assessores e consultores externos da Companhia) estejam sujeitas ao dever de guardar sigilo em relação às informações que tiverem acesso de forma privilegiada, em razão do cargo ou posição que ocupam; (vi) durante todo e qualquer Período de Bloqueio declarado pelo Diretor de Relações com Investidores da Companhia. O Diretor de Relações com Investidores da Companhia não está obrigado a justificar a razão do bloqueio, que deverá ser mantido em absoluto sigilo pelas Pessoas Vinculadas.

20.2 - Outras informações relevantes

Não aplicável à Companhia nos períodos apresentados.

a) data de aprovação: 26 de julho de 2011

b) pessoas vinculadas: acionistas controladores, seus diretores, membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, empresas controladoras, empresas controladas ou coligadas da Companhia, gerentes e funcionários que tenham acesso frequente a Informações Relevantes e outros que a Companhia considere necessário ou conveniente.

c) principais características:

- Cumprimento pelo Diretor de Relações com Investidores da Companhia de divulgar e comunicar à CVM e, se for o caso, à Bolsa de Valores e entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos seus negócios, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que tais valores mobiliários sejam admitidos à negociação.

Cumprimento pelos acionistas controladores da companhia, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal, quando instalado, e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas já existentes ou que foram criados por disposição estatutária, e empregados da companhia, de guardar sigilo das informações relativas a ato ou fato relevante às quais tenham acesso privilegiado em razão do cargo ou posição que ocupam, até sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam, respondendo solidariamente com estes na hipótese de descumprimento.

d) previsão de períodos de vedação de negociações e descrição dos procedimentos adotados para fiscalizar a negociação em tais períodos:

- Antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido nos negócios da companhia, é vedada a negociação com valores mobiliários de sua emissão, ou a eles referenciados, pela própria companhia aberta, pelos acionistas controladores, diretos ou indiretos, diretores, membros do conselho de administração, do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária, ou por quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na companhia aberta, sua controladora, suas controladas ou coligadas, tenha conhecimento da informação relativa ao ato ou fato relevante.
- A mesma vedação aplica-se a quem quer que tenha conhecimento de informação referente a ato ou fato relevante, sabendo que se trata de informação ainda não divulgada ao mercado, em especial àqueles que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a companhia, tais como auditores independentes, analistas de valores mobiliários, consultores e instituições integrantes do sistema de distribuição, aos quais compete verificar a respeito da divulgação da informação antes de negociar com valores mobiliários de emissão da companhia ou a eles referenciados.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

A Companhia possui, de maneira formal, uma Política de Divulgação e Uso de Informações Relevantes e Preservação de Sigilo, que encontra-se disponível para o público no endereço www.romi.com/investidores.

O Item 4 da mencionada Política estabelece que cumpre ao Diretor de Relações com Investidores da Companhia divulgar e comunicar à CVM e, se for o caso, à Bolsa de Valores e entidade do mercado de balcão organizado em que os valores mobiliários de emissão da companhia sejam admitidos à negociação, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos seus negócios, bem como zelar por sua ampla e imediata disseminação, simultaneamente em todos os mercados em que tais valores mobiliários sejam admitidos à negociação.

O Conselho de Administração da Companhia designou o Diretor de Relação com Investidores como responsável pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação e uso de informações relevantes e preservação de sigilo.

21.4 - Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens anteriores.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Não aplicável à Companhia, nos períodos apresentados.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

Não aplicável à Companhia nos períodos apresentados.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não aplicável à Companhia, nos períodos apresentados.

22.4 - Outras informações relevantes

Não aplicável à Companhia, nos períodos apresentados.